



INSTITUTO
SUPERIOR
DE CONTABILIDADE
E ADMINISTRAÇÃO
DO PORTO

INSTITUTO
POLITÉCNICO DO PORTO

MESTRADO EM CONTABILIDADE E FINANÇAS

**A (I)Literacia Financeira da População
Estudo de caso para uma população do Norte de Portugal**

José Fernando da Silva Alves

Orientadora: Doutora Ana Maria Bandeira

Coorientador: Mestre Manuel Mendes Monteiro

Porto, 2012

JOSÉ FERNANDO DA SILVA ALVES

**A (I)Literacia Financeira da População
Estudo de caso para uma população do Norte de Portugal**

**Dissertação apresentada para a obtenção do grau de Mestre em
Contabilidade e Finanças ao
Instituto Superior de Contabilidade e Administração**

**Trabalho realizado sob orientação da Professora Doutora
Ana Maria Bandeira**



Instituto Superior de Contabilidade e Administração

Março 2012

Resumo

A crescente importância da literacia financeira tem-se intensificado devido ao actual contexto de crise financeira global. É por isso necessário que os cidadãos adquiram determinadas competências relativamente às questões financeiras, essencialmente por duas razões: Por um lado, porque necessitam de estar mais bem informados face à generalização do acesso a produtos bancários e à sua cada vez maior diversidade e complexidade, por outro lado, devido à necessidade de promover a poupança e de prevenir o sobreendividamento das famílias.

É neste enquadramento que se insere este estudo que visa obter o conhecimento da (i)literacia financeira do cidadão comum, relativamente a alguns termos utilizados pelas instituições financeiras. Para o efeito, elaborou-se um inquérito sobre termos bancários que diariamente se ouvem e que muito influenciam as economias de cada um. Procurou-se ainda saber a opinião de alguns profissionais do sector bancário, relativamente a este tipo de conhecimento da população. O universo do estudo foi a população residente na região do Vale do Sousa, no norte de Portugal. Sendo também ela consumidora dos produtos e serviços colocados à disposição por inúmeras instituições financeiras, e que, muitas vezes, a única forma de saber se está a despende muito ou pouco pelo produto ou serviço pretendido, é compará-lo com um idêntico, adquirido por um vizinho, amigo ou conhecido.

Os resultados obtidos indicam que o índice de literacia financeira desta população é baixo. Esta investigação insere-se no âmbito do projecto Finlico (*Financial Literacy Competences*), coordenado pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP) e tem como principal objectivo ensinar a população a poupar.

Palavras-chave: literacia financeira, necessidades do consumidor, conceitos bancários, produtos bancários

Abstract

The importance of financial literacy has intensified due to the current context of global financial crisis and citizens need to acquire certain competences regarding financial issues. On the one hand, because they need to be better informed about the general access to banking products and their increasing diversity and complexity, on the other hand, due to the need to promote savings and preventing families' over indebtedness.

This is the framework of this study that aims to have a clear perception of the financial illiteracy of common people on some terms used by financial institutions. For this purpose some ordinary individuals answered a questionnaire about current banking terms which are heard every day and influence each other's economies. We also tried to know the opinion of some professionals in the banking sector, concerning the knowledge of the population on this matter. The study was carried out in Northern Portugal, in the region of Vale do Sousa, she is also a consumer of products and services made available by various financial institutions, and often the only way to know if you are spending too much or too little for the product or service provided, is to compare it with an identical acquired by a neighbor, friend or acquaintance

The results obtained indicate that the financial literacy index of this population is low. This research is part of the Finlico Project (Financial Literacy Competences), coordinated by the School of Accounting and Administration of Porto (ISCAP) and its objective is to teach people to save.

Keywords: financial literacy, consumer needs, banking, banking products concepts

Nota Biográfica do Autor

José Fernando da Silva Alves, nascido a 27/08/1974 na freguesia de Figueira, concelho de Penafiel, concluiu, em 1992, o 3º ciclo do ensino básico, na Escola E.B. 2/3 de Paço de Sousa.

Em 1995 e, após ter concluído o serviço militar, até então obrigatório, iniciou a sua actividade profissional na Escola E. B. 2/3 de Paço de Sousa.

Em 1996 concluiu o ensino secundário na Escola Secundária de Penafiel.

Em 2009 terminou o curso de Contabilidade e Administração no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Nos anos lectivos 2009/2010 e 2010/2011, frequentou a parte curricular do Mestrado em Contabilidade e Finanças, leccionado no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.

Agradecimentos

Embora uma dissertação seja um trabalho individual, ela não seria possível sem o precioso contributo e auxílio de várias pessoas. É, pois, chegado o momento de expressar os meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que, directa ou indirectamente, contribuíram para a realização desta dissertação, nomeadamente através das sugestões, dos comentários e críticas que foram apresentando no decorrer deste trabalho.

Apesar de neste momento, sentir que as palavras existentes são insuficientes para transmitir a minha imensa gratidão, quero dirigir algumas palavras de apreço a todos os que, com o seu contributo, tornaram possível esta dissertação.

As minhas primeiras palavras de agradecimento são dirigidas aos meus pais, António Martins Alves e Bernardina de Sousa Coelho da Silva, pelo amor e carinho que me têm dado e pelo apoio e ensinamentos prestados, querendo por isso reafirmar o meu orgulho em ser seu filho.

De seguida quero agradecer à minha namorada, Maria Laura dos Santos Barros, que para além de todo o apoio, dedicação e paciência que teve para comigo, foi sempre o meu braço direito ajudando-me a lidar e a ultrapassar os problemas relacionados com este trabalho.

Agradeço a todos os meus amigos pelo espírito de companheirismo e camaradagem proporcionado, através de palavras de conforto, críticas e sugestões, nos momentos mais difíceis, contribuindo assim para o termo deste trabalho.

Quero agradecer à Orientadora e Directora do Curso de Contabilidade do ISCAP, Professora Doutora Ana Maria Bandeira, por me ter convidado a participar no projecto “*Finlico*”, no qual se insere esta dissertação, e que, sempre que eu a solicitava, me

esclarecia algumas situações pontuais, ou reencaminhava para alguém que estivesse à altura de o fazer.

Também à Vice-Presidente do ISCAP, Professora Doutora Anabela Mesquita, Coordenadora do projecto “*Finlico*”, quero aqui deixar um profundo agradecimento pelos desafios e estímulos que me foi lançando e que me permitiram chegar até aqui.

Ao Coorientador deste trabalho, Professor e Mestre Manuel Mendes Monteiro, deixo aqui um agradecimento especial pela permanente disponibilidade e cordialidade com que sempre me recebeu, pela forma como me orientou e aconselhou, deixando-me, no entanto, liberdade de acção, o que em muito contribuiu para o meu desenvolvimento pessoal. Agradeço-lhe ainda a amizade, a simpatia e o incentivo indispensáveis à concretização deste trabalho.

À Dr.^a Edite Margarida Silva Ferreira, agradeço a dedicação e competência posta na revisão final deste trabalho.

Por último, quero agradecer a preciosa ajuda e disponibilidade das pessoas que responderam ao inquérito sobre a (I)literacia financeira. Foram elas que permitiram retirar as principais conclusões deste estudo.

Mais uma vez, a todos, o meu sincero obrigado.

Índice de Abreviaturas e Siglas

ASFAC – Associação de Instituições de Crédito Especializado

ASIC - Australian Securities & Investments Commission

AUS - Australia

BCE - Banco Central Europeu

BES - Banco Espírito Santo

BM – Banco Mundial

BP - Banco de Portugal

CAN - Canadá

CGD - Caixa Geral de Depósitos

CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

EUA - Estados Unidos da América

FIN - Ficha de Informação Normalizada

FINLICO - Financial Literacy Competences

FINRA – Financial Industry Regulatory Authority

FLE - Financial Literacy Foundation

FLEC - Financial Literacy and Education Commission

FMI - Fundo Monetário Internacional

FSA - Financial Services Authority

FSAP - Financial Sector Assessment Program

IFB - Instituto de Formação Bancária

IGGLF – Indicador Global do Grau de Literacia Financeira.

IGLF – Indicador do Grau de Literacia Financeira.

ISCAP – Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto

MCEECDYA - Ministerial Council for Education Early Childhood Development and Youth Affairs

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

PNFF – Plano Nacional de Formação Financeira

PNSF – Plano Nacional de Supervisores Financeiros

RUS - Federação Russa

UK - Reino Unido

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Índice

Resumo	I
Abstract	III
Nota Biográfica do Autor	V
Agradecimentos	VII
Índice de Abreviaturas e Siglas	IX
Índice de Quadros	XIII
Índice de Gráficos.....	XV
1. Introdução.....	1
1.1 Enquadramento Geral.....	2
1.2 Motivações e Objectivos.....	4
1.3 Estrutura da Tese	5
2. A (I)Literacia Financeira.....	7
2.1 Definição de Literacia Financeira segundo vários autores.....	7
2.1.1 Literacia Financeira	7
2.1.2 Educação Financeira.....	10
2.1.3 Capacidades Financeiras	11
2.2 A importância da literacia financeira na sociedade actual	13
3. Projectos e recomendações para promover a Literacia Financeira.....	17
3.1 A nível Internacional	17
Programas Internacionais	18
3.2 A nível Nacional.....	20
Programas Nacionais.....	23
3.3 Recomendações	28
4. Estudo de Caso.....	33
4.1 Método e estratégia usados para a recolha de informação	33
4.2 Métodos de Avaliação do Inquérito ao Cidadão Comum	33
4.3 Estrutura dos inquéritos.....	34
4.4 Ficha Técnica do Inquérito ao Cidadão Comum	35

Objectivos da sondagem.....	35
Responsável pela realização da sondagem / Inquérito:	35
Metodologia.....	35
Amostra:	35
Metodologia da selecção da amostra.....	36
Recolha da Informação.....	36
Datas de recolha de informação	37
4.5 Análise e Interpretação dos resultados do Inquérito ao Cidadão Comum.....	37
4.5.1 Os Indicadores de (i)literacia financeira amostrais.	37
4.5.2 Algumas hipóteses a testar para os indicadores IGLF e IGGLF.....	51
4.6 Questionário aos profissionais do sector Bancário	70
4.6.1 Análise dos questionários aos profissionais do Sector Bancário.....	70
5. Propostas para combater a Iliteracia Financeira.....	79
Conclusão	85
Limitações do estudo	89
Sugestão Para Futuras Investigações	91
Bibliografia.....	93
A P Ê N D I C E S	99
A N E X O S	119

Índice de Quadros

Quadro 1: Avaliação geral das questões.....	38
Quadro 2: Percentagem de respostas por questão, cuja avaliação foi < 3 e ≥ 3	42
Quadro 3: Resumo dos dados relativos à amostra.....	48
Quadro 4: Sexo dos inquiridos por nível de Formação Académica	51
Quadro 5: Teste <i>Mann-Whitney U</i> para o factor sexo.....	53
Quadro 6: Análise descritiva por sexo da variável IGGLF.....	54
Quadro 7: Teste à normalidade de IGGLF por sexo	55
Quadro 8: Teste de Levene e teste t do IGGLF para o factor sexo.	56
Quadro 9: IGGLF por sexo	58
Quadro 10: Teste <i>Kruskal-Wallis H</i> para o factor Formação Académica.....	59
Quadro 11: Teste à normalidade do IGGLF por nível de Formação Académica.....	61
Quadro 12: Análise descritiva por grau de formação académica da variável IGGLF.....	62
Quadro 13: Intervalos de confiança para o IGGLF por nível de formação.....	63
Quadro 14: Teste <i>Mann-Whitney U</i> para o factor formação académica.....	64
Quadro 15: Análise descritiva por nível de Ensino Superior e não Superior.....	65
Quadro 16: Teste de Levene e Teste t para a formação académica.....	66
Quadro 17: Estatística do Teste de <i>Levene e Teste t</i>	66
Quadro 18: Análise descritiva da população do Vale do Sousa para a variável IGGLF.....	68

Índice de Gráficos

Gráfico I: Resultados gerais por questão	40
Gráfico II: Percentagem de respostas, por questão, cuja avaliação, segundo a escala de Likert, é menor, igual e superior a 3	43
Gráfico III: Dados relativos às questões 2 e 3.....	44
Gráfico IV: Percentagem de respostas, por questão, cuja avaliação foi negativa e positiva	50
Gráfico V: Intervalo de Confiança, a 95%, para o IGGLF por factor sexo	57
Gráfico VI: Intervalo de. confiança a 95% para o IGGLF por grupo de formação académica ...	60
Gráfico VII: Intervalos de confiança para o IGGLF por nível de formação superior e não superior	67

1. Introdução

Actualmente e cada vez mais se começa a sentir uma crescente preocupação por parte das entidades financeiras e até mesmo pelo próprio estado com a falta de literacia financeira existente por uma grande parte da população. Com a crise financeira actual, é de todo o interesse que este tipo de analfabetismo financeiro seja, se não totalmente, pelo menos parcialmente eliminado.

É igualmente verdade que as instituições financeiras e também o governo estão cada vez mais preocupados com a falta de poupança e com o consumo desenfreado da população, sendo que uma parte deste consumo desenfreado se deve às instituições financeiras, que em tempos incentivaram o recurso ao crédito e conseqüentemente o aumento do consumo.

Foi este tipo de rotina, de entre outras, que muito contribuiu para a actual crise financeira, tendo em conta que o consumidor apenas estava interessado em saber quanto é que ia ser o valor da prestação a pagar, sem se preocupar com o preço que iria pagar pelo crédito obtido.

Existem já estudos efectuados por organismos, nacionais e internacionais, que abordam esta problemática da iliteracia financeira, procurando demonstrar que há uma lacuna nesta área do conhecimento sem que no entanto apresentem soluções concretas para as suprimir. De uma forma geral, estes estudos procuram identificar o problema, deixando as soluções para as entidades responsáveis.

Em Portugal, tal como um pouco no resto do mundo, procura-se chamar atenção para a importância de se aumentar a poupança e por sua vez, de se diminuir o consumo. Para isso é necessário instruir o cidadão ao nível financeiro, de forma que este possa ser autónomo ao ponto de tomar, de livre vontade, as opções correctas na altura certa.

Para que tal seja exequível é necessário determinar o grau de conhecimento médio do cidadão, para que a partir daí seja possível elaborar programas específicos de alfabetização financeira.

1.1 Enquadramento Geral

Tal como já foi referido, uma das preocupações actuais prende-se com a abordagem da (i)literacia financeira.

Parece evidente que qualquer pessoa que não possua os conhecimentos mínimos a nível financeiro, não consiga interagir, de forma natural, com os profissionais da área ou com outras pessoas conhecedoras do tema em estudo.

Esta realidade, que é a iliteracia financeira, tem sido motivo de algumas reflexões e preocupações a nível nacional e internacional, e de certo modo é o principal motivo orientador deste estudo.

Em Portugal, por exemplo, foi publicado recentemente pelo Banco de Portugal (BP) um estudo, denominado “Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa | 2010”, que permitiu um primeiro levantamento das áreas em que os cidadãos revelam défices mais significativos de informação.

Actualmente, algumas instituições financeiras já têm disponível nas respectivas páginas Web, algumas formas de combate a este tipo de flagelo, mas ainda assim consideramos que são insuficientes, estando mesmo muito aquém do que seria pretendido. A título de exemplo, sabemos que, quase todas as instituições bancárias têm simuladores de crédito, onde apenas é necessário preencher um determinado número de campos. A informação é processada e é revelado o valor da prestação a pagar por parte do cliente. No entanto, este não compreendeu a forma como se chegou a esse valor e não percebeu as variáveis implícitas no cálculo da prestação.

O BP tem ao dispor para consulta, na sua página Web, em <http://www.bportugal.pt/pt-pt/publicacoes/intervencoes/banco/CadernosdoBanco/Paginas/CadernosdoBanco.aspx>,

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

um conjunto de dez cadernos, cuja finalidade principal é informar os consumidores de produtos financeiros, das características das operações à sua disposição, do seu modo de funcionamento e dos direitos e deveres que lhes assistem.

Igualmente a Caixa Geral de Depósitos (CGD) tem um site intitulado “Saldo Positivo – O Site de Literacia Financeira da Caixa” onde tem estudos publicados, nomeadamente sobre o tema, procurando de alguma forma instruir aqueles que o visitam.

No seguimento desta linha de raciocínio, o Banco Espírito Santo (BES) no âmbito do seu programa de Responsabilidade Social Empresarial, pretende colocar "A Sabedoria Financeira ao Serviço do Desenvolvimento Sustentável", tendo para o efeito criado um programa de combate à iliteracia financeira.

Há também em Portugal estudos efectuados através de entrevistas de rua, realizadas por jornalistas, nomeadamente no site <http://barbarabarroso.blogs.sapo.pt/2777.html>, que evidenciam que os portugueses são confrontados diariamente com determinados termos financeiros, alguns dos quais com implicação directa nas suas economias, que nem sempre entendem. Isto denota o baixo nível de literacia financeira dos portugueses e realça a sua pouca cultura financeira.

Uma outra forma de constatar o baixo nível de conhecimento financeiro dos portugueses pode ser através do elevado número de queixas que diariamente chegam à Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO).

Tal como Portugal, e porque se assiste a uma crescente falta de literacia financeira a nível mundial, também outros Organismos Internacionais, como o Banco Central Europeu (BCE), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Fundo Monetário Internacional (FMI), etc., publicaram já alguns artigos que abordam este tema. Estes organismos, de uma maneira geral, concluíram que se assiste a um crescente analfabetismo financeiro devido, entre outras razões à falta de informação, de interesse e de conhecimento por parte dos cidadãos contribuintes.

Pode afirmar-se que, actualmente o processo de comunicação entre as instituições financeiras e os seus clientes, por muito esforço que estas façam, se torna cada vez mais

rudimentar, cheio de “ruído”, devido à falta de conhecimentos financeiros básicos, dando a impressão que os intervenientes neste processo falam línguas diferentes.

Embora tenha havido da parte destes organismos, nacionais e internacionais, alertas para a actual situação de analfabetismo financeiro e apesar dos esforços levados a cabo por estes organismos para o combater, a verdade é que há ainda um longo caminho a percorrer para se atingir tal objectivo.

1.2 Motivações e Objectivos

O interesse por este estudo prende-se com o facto de ele abordar um tema actual que tem grande influência no nosso quotidiano, procurando de alguma forma contribuir para a diminuição deste tipo de analfabetismo e, conseqüentemente, para o aumento do grau de literacia financeira por parte do cidadão comum. Por outro lado, e porque o problema da iliteracia financeira tem vindo a emergir nos últimos anos a nível mundial e o seu agravamento tem provocado ou pode vir a provocar danos irreparáveis no quotidiano de cada um, há uma grande necessidade de apelar ao cidadão comum para que este, de alguma forma, se instrua nesta área. Procura-se provar que é necessário conhecer e dominar alguns conceitos financeiros mais usuais, que fazem parte do nosso dia-a-dia.

Neste sentido e, porque a falta de conhecimento é uma barreira, por vezes silenciosa, para o sucesso de um qualquer projecto de investimento ou de poupança, pretende-se, essencialmente, não só determinar o grau de literacia financeira do cidadão comum, como ainda propor formas de o combater. Só assim se poderão fazer, de maneira informada, independente e imparcial, as melhores escolhas, face à diversidade de produtos e serviços, mais comuns, colocados à disposição pelas instituições financeiras.

Para cumprir a primeira parte do estabelecido, teremos de recorrer a questionários devidamente elaborados, de forma a confrontar os conhecimentos, a nível financeiro, dos inquiridos, face às expressões ou termos mais comuns, utilizados pelas instituições. Pretendemos com isto determinar o que é que as pessoas entendem, por exemplo, por Debitar / Creditar a conta, Juro, Desconto Bancário, Euribor, Spread, TAEG, Inflação,

Taxas efectivas, equivalentes e nominais, etc.. Além disso pretende-se apurar, quais os factores mais importantes, responsáveis pela privação / carência, deste tipo de conhecimento, determinar possíveis factores que contribuíram a mesma, e relacioná-los com o sexo e habilitação académica das pessoas inquiridas.

Relativamente à segunda parte do objectivo estabelecido, temos plena consciência da necessidade de uma alfabetização financeira do cidadão comum. Esta traduzir-se-á na compreensão de um conjunto limitado de conceitos económicos interligados, que podem e devem ser usados como ferramentas para avaliar situações financeiras futuras e tomar decisões financeiras sensatas. Propomo-nos, por isso, elaborar um programa de combate à iliteracia financeira.

Para recolher essa informação será necessário recorrer a inquéritos composto por um conjunto de questões, que abordam temas que diariamente se ouvem falar, mas que nem sempre são perceptíveis.

É sabido que esta falta de conhecimento, vulgarmente denominado por iliteracia financeira, tem impacto negativo ao nível da economia dos particulares e consequentemente da economia de um país, daí que também haja uma crescente preocupação em apelar aos vários organismos, para a necessidade de conciliar o desenvolvimento económico de um país com a diminuição deste tipo de analfabetismo

1.3 Estrutura da Tese

Para além deste capítulo, a tese é constituída por mais quatro capítulos.

No segundo capítulo realizar-se-á uma breve revisão de literatura sobre a (i)literacia financeira, nomeadamente no que diz respeito a estudos efectuados por outros autores sobre esta temática.

No terceiro capítulo, desenvolver-se-á teoricamente o tema em apreço, procedendo-se à análise de algumas ferramentas existentes, quer a nível nacional quer internacional, para combater a iliteracia financeira.

No quarto capítulo, apresentar-se-á o estudo de caso efectuado com as devidas conclusões, procurando determinar alguns factores responsáveis pelo insucesso da literacia financeira.

No quinto capítulo propor-se-ão formas / programas para combater este flagelo que é a iliteracia financeira.

Em seguida proceder-se-á à conclusão final deste estudo.

2. A (I)Literacia Financeira

Neste capítulo abordaremos o conceito de literacia financeira, segundo vários autores. Após a sua definição, recorreremos a diversos autores estudados para demonstrar a importância do desenvolvimento da literacia financeira na preparação e adaptação do indivíduo para a sociedade actual. Este capítulo procura assim resumir o conceito de literacia financeira bem como evidenciar a sua importância no quotidiano de cada indivíduo.

2.1 Definição de Literacia Financeira segundo vários autores

A par do que foi dito pelo Dr. Pedro Duarte Neves, Vice-Governador do Banco de Portugal, aquando da sua intervenção na sessão de abertura da I Conferência Nacional de Educação Financeira em 27/09/2011, e que paço a citar “*A par com o acesso, cada vez mais generalizado, dos cidadãos a produtos e serviços financeiro, tem-se assistido, ao longo dos últimos anos, a uma transformação do enquadramento em que as pessoas exercem decisões financeiras. Essas mudanças têm, naturalmente, implicações sobre os níveis de literacia que são hoje necessários aos cidadãos para que possam actuar de forma confiante e responsável nos mercados financeiros*”. (Disponível em <http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/IntervencoesPublicas/Paginas/intervpub20110927.aspx>).

Pode-se concluir que o conceito de literacia financeira não é forçosamente um conceito rígido, antes pelo contrário, é um conceito dinâmico, podendo ser definido com uma maior ou menor abrangência, dependendo do ponto de vista de cada um, como a seguir iremos constatar.

2.1.1 Literacia Financeira

Uma das primeiras e mais citadas definições, de literacia financeira a nível internacional, foi a introduzida pela “*National Foundation for Educational Research*”, por Schagen, (1997), de acordo com a qual a literacia financeira é “a capacidade de

fazer julgamentos informados e tomar decisões efectivas tendo em vista a gestão do dinheiro”.

Segundo a *Financial Industry Regulatory Authority* (2003), (FINRA), a literacia financeira é a Compreensão dos princípios de mercado, instrumentos, organizações e regulação.

Para Gois (2010), o tema da literacia financeira é muito amplo, não existindo sequer entendimento sobre as áreas em que pode ser dividido. No entanto define literacia financeira como a capacidade de um indivíduo elaborar julgamentos informados e em tomar decisões quanto ao uso e à gestão do dinheiro.

Para Pang (2010), a alfabetização financeira é a compreensão de um conjunto limitado de conceitos económicos interligados que podem ser usados como ferramentas para avaliar situações financeiras e tomar decisões financeiras sensatas.

Já para Mandel (2007), a literacia financeira traduz-se na capacidade de avaliar novos e complexos instrumentos financeiros e tomar decisões informadas relativamente à sua selecção e utilização, de modo a melhor satisfazer os objectivos de longo prazo.

Segundo Remund (2010), a literacia financeira assume uma definição muito peculiar, sendo a forma de entender os principais conceitos financeiros. De acordo com Cude (2010), esta definição envolve a capacidade e a confiança para administrar as finanças pessoais.

A literacia, é um direito humano, uma ferramenta de auto-capacitação pessoal e um meio para o desenvolvimento social e humano. (UNESCO, 2010)

Para Orton (2007), a literacia financeira consiste num conjunto de conhecimentos próprios da actividade económica e financeira, que permite ao indivíduo analisar, interpretar, agir e gerir a sua situação financeira, proporcionando assim a tomada de decisões mais acertadas e a compreensão da forma como estas podem afectar o seu bem-estar financeiro. Para além de incluir a capacidade de decisão pela melhor opção financeira, admite, antecipadamente, a discussão de assuntos financeiros e monetários

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

de forma concisa, possibilitando ainda a resposta a eventuais adversidades que possam surgir e que envolvam decisões financeiras.

Já a Australian Securities & Investments Commission (2003), (ASIC) define a literacia financeira segundo uma perspectiva diferente.

Segundo esta, a literacia financeira resume-se a um conjunto de aptidões que permite efectuar julgamentos informados e tomar as decisões mais acertadas relativamente à gestão do dinheiro. Esta definição difere da anterior, na medida em que faz menção ao conhecimento do dinheiro e à capacidade de utilizar o mesmo em situações reais.

A Ministerial Council for Education Early Childhood Development and Youth Affairs (2009), (MCEECDYA), define literacia financeira como sendo a capacidade de compreender e aplicar os conhecimentos de natureza financeira, face às diversas situações que possam surgir no dia-a-dia, permitindo assim que se decida pela opção que melhor satisfaça os interesses individuais de cada um.

Para a OCDE (2005), a educação financeira é o processo pelo qual os consumidores / investidores financeiros melhoram a sua compreensão relativamente a produtos financeiros, a conceitos, a riscos e oportunidades. É através da instrução, informação e aconselhamento que eles desenvolvem a capacidade e a confiança para fazer escolhas informadas, conscientemente, a fim de melhorar e garantir o seu bem-estar financeiro.

Neste sentido, educação financeira, vai para além da prestação de informações e aconselhamento financeiro, que devem ser regulados, como já é frequentemente o caso, em particular para a protecção dos clientes financeiros.

Analisando e interpretando as palavras proferidas pelo Secretário-geral da OCDE em 2005, ao afirmar que *“... a educação financeira é importante tanto para a segurança dos indivíduos como para a segurança das nações. As sociedades modernas lutam por assegurar a coesão social, enquanto parte integrante do progresso económico. Tal coesão pode ser seriamente afectada por grandes desigualdades na distribuição de riqueza dentro das nações. Uma forma de evitar desigualdades é assegurar que todos participam na criação e distribuição de riqueza ... A educação financeira pode ter um*

papel essencial”, depreende-se que a literacia financeira pode e, deve ser entendida, como um factor de coesão social (OCDE,2005,1-2).

2.1.2 Educação Financeira

Entende-se por educação financeira todo o processo no qual o cidadão comum, enquanto consumidor e potencial investidor, vai adquirindo todo um conjunto de conhecimentos, através de informação, instrução ou aconselhamento específico, permitindo-lhe desenvolver um misto de capacidade e confiança para se tornar mais atento a riscos e oportunidades financeiras, proporcionando-lhe uma tomada de decisões autónoma e consciente, conduzindo-o ao seu bem-estar financeiro. A educação financeira deve ser algo que permita, de uma forma generalizada, uma melhor compreensão dos produtos e conceitos financeiros, dotando o cidadão de ferramentas que lhes permitam na altura certa, de livre e espontânea vontade, tomar as decisões mais acertadas. No entanto não se deve confundir educação financeira com regulação financeira, até porque são realidades completamente diferentes que se complementam.

No processo de educação financeira, as instituições/organizações financeiras devem ou deveriam ter um papel fundamental, não só através da informação e do aconselhamento que são prestados, mas também através da promoção da consciência financeira “*Financial awareness*”, principalmente no que diz respeito aos compromissos de longo prazo assumidos pelos indivíduos aquando da aquisição de produtos e serviços prestados por estas instituições/organizações financeiras.

Desta forma pode concluir-se que as instituições/organizações financeiras têm um papel primordial não só no crescimento económico mas também na promoção da literacia financeira e na redução da pobreza.

Em MCEECDYA (2009) demonstra-se que, para promover a educação financeira, é importante que se apliquem os conceitos financeiros a contextos reais. A introdução desta metodologia na educação financeira consegue transformar o vulgar consumidor num sustentável, nomeadamente:

- Solidificar e aumentar a literacia financeira, através da sua aplicação à prática;

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

- Identificar as principais características que contribuem ou limitam a gestão financeira;
- Ponderar entre o risco e a segurança existentes na escolha de produtos financeiros;
- Fazer julgamentos adequados em contexto financeiro, assumindo as responsabilidades pelas suas decisões;
- Interiorizar as consequências do consumo, promovendo a tomada de decisões responsáveis;

Para Lusardi e Tufano (2008) a educação financeira e a educação para melhorar a literacia financeira pode complementar e aumentar os conhecimentos já existentes.

Podemos, pois, concluir que a educação financeira é extremamente importante, na medida em que dota os indivíduos de um conjunto de capacidades financeiras que lhes permite, no decorrer da sua vida, melhorar a capacidade de discussão e de tomada de decisões relacionadas com os produtos colocados à disposição pelas entidades financeiras.

2.1.3 Capacidades Financeiras

Num estudo levado a cabo por Lusardi e Tufano (2008) a (i)literacia financeira está relacionada com as decisões tomadas por pessoas com menos conhecimentos financeiros e que, muitas das vezes, se tornam as mais caras.

Geralmente, os indivíduos detentores de um nível de literacia mais baixo, tendem a negociar os produtos a um custo mais elevado (incorrendo em taxas mais altas), sendo incapazes de negociar as suas dívidas e como tal, incorrem em encargos excessivos

Para Treasury (2007) capacidade financeira é um conceito amplo, que abrange o conhecimento das pessoas e a capacidade para compreender as próprias circunstâncias financeiras, bem como a motivação para agir. Consumidores com capacidade financeira planeiam antecipadamente, encontram e utilizam informação, sabem em que alturas devem procurar conselhos e agem de acordo com os mesmos, o que os leva a uma maior participação no mercado de serviços financeiros.

Segundo este mesmo autor, a capacidade financeira é importante na medida em que permite:

- Gerir o dinheiro, controlar os gastos e viver dentro das possibilidades de cada um;
- Planear com antecedência e prever eventos futuros;
- Avaliar produtos financeiros e de fazer escolhas entre ofertas similares;
- Obter ajuda e ficar informado sobre os produtos e serviços financeiros.

Segundo Orton (2007), um indivíduo financeiramente capaz, é todo aquele que tem capacidade e confiança para estar atento a oportunidades financeiras, sabe onde se dirigir quando precisa de apoio, toma decisões informadas e tem consciências das consequências que possam advir das suas decisões, procurando agir eficazmente.

ASIC (2003) e Orton (2007) descrevem um conjunto de competências chave e conhecimentos que deve ser desenvolvido para a obtenção de conhecimentos, capacidades e comportamentos do indivíduo, de forma a aperfeiçoar a capacidade financeira dos indivíduos e que consiste em:

Conhecimento e compreensão financeira: capacidade de identificar e manusear dinheiro nas suas diferentes formas, nas diversas situações do dia-a-dia e tomar as decisões correctas de acordo com as necessidades, assim como compreender o que é, para que serve e como é trocado o dinheiro;

Competência financeira: capacidade de compreensão das características fundamentais dos serviços financeiros, (isto é o poder de actuar e administrar, de forma autónoma, os recursos financeiros de forma a obter os melhores resultados) e de avaliação do risco nas situações previsíveis e imprevisíveis. Desta característica financeira devem fazer parte, entre outros, os seguintes aspectos:

- Administração do orçamento;
- Como evitar dívidas;
- Como poupar;
- Como fazer render as suas poupanças;
- Custo de oportunidade.

Responsabilidade financeira: capacidade para avaliar o impacto global das decisões financeiras a nível pessoal e familiar, abrangendo não só os direitos e deveres associados às decisões financeiras, mas também o conhecimento de possíveis fontes de informação, orientação e de assistência em caso de dificuldade;

Deste conjunto de competências devem ainda fazer parte as capacidades de leitura e compreensão da linguagem matemática básica.

Assim, a capacidade financeira tem como principal função controlar, de forma responsável, as receitas e os gastos, com o intuito de proporcionar um equilíbrio financeiro.

2.2 A importância da literacia financeira na sociedade actual

Segundo ASIC (2003) e, face à complexidade do sistema de produtos financeiros em determinadas sociedades e à constante mutação do ambiente financeiro e social, o conceito de literacia financeira é relativo. Pode então concluir-se que, a avaliação do conhecimento financeiro por parte do indivíduo é dinâmica e subjectiva, pois, um indivíduo hábil nesta temática na sociedade de há 20 ou 30 anos atrás, pode não o ser na sociedade actual. Tal facto deve-se a acontecimentos e factores que vão surgindo com o decorrer dos anos, obrigando a que, o conceito de literacia financeira detido por um indivíduo, se vá alterando.

É vulgar ouvirmos dizer que a informação prestada pelas instituições financeiras é muito complicada e confusa, pelo que é preferível, ao invés de a tentar perceber e aprender, encontrar alguém em quem se possa confiar para tratar do problema. Daí as pessoas serem alvos vulneráveis porque não têm conhecimentos financeiros e não querem perder tempo para aprender.

No entanto, já Rotfeld (2008) defendia a teoria de que é preferível estudar e aprender a tomar decisões, do que pedir conselhos a estranhos.

De acordo com Machado (2011), esta tarefa complexa que é a literacia financeira pode ser descrita e agregada a um modelo chamado ciclo de vida (*“life cycle model”*) ou

acontecimentos da vida (*“life events”*) que no fundo mostra a organização e a evolução de cada sociedade.

A análise levada a cabo por Browning e Crossley (2001) sobre um estudo que procurou averiguar a possibilidade de criação de modelos de ciclo de vida que, associados ao esforço e rendimento disponíveis de cada um, justificassem para um mesmo consumidor diferentes comportamentos, sugere que a opção de poupança e gasto implementada por cada indivíduo, é fortemente influenciada por vários factores como a cultura, a religião, a educação, o número de filhos, etc..

Como se pode depreender do parágrafo anterior, Browning e Crossley (2001), defendem que as decisões de âmbito financeiro são influenciadas pela experiência de vida de cada um, e, para as compreender melhor, se deve avaliar, em cada sociedade, o(s) percurso(s) de várias famílias de forma a identificar os vários estádios de literacia financeira existentes e, verificar quais os que devem ser prioritários para o desenvolvimento de literacia financeira, procurando-se perceber o que, em determinada sociedade, transmite segurança financeira ao indivíduo.

ASIC (2003) refere o exemplo do inquérito realizado pelo ANZ Bank na Austrália, que evidenciou uma ausência ou reduzida capacidade financeira por parte de alguns consumidores de produtos financeiros, enquadrados numa faixa etária compreendida entre os 18 e os 24 anos

Podemos, pois, concluir que a literacia financeira é importante para qualquer indivíduo integrado numa sociedade, embora nas sociedades menos desenvolvidas o grau de literacia financeira não seja tão exigente como nas desenvolvidas. Contudo, um indivíduo financeiramente culto, deve estar preparado para interagir, financeiramente, nas diversas sociedades e situações de uma forma clara, concisa e autónoma.

Na sociedade actual, um indivíduo deve ser financeiramente hábil, devendo para isso possuir e dominar alguns conceitos financeiros, podendo deste modo fazer as suas escolhas sem estar sujeito a relações de agência.

No entanto a OCDE (2006) sugere que, independentemente dos problemas que daí possam surgir, haja, de alguma forma, uma relação de agência por vários motivos: (I)

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Corrigir a falta de informação financeira necessária para intervir no (s) mercado (s) financeiro (s); (II) Corrigir aqueles que julgam possuir um nível de literacia financeira superior ao que realmente têm.

Em consonância com esta ideia, já a ASIC (2003) e posteriormente Orton (2007), chamam à atenção para o facto de haver situações que obriguem de certa forma à existência de um mediador / supervisor, que possa aconselhar o consumidor (existindo assim uma relação de agência). Tal situação tem-nos acompanhado até aos dias de hoje e, deve-se aos seguintes factores: (I) Uma cada vez maior participação dos consumidores nos mercados financeiros; (II) Um aumento da volatilidade dos mercados, após um longo período de crescimento; (III) Uma redução da poupança e aumento do crédito a nível individual; (IV) O aumento da consciencialização e responsabilização dos consumidores.

Podemos assim concluir que, mesmo na actual sociedade, e dada a grande variedade de produtos financeiros existentes, a problemática da (i)literacia financeira deve ser tratada com alguma subjectividade. Tem, antes de mais, de se analisar o grau de literacia do indivíduo relativamente à complexidade do produto a adquirir, pois o que não oferece dúvidas para um, pode ser questionável para outros. Por outro lado, seria de todo o interesse que se pudesse identificar um grau de literacia mínimo e garantir que todos os indivíduos o dominassem, dotando-os de conhecimentos facilitadores do relacionamento com entidades financeiras, facilitando e promovendo o sucesso financeiro de cada um.

A iliteracia financeira não se cinge somente aos problemas relacionados com a banca, mas também ao dia a dia de cada um. Um “iliterário” pode deparar-se com inúmeras situações constrangedoras do dia-a-dia, às quais é incapaz de dar resposta ou ultrapassar como por exemplo: gerir o seu orçamento familiar, identificar produtos ou serviços financeiros que satisfaçam as suas necessidades, etc., tornando-se assim alvo fácil para a prática de situações abusivas e desonestas.

Por tudo isto, e, porque a literacia financeira é extremamente importante para o bem-estar pessoal e financeiro de cada um, há todo o interesse em identificar, no âmbito desta temática, a ausência de conhecimento existente na sociedade em geral e

desenvolver mecanismos para a combater, passando pela sensibilização da própria sociedade para os problemas que possam surgir.

3. Projectos e recomendações para promover a Literacia Financeira

Neste capítulo pretende-se, na sequência do que até aqui foi dito, fazer uma breve alusão, a algumas iniciativas levadas a cabo por vários organismos e instituições, nacionais e internacionais, com vista à promoção da literacia financeira, procurando-se mais uma vez chamar à atenção para a importância destes projectos, no que toca ao contributo destes para um acesso generalizado, adequado e informado da população, aos produtos e serviços prestado pelas instituições financeiras.

3.1 A nível Internacional

Com o intuito de promover e desenvolver a literacia financeira, países como Estados Unidos da América (EUA), Federação Russa (RUS), Austrália (AUS), Canadá (CAN) e outros, criaram organizações / instituições e estratégias para observar e desenvolver a literacia financeira da população.

Para alcançar os objectivos a que se propuseram, desenvolveram e colocaram em prática alguns projectos, tendo para isso recorrido à elaboração e apresentação de inquéritos à população, à criação de páginas de Internet, à produção de documentação escrita, e à criação de programas específicos de combate à iliteracia financeira destinados a um determinado público-alvo, também ele específico, como crianças e jovens em idade escolar, indivíduos com dificuldades em cumprir as suas obrigações financeiras, etc..

Na RSU e, a fim de manter a confiança no mercado financeiro e promover a compreensão do sistema financeiro, pelo público em geral, foi criada em 2000 a *Financial Services Authority* (FSA), cuja principal função é a regulação dos serviços financeiros e a educação financeira da população.

Há outras entidades que têm objectivos paralelos com os da FSA, como a *Basic Skills Agency*, o *Resolution Foundation* e o *Personal Finance Education Group*. Contudo, embora todas elas se tenham especializado na temática da literacia financeira, a FSA tem uma responsabilidade mais abrangente, pois trata-se de uma entidade reguladora.

Tendo em conta os resultados obtidos relativos à avaliação das capacidades financeiras da população da RUS, assim como, alguns conselhos de outras entidades de referência mundial, elaboraram-se vários documentos, nos quais se abordam estratégias a adoptar para promover a literacia financeira. Neles foram identificadas algumas áreas que merecem uma intervenção prioritária, como escola, emprego, empréstimos, jovens adultos, famílias, aconselhamento e reforma.

Da mesma forma Austin (2010), responsável por um programa de literacia financeira cuja principal função é sensibilizar as pessoas para a importância da tomada de decisões prudente e sensata a respeito do uso de seu dinheiro, implementou um estudo que evidenciou necessidades nas seguintes áreas: orçamento, economia, investimento, poupança, negociação de linhas de crédito, gestão da dívida, planeamento para a reforma, conhecimento de produtos financeiros, etc..

Estas instituições financiadas, essencialmente, pelo governo e pelas entidades reguladoras, no âmbito do programa de promoção da literacia financeira, dão especial atenção à educação financeira nas escolas e aos programas e apoio a consumidores mais vulneráveis.

Programas Internacionais

A FSA criou uma página na internet a “*MoneyMadcLEAR*” que pode se acedido em (<http://yourmoney.moneyadvice.service.org.uk/>), que disponibiliza documentos de apoio, encontrando-se os mesmos estruturados por fase de vida. Providencia também ferramentas para abordar hipotecas, orçamentos, começar uma família, dívida, empréstimos, seguros, pensões, caracterização financeira e comparação de produtos como pensões, contas poupança e outros investimentos.

Nos EUA e com o objectivo de obter esforços do sector público e privado para promover a literacia financeira, foi criada em 2003 a *Financial Literacy and Education Commission* (FLEC), tendo como missão principal a de desenvolver estratégias de promoção da educação financeira, criando e coordenando, para o efeito, programas de educação financeira.

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

A FLEC desenvolveu campanhas que, de forma diferente, conforme o público-alvo que pretendem atingir, chamam especial atenção para a poupança. A FLEC é apologista, de entre outras coisas, da integração da educação financeira no currículo escolar.

Nos EUA foi criado, pela FLEC, um site que se chama “*MyMoney*”, e que pode ser consultado em <http://www.mymoney.gov/>, que se propõe, de entre outras coisas, a coordenar toda a documentação já existente noutras instituições americanas, relativa a assuntos financeiros.

Em *MyMoney.gov* existe um conjunto de recursos que pode ajudar a maximizar as decisões financeiras, embora, se deva ter sempre em conta, a especificidade do país.

Este site e, segundo a informação que nele consta, tem como objectivo principal ensinar aos americanos as noções básicas sobre educação financeira, podendo-se encontrar, ao longo do mesmo, informação importante proveniente de vinte instituições, que ajuda a tomar as decisões financeiras mais acertadas ou inteligentes.

Após uma breve consulta a este site, podemos constatar que este contempla uma série de tópicos, com informação específica e informa acerca de outros sites para que os indivíduos se possam esclarecer melhor, tentando instruí-los sobre os seus direitos e deveres. Verifica-se igualmente, que para cada situação mencionada, faz alusão a determinados produtos como seguros ou outros, que podem ser adquiridos pelos clientes. Não se preocupa, pois, em ensinar o vocabulário básico das finanças como apurar o juro, de um empréstimo ou os diferentes tipos de taxas existentes e qual o seu impacto na vida de cada um.

Na AUS, existe o site “*Moneysmart*”, que é dirigido a todos os australianos e que pode ser consultado em <http://www.moneysmart.gov.au/about-us>. Este site é gerido pela Australian Securities and Investments Comissão (ASIC) e visa ajudar as pessoas a fazer escolhas inteligentes relativamente às suas finanças pessoais. É constituído por tópicos e em cada um há a preocupação de explicar o que é, e, nalguns casos até, como funciona. A título de exemplo, pode encontrar-se no separador “*Borrowing & credit*” uma definição de cartão de crédito numa linguagem simples e acessível, procurando, desta forma esclarecer o público com formação financeira inferior.

Ainda na AUS existe uma Fundação denominada “*Financial Literacy Foundation*” (FLF) que tem como objectivo a promoção da educação financeira, procurando que haja uma mudança de atitude relativamente à literacia financeira.

A FLF foi criada para traduzir o compromisso do governo australiano face aos cidadãos, dando-lhes a oportunidade de gerir o seu dinheiro de uma forma mais eficiente. A Fundação tem um foco nacional para questões ligadas à literacia financeira e trabalha em parceria com a indústria, governo e organizações comunitárias para a promover na Austrália.

Encontram-se, um pouco por todo o mundo, muitos outros sites e estudos com o objectivo de combater a iliteracia financeira, o que denota uma preocupação mundial no combate a este tipo de analfabetismo. Há um interesse generalizado em promover esta temática.

3.2 A nível Nacional

Actualmente, e, apesar do aumento do grau de escolaridade, os cidadãos evidenciam uma falta de conhecimentos, considerados básicos, nas mais diversas áreas, o que os incapacita de participar nas mesmas. A esta falta de capacidade denominamos iliteracia.

Os baixos níveis de literacia têm sido responsáveis por grande parte da desigualdade social encontrada em muitas das áreas que os cidadãos portugueses mais valorizam, nomeadamente, na financeira.

Em Portugal, tem-se verificado um elevado nível de iliteracia nas mais variadas vertentes. No entanto, cada indivíduo tenta combatê-lo ao especializar-se numa delas, podendo-se quase afirmar, que é praticamente impossível que um indivíduo seja um “expert” em todos os assuntos, surgindo assim, uma nova forma de analfabetismo relacionado com aquelas áreas que os cidadãos não dominam, mas que afectam o seu quotidiano.

Convém recordar que a literacia é a capacidade que o indivíduo tem, de compreender a informação que lhe é disponibilizada, possibilitando o desenvolvimento de todo o seu

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

potencial, permitindo-lhe uma participação activa na sociedade actual, utilizando esse conhecimento e informação, com alguma destreza, a fim de atingir os seus objectivos.

Efectivamente, uma das áreas onde se verifica um elevado grau de iliteracia é a financeira, pois uma grande parte da população não domina o assunto. Por isso, quando o cidadão necessita de tratar de algo relacionado com esta temática, tem de recorrer aos serviços da banca, ficando completamente subordinado às entidades que prestam estes serviços (teoria da Agencia). Talvez por este motivo, num dos seminários promovidos pela Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor (DECO) em 27 de Abril de 2009, sobre o tema “*O Governo das Grandes Empresas, a Regulação e os interesses dos Consumidores*”, presidido pelo então Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*, ele tenha mostrado alguma preocupação política em matéria de regulação dos mercados financeiros, (que estiveram no epicentro da actual crise económica) de forma a proteger os cidadãos em geral, especialmente aqueles, cujo nível de literacia financeira é baixo, procurando remediar, suavizar e até mesmo disfarçar este problema que afecta a população portuguesa.

Ainda no âmbito deste seminário foi proferido pelo mesmo autor que “*O aumento da transparência do sector financeiro, através da criação de novas exigências às instituições na divulgação de informação, protege os consumidores. Isso não significa, porém, que estes devam ser desresponsabilizados pelas decisões que tomam. A tarefa de criação de um quadro de supervisão e regulação que obrigue as instituições financeiras a divulgar adequadamente a informação relevante, ainda tem um longo caminho pela frente. Mas tendo o consumidor acesso a essa informação relevante, a responsabilidade pelas suas escolhas e decisões não lhe pode ser retirada*”. (DECO, 2009, 8)

Também o Banco de Portugal (2010), na pessoa do seu Governador, aquando da sua intervenção no XX Encontro de Lisboa, é de opinião que há matérias que requerem uma atitude mais proactiva do sistema bancário, nomeadamente através da adopção de códigos de boas práticas que garantam uma relação transparente e equilibrada com o cliente.

Pode, pois, concluir-se que o Estado português impõe regras rígidas e imperativas às diversas instituições financeiras, tentando proteger, desta forma, o consumidor, ao invés de procurar incutir, de livre e espontânea vontade, uma maior responsabilidade social às instituições financeiras, de forma a garantir o mesmo objectivo. É igualmente verdade que o cidadão ao ter acesso a essa informação relevante, não se pode desresponsabilizar pelas suas escolhas ou decisões. Contudo, deve ter-se em atenção a linguagem que as instituições financeiras aplicam na divulgação da informação, isto é, se ela é perceptível e acessível, pois é sabido que, grande parte da população, não compreende nem domina os termos técnicos utilizados.

Também Almeida A.(2007), partilha da mesma opinião ao defender que os consumidores têm a responsabilidade de estar bem informados. Na opinião deste autor, o sistema financeiro português é desequilibrando e a informação é assimétrica, ou seja, as instituições que oferecem produtos e serviços financeiros têm, geralmente, mais informação e formação do que os consumidores. Isto traduz-se numa maior capacidade de negociação.

Somos da opinião que o cidadão comum, necessita de conhecer a terminologia bancária mais usual, como conta corrente, taxas de juro, saldo mínimo, Euribor, Spread, Inflação / Deflação, TAEG, TAE, debitar ou creditar a sua conta, etc., para determinar ou concluir qual o seu impacto no quotidiano de cada um.

Pensamos que o baixo nível de literacia financeira da população portuguesa não se ultrapassa apenas com a imposição de normas às instituições financeiras, que as obriguem à divulgação de informação. É necessário que haja uma educação financeira destinada aos cidadãos, de forma a prepará-los para a compreensão da informação prestada.

É essencial a literacia financeira dos consumidores de produtos financeiros para uma tomada de decisões consciente. O Estado Social tem responsabilidades no incentivo a essa literacia, nomeadamente para evitar que os cidadãos sejam excluídos do acesso a serviços financeiros básicos. Contudo, as próprias instituições financeiras não se podem dissociar deste esforço, já que, é do seu interesse, os seus clientes possuam um nível adequado de educação financeira.

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

O constante surgimento de novos produtos, e o seu rápido desenvolvimento, torna os serviços financeiros cada vez mais complexos. Os consumidores devem estar dispostos a educar-se em termos financeiros para que, face a esta complexidade, possam tomar decisões informadas. A educação financeira iniciada em idade precoce permite, no futuro, olhar as questões financeiras, como uma parte natural do seu estilo de vida. Torna-se, assim, fundamental, uma educação financeira para uma gestão financeira saudável.

Programas Nacionais

Há algumas instituições financeiras que têm ou estão a criar formas de combate a este tipo de analfabetismo, procurando de alguma forma, aumentar e clarificar a sua responsabilidade civil e social.

O Programa “*Escolhas*” em parceria com o Barclays Portugal, tem vindo a desenvolver desde 2008, o programa “*Contas à Vida*”, que pode ser consultado através do endereço da internet em <http://contasavida-barclays.blogspot.com/> ou em http://www.barclays.pt/banco/responsabilidade_corporativa/contas_a_vida.htm?menuid=4.

Este programa tem como objectivos principais combater os ciclos de privação, melhorar a qualidade de vida e fomentar o empreendedorismo e o emprego da população mais jovem. Para tal, implementou, em todo país, um programa de educação financeira dirigido essencialmente a crianças e jovens dos 14 aos 18 anos provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis. Promove, desta forma, a educação financeira necessária para ultrapassar o ciclo da pobreza, dando a conhecer a importância do dinheiro.

O Programa “*Contas à Vida*” pretende assim, dotar, o seu público-alvo, de conhecimentos e competências financeiras, de forma a promover a inclusão social e financeira destes jovens, ajudando-os a enfrentar desafios financeiros no seu dia-a-dia e ensinar-lhes alternativas que lhes permitam alcançar a independência financeira e um futuro mais promissor.

Este projecto, enquadra-se no âmbito da responsabilidade social do Barclays e é levado a cabo por voluntários do Barclays Portugal, que de Norte a Sul do país, desenvolvem acções de formação de acordo com o programa, e que englobam temas como “*Eu e o Dinheiro*”, “*Uma Refeição Poupada*”, “*O Desafio do Dinheiro*”, “*A Conta Certa*” e “*O Objectivo da Vida*”.

Um outro projecto, implementado em Portugal, em 2008, foi o “Inquérito à Literacia Financeira da População Portuguesa”, desenvolvido pelo BP, cujos principais resultados foram publicados a 18 de Outubro de 2010.

Da conclusão deste trabalho, depreende-se que há uma necessidade de formação dos consumidores, constituindo esta, um estímulo para o desenvolvimento da educação financeira.

Também no âmbito do combate à iliteracia financeira, o BP disponibiliza para consulta, na sua página de Internet, <http://www.bportugal.pt/pt-pt/publicacoes/intervencoes/banco/CadernosdoBanco/Paginas/CadernosdoBanco.aspx>, um conjunto de dez cadernos, cuja finalidade exclusiva é, informar e esclarecer os consumidores de produtos financeiros, acerca das características das operações disponibilizadas, do seu modo de funcionamento e dos direitos e deveres que lhes assistem.

Cada um aborda, de forma muito esclarecedora, um único tema. Nesta colecção de cadernos são tratados os seguintes temas: “*Débitos Directos*”, “*Transferências a Crédito*”, “*Cheques - Regras Gerais*”, “*Cheques - Restrição ao seu uso*”, “*Central de Responsabilidades de Crédito*”, “*Cartões Bancários*”, “*Central de Balanços*”, “*Notas e Moedas*”, “*Abertura e Movimentação de Contas de Depósitos*” e “*Terminais de Pagamento e Caixas Automáticos*”.

Há ainda outras instituições financeiras que, no âmbito desta temática, criaram sites, de forma a procurar ajudar a esclarecer o cidadão comum sobre determinados produtos financeiros, como é o caso dos programas “*Saldo Positivo*” e “*Ciclo da Poupança*” ambos da responsabilidade da Caixa Geral de Depósitos e que podem ser acedidos em <http://www.saldopositivo.cgd.pt/> e <http://ciclodapoupanca.com/> respectivamente.

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Assim e, relativamente a algumas destas instituições, procuramos avaliar o seu contributo, tendo em conta o nível de conteúdo, o público a que se destinam e os exercícios elucidativos que contemplam.

Contudo, estes sites devem ser alvo de algumas críticas que passamos a mencionar:

O “*Saldopositivo.cgd.pt*”, no que toca ao conteúdo, está recheado de muita informação, o que dificulta a consulta de um tema específico. Por outro lado, os temas são abordados superficialmente e estão todos, ou praticamente todos, direccionados para a poupança e, conseqüentemente, para o investimento da mesma. Muito do conteúdo do site incentiva à aquisição de determinados produtos, pelo que, ao não abordar temas mais genéricos da área da banca, não deverá ser considerado como literacia financeira, mas sim uma forma de literacia de alguns dos produtos/serviços prestados por esta instituição. Não tem um público-alvo específico e está construído de forma simples e com uma linguagem bastante acessível, facilitando o acesso e a compreensão do mesmo.

Analisando o site, ao nível da complexidade dos exercícios, detectaram-se, no separador ferramentas, algumas aplicações que permitem ao utilizador, de uma forma simples, obter um conjunto de informações que lhe pode ser útil. Estas abrangem, entre outros, temas como “Orçamento Familiar”, “Comprar ou arrendar casa”, “Desconto ou Empréstimo”, “Check-Up Financeiro”, “Simulador de Prestação Habitação”, “Simulador Poupança”, etc. O utilizador apenas necessita de preencher um determinado número de campos, sendo-lhe devolvida a informação pretendida.

No entanto, chama-se a especial atenção para o facto de estas aplicações não ensinarem a forma de raciocínio / cálculo para se chegar ao resultado obtido. O utilizador continua sem saber a fórmula ou os cálculos a utilizar para chegar ao resultado final, pelo que, não sabemos, até que ponto, se podem considerar estas aplicações como exercícios. Cada aplicação será, na nossa opinião, comparada ao uso de uma máquina de calcular para fazer operações de dividir. Chega-se à conclusão que, com o recurso à máquina calculadora, qualquer pessoa chega ao resultado. Contudo, se lhe for pedido para efectuar os cálculos de forma manual, poucos serão aqueles que chegarão resultado final correcto.

O “*ciclodapoupanca.com*”, é um site especialmente direccionado para as crianças, contendo essencialmente jogos, dicas, curiosidades e muita informação sobre o planeta. O conteúdo está relacionado com a preservação do meio ambiente e procura sensibilizar o seu público-alvo para a necessidade de preservar o planeta, através do uso racional dos recursos naturais, procurando interligar o conceito de poupança de recursos ao de poupança financeira. Este site insere-se, passo a citar: “*Esta acção insere-se na Responsabilidade Social da Caixa, em que assumem particular relevância as áreas estratégicas do Ambiente e da Educação, designadamente a nível da sensibilização ambiental e da literacia financeira, e está envolvida no programa Caixa Carbono Zero que visa contribuir para a melhoria do ambiente e para o desenvolvimento sustentável.*”

Tendo como público-alvo, um público infanto-juvenil, este site está construído de uma forma simples e muito perceptível.

Analisando ainda dentro dos mesmos moldes o programa “*Programa de Literacia Financeira*”, que é da responsabilidade do Banco Espírito Santo (BES), e que pode ser acedido em <http://www.bes.pt/sitebes/cms.aspx?plg=33DF9F2A-32D7-43ED-B5F5-0497B038B43B>, podemos concluir que é um site muito completo, na medida em que apresenta, logo na primeira página, de uma forma muito simples todas as temáticas às quais esta instituição financeira se encontra interligada, quer a nível da prestação de serviços quer a nível da literacia financeira.

A título de exemplo e no que toca à literacia financeira, quando se entra na “*Inclusão Financeira*”, abre-se uma nova página que aborda esta temática de uma forma simples e que abrange vários temas, tais como:

- Programa de Literacia Financeira
- Por um Mercado cada vez mais Abrangente
- No Banco da Escola
- Olimpíadas Portuguesas da Matemática
- Protecção dos Clientes
- Conceitos financeiros de base na Poupança

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

No último tópico (“Conceitos financeiros de base na Poupança”) pode encontrar-se a definição de alguns termos bancários, que fazem parte do quotidiano, dando alguns exemplos práticos de cálculo sempre que o tema abordado o permita

No âmbito da sua responsabilidade social, também aborda temas ligados à cidadania, procurando promover o respeito pelo ambiente de modo a garantir no curto, médio e longo prazo a preservação das condições de vida no planeta.

Este site, embora, não defina especificamente qual o seu público-alvo, está direccionado para toda a comunidade e contempla exemplos de exercícios simples, que permitem perceber, de forma clara, os cálculos e o raciocínio até se obter o resultado final. Por exemplo, demonstra de forma sucinta e objectiva a fórmula de cálculo do Juro Simples e do Juro Composto.

Por outro lado contem definições de termos actuais, recorrendo, sempre que possível, a exercícios / exemplos práticos. Para além disto providencia também, tal como as restantes instituições financeiras, vários simuladores de crédito.

Para terminar a análise a este site, é de referir o facto de que, muita da informação que nele consta, foi retirada do site do Banco de Portugal.

Chama-se a especial atenção para o facto de existirem programas de rádio, que diariamente dedicam algum tempo de antena à literacia financeira, explicando alguns termos bancários, respondendo a algumas questões colocadas pelos ouvintes. No entanto, a forma como esses conhecimentos são transmitidos, inviabiliza em parte a nossa avaliação. Podemos, contudo, pronunciar-nos sobre o conteúdo e o público a que se destina.

Quanto ao conteúdo, aborda temas da actualidade usando uma linguagem acessível, o que facilita a sua compreensão por parte dos ouvintes.

No que toca ao público-alvo, este é um programa aberto e como tal não é direccionado para um público específico.

Resta-nos lamentar o facto de não ser possível exemplificar, com exercícios, a informação transmitida por esta via relativa a alguns temas que aí são abordados.

Em suma, em Portugal tal como um pouco por todo o mundo, começa a haver uma preocupação crescente com este flagelo, verificando-se que as medidas existentes para combater este tormento são ainda, pelas mais variadas razões, insuficientes.

Importa contudo, referir a importância do tipo de material que se encontra disponibilizado, e, congratular todas as entidades que de alguma forma contribuem para o desaparecimento deste tipo de analfabetismo.

3.3 Recomendações

São cada vez mais, os organismos internacionais e nacionais, que, relativamente a esta temática, tem demonstrado uma preocupação crescente.

Neste sentido, têm sido emitidas diversas recomendações, a fim de orientar e promover o desenvolvimento de programas de educação financeira.

A OCDE (2009), com base na recomendação do Conselho sobre boas práticas de educação financeira, fornece informação sobre o contexto em que assumiu um papel activo, de liderança, à luz da crise financeira, na tomada de acções políticas que protejam e consciencializem os consumidores de produtos financeiros.

A OCDE (2005) recomenda que os países membros desta organização, promovam a educação financeira, alertando para a necessidade dos governos e instituições públicas e privadas implementarem os princípios e boas práticas de educação financeira que constam no referido documento, tornando-se assim parte integrante deste processo. Para tal, os programas de educação financeira deverão ser planeados e preparados de acordo com as necessidades, e ao nível de literacia do público alvo que visam atingir. A educação financeira deve ser um processo contínuo ao longo da vida, permitindo acompanhar a crescente complexidade dos mercados financeiros. Segundo esta mesma fonte, deve-se:

- Promover os programas de educação financeira que ajudem o consumidor a tomar consciência das vantagens e desvantagens, bem como dos riscos, dos

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

diferentes tipos de produtos e serviços financeiros. Estes devem começar na escola, o mais precocemente possível;

- Identificar e promover programas de educação financeira que orientem os cidadãos sobre os conteúdos e sobre a avaliação do cumprimento dos objectivos de cada um;
- Incluir a educação financeira nas políticas de apoio social (ex.: grupos desfavorecidos, jovens, etc.), de acordo com o grau de escolaridade de cada um. A educação financeira deve ser preparada de acordo com as carências de cada um, através de seminários ou de serviços de aconselhamento;
- Difundir mensagens educativas, através dos vários meios de comunicação disponíveis, com o intuito de aumentar a cobertura e a exposição da população a estes programas. Assim devem ser criados sites específicos que forneçam informação financeira relevante e de fácil compreensão e serviços de informação gratuitos;
- Encorajar os programas de formação de formadores para que estes possam desenvolver as competências necessárias para prestar formação nesta área;
- Promover campanhas para chamar a atenção da população para a necessidade de melhorar a sua compreensão sobre riscos financeiros e formas de se protegerem deles;
- Fomentar a cooperação internacional para a educação financeira, incluindo o recurso à OCDE, como um meio de troca de informação sobre experiências recentes em educação financeira.

Estes Princípios e Boas Práticas foram adoptados pelo Conselho da OCDE, tentando, desta forma, promover a literacia financeira.

A OCDE recomenda ainda que se inclua a educação financeira no currículo escolar, sempre que possível, como um tema obrigatório, seja com autonomia disciplinar ou inserida em disciplinas pré-existentes, o mais cedo possível e que continue à medida que os alunos progridem na sua vida escolar, devendo ser leccionada de forma relevante e activa para os alunos, e a partir das próprias experiências e interesses destes.

A educação financeira é apenas um dos pilares duma política destinada a melhorar a literacia financeira. Assim é também importante que haja uma política de regulação das instituições financeiras e que existam instituições como a DECO, que permitam que o cidadão eleve o seu conhecimento financeiro de uma forma regulada e controlada.

Chama-se especial atenção para a importância desta associação que é a DECO, que tem contribuído, não só nesta área mas um pouco por todas as áreas, para a crescente consciencialização dos consumidores quanto às suas escolhas e aos seus direitos, mudança esta que é unanimemente reconhecida como largamente positiva e de que muito beneficiam os Portugueses

A FLEC por seu lado sugere como estratégia para a promoção da literacia financeira, a criação e implementação de programas que promovam essencialmente quatro pontos:

1. Aumentar o conhecimento e o acesso à educação financeira;
2. Determinar e integrar competências financeiras essenciais;
3. Melhorar a infra-estrutura da educação financeira, e
4. Identificar, aprimorar e partilhar práticas financeira eficazes.

Para tal, cada programa deve abordar temas do interesse dos cidadãos, de acordo com o público-alvo. É recomendável que se iniciem ao nível mais básico e que se preveja uma evolução gradual dos mesmos. Na sua elaboração ter-se-á em atenção a linguagem, a cultura, a idade, a experiência e o modo de ajustamento à população a que se destina.

No âmbito dos quatro pontos acima mencionados, e, na preparação dos programas de literacia financeira, a FLEC recomenda que:

Eles sejam difundidos, através dos meios de comunicação, de forma a criar impacto na comunidade.

A literacia financeira incida mais sobre quatro blocos essenciais como a poupança, a gestão de crédito, crédito para habitação e planeamento da reforma.

Cada programa tenha objectivos específicos e estratégias para medir a sua evolução.

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

No decorrer de cada programa haja um acompanhamento efectivo dos participantes para que se possa garantir que eles adquiram as competências pretendidas.

Os objectivos de cada programa devem, sempre que possível, ser demonstráveis, recorrendo para isso a exercícios, testes ou outros, para que seja possível demonstrar o impacto positivo dos conhecimentos adquiridos e desta forma evidenciar o valor do programa.

Também Orton (2007) recomenda a realização de projectos pilotos antes da criação de estratégias nacionais, sugerindo ainda a criação de programas educativos adaptados a contextos variados

Almeida (2007) defende que o processo de educação financeira deve iniciar-se na escola. No entanto, é necessário as instituições financeiras também terem um papel preponderante na educação financeira dos consumidores, através de uma atitude mais informativa e esclarecedora.

De uma forma geral pode concluir-se que, relativamente à educação financeira, esta deve ser promovida ao longo da vida, e deve ser dirigida, de uma maneira geral, às necessidades específicas dos cidadãos. Quando tal não for possível, deve apurar-se o nível de conhecimentos financeiros dos cidadãos e promover a criação de programas de formação que complementem as lacunas nesta área.

4. Estudo de Caso

Neste capítulo, elaboraremos um estudo de caso, de forma a determinar o grau de (i) literacia financeira do cidadão comum, relativamente a alguns termos utilizados pelas instituições financeiras e que muito influenciam as economias de cada um. Procuraremos ainda procurar saber a opinião de alguns profissionais do sector bancário, relativamente ao nível de conhecimento de alguma terminologia da área financeira detido pela população em geral, procurando retirar-se, de ambos os estudos, as principais conclusões.

4.1 Método e estratégia usados para a recolha de informação

Ao iniciar-se este estudo pretendemos, entre outras coisas, chegar a conclusões evidentes sobre o grau de (I) literacia financeira do cidadão comum. Para tal dirigimos um inquérito à população do vale do Sousa, denominado Inquérito ao Cidadão Comum.

Para o complementar, foi elaborado um questionário / inquérito, dirigido aos profissionais do sector bancário, de várias instituições financeiras.

4.2 Métodos de Avaliação do Inquérito ao Cidadão Comum

Uma das principais preocupações em estudos empíricos, especialmente quando se pretende medir os resultados, quantitativamente, é a definição da escala de medida apropriada para a colheita de informação. Para este estudo, é necessário uma escala que permita que, através de cada questão, se possa avaliar o nível de conhecimento de cada inquirido.

Uma escala muito utilizada neste tipo de estudos, é a ordinal e, particularmente, a Escala de Likert. Ela é muito útil na medida em que permite que se divida a escala, em várias categorias, sendo que a cada uma é atribuída uma menção de acordo com o que se pretende avaliar.

No estudo em causa a escala será composta pelas seguintes menções:

- 1 – Não Sabe / Não Percebe / Não Domina
- 2 – Não Sabe Minimamente / Não Percebe Minimamente
- 3 - Sabe o Mínimo/ Percebe o Mínimo/ Satisfaz
- 4 – Sabe / Percebe Bem; Domina
- 5 – Sabe Bem/ Percebe Plenamente

Esta é um tipo de escala de resposta psicométrica usada, frequentemente, em questionários, e a mais utilizada em pesquisas de opinião. Ao responderem a um questionário, com base nesta escala, os inquiridos conseguem especificar o nível de conhecimento, face à questão que lhes foi colocada.

Esta escala pode ser considerada bipolar, na medida em que mede o quanto uma resposta pode ser negativa ou positiva. Contudo, também tem gerado alguma controvérsia, uma vez que entre o “nada” e o “muito” existe uma tendência dos inquiridos marcarem o ponto central, principalmente quando não dominam o assunto, não têm experiência ou simplesmente não sabem, mas não querem dar a conhecer a sua ignorância.

Para colmatar esta situação e, no que toca ao Inquérito ao Cidadão Comum, optou-se por uma entrevista estruturada, em que o entrevistador aborda directamente o inquirido, colocando-lhe as questões que constam do inquérito. Cabe-lhe, assim, avaliar se a resposta de cada inquirido se encontra dentro de determinados parâmetros e de acordo com um conjunto de respostas possíveis que constam do apêndice I, (Apêndice I - Conceitos de Termos Bancários - Respostas possíveis a cada questão do Inquérito ao Cidadão Comum).

Ao confrontar directamente o inquirido com as questões, pretende-se que este responda, de uma forma simples, ao que verdadeiramente entende por cada uma delas. Caso contrário poderia responder às questões, recorrendo à Internet, ou a outra documentação, deturpando assim os resultados pretendidos.

4.3 Estrutura dos inquéritos

O inquérito dirigido ao cidadão comum foi elaborado de acordo com a informação que se pretende obter. Este inquérito é composto por duas partes distintas:

Uma primeira parte que, anonimamente, procurará identificar um conjunto de informação relativa a cada inquirido, como idade, sexo, grau de escolaridade, etc., e uma segunda contendo questões do senso comum, em que os inquiridos se pronunciarão, de forma livre, relativamente a um conjunto de questões de natureza financeira e que aborda temas actuais.

Pretende-se, posteriormente, relacionar o grau de conhecimento obtido, relativamente a cada questão com o sexo e formação académica da população do Vale do Sousa.

4.4 Ficha Técnica do Inquérito ao Cidadão Comum

Objectivos da sondagem

Determinar e analisar o grau de literacia Financeira do Cidadão Comum.

Responsável pela realização da sondagem / Inquérito:

José Fernando da Silva Alves

Concepção metodológica: José Fernando da Silva Alves

Metodologia

Universo do estudo: O Universo deste estudo é constituído por indivíduos de ambos os sexos com idade igual ou superior a 18 anos, residentes na região do Vale do Sousa.

Amostra:

A amostra deste estudo é constituída por um total de 115 inquiridos. Apresenta-se distribuída geograficamente da seguinte forma:

Região do Vale do Sousa 115 entrevistas

Quanto às variáveis sexo, idade e habilitação académica, a amostra apresenta-se distribuída da seguinte forma:

Sexo:

Masculino..... 42 entrevistas
Feminino 73 entrevistas

Idade:

Indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos

Habilitação Académica

Não foi efectuada qualquer discriminação relativamente a esta variável, pelo que se aceitaram todos os inquiridos independentemente das habilitações académicas dos inquiridos.

Metodologia da selecção da amostra

A amostra deste estudo é constituída por amigos, colegas de trabalho e pessoas que se dirigiam a algumas instituições financeiras ou que simplesmente se encontravam na rua e que foram abordadas e convidadas a responder a um pequeno inquérito. Os indivíduos que compõem a amostra residem na região do Vale do Sousa.

A amostra prevista era de 75 entrevistas e, a final do estudo é de 115.

Recolha da Informação

A recolha da informação foi efectuada através do método da entrevista estruturada. Abordou-se directamente cada indivíduo, convidando-o a responder a um conjunto de questões de senso comum

O processo de recolha de informação decorre da seguinte forma:

1º O entrevistador aborda o inquirido e convidando-o a responder a um conjunto de questões.

2º As questões são colocadas directamente pelo entrevistador e avaliadas pelo mesmo, recorrendo para isso à escala de Likert

N.º Total de entrevistadores 1

N.º Total de entrevistas realizadas 115

Datas de recolha de informação

A recolha da informação teve lugar durante o mês de Março e meados do mês de Abril de 2011.

4.5 Análise e Interpretação dos resultados do Inquérito ao Cidadão Comum.

4.5.1 Os Indicadores de (i)literacia financeira amostrais.

O Inquérito dirigido ao cidadão comum, que consta do apêndice II, (Apêndice II – Inquérito dirigido ao cidadão comum) é composto por catorze questões do senso comum, e que estão dispostas pela ordem seguinte:

Questão 1: *O que entende por "Cartão de Crédito / Débito";*

Questão 2: *O que entende por "Debitar a Sua Conta"*

Questão 3: *O que entende por "Creditar a Sua Conta"*

Questão 4: *Qual a diferença entre "Capitalização Simples / Composta"*

Questão 5: *O que entende por "Juro"*

Questão 6: *O que entende por "Taxas Nominais"*

Questão 7: *O que entende por "Taxas Equivalentes"*

Questão 8: *O que entende por "Taxas Proporcionais"*

Questão 9: *O que entende por "Taxas Efectivas"*

Questão 10: *O que é "Spread Bancário"*

Questão 11: *O que é a "Taxa Anual Efectiva Global (TAEG)"*

Questão 12: *O que é a "Taxa Anual Efectiva (TAE)"*

Questão 13: *O que é a "Taxa de Juro Euribor"*

Questão 14: *O que é "Inflação"*

O *Software* utilizado para o tratamento estatístico da informação recolhida foi o *Microsoft Excel* e o *SPSS* - (Statistical Package for Social Sciences).

Para tratar a informação, criou-se uma tabela/quadro, conforme anexo I, (Anexo I – Registo das respostas dadas ao questionário dirigido ao cidadão comum) para registar as respostas de cada inquirido face às questões colocadas. Cada linha corresponde a um inquirido.

As questões 2 – O que entende por *debitar a sua conta*? e 3 – “O que entende por *creditar a sua conta*”?, estão directamente relacionadas, por isso, quem respondeu correctamente à segunda questão, fê-lo à terceira. É a razão pela qual se verificaram, exactamente, os mesmos resultados. Assim, neste estudo, trataremos, sempre que possível, estas duas questões como uma só.

Os resultados dos dados recolhidos encontram-se representados no quadro seguinte:

Quadro 1: Avaliação geral das questões.

Questões	Respostas				
	1	2	3	4	5
1 - O que entende por "Cartão de Crédito / Débito"	9,57%	40,87%	26,09%	23,48%	0,00%
2 e 3- O que entende por "Debitar / Creditar a Sua Conta"	8,70%	19,13%	45,22%	26,96%	0,00%
4 - Qual a diferença entre "Capitalização Simples / Composta"	90,43%	6,96%	1,74%	0,87%	0,00%
5 - O que entende por "Juro"	0,87%	2,61%	84,35%	12,17%	0,00%
6 - O que entende por "Taxas Nominais"	93,91%	6,09%	0,00%	0,00%	0,00%
7 - O que entende por "Taxas Equivalentes"	91,30%	8,70%	0,00%	0,00%	0,00%
8 - O que entende por "Taxas Proporcionalis"	88,70%	11,30%	0,00%	0,00%	0,00%
9 - O que entende por "Taxas Efectivas"	49,57%	20,87%	29,57%	0,00%	0,00%
10 - O que é "Spread Bancário"	28,70%	39,13%	18,26%	13,91%	0,00%
11 - O que é a "Taxa Anual Efectiva Global (TAEG)"	82,61%	13,91%	3,48%	0,00%	0,00%
12 - O que é a "Taxa Anual Efectiva (TAE)"	85,22%	13,04%	1,74%	0,00%	0,00%
13 - O que é a "Taxa de Juro Euribor"	34,78%	31,30%	30,43%	3,48%	0,00%
14 - O que é "Inflação"	10,43%	25,22%	53,91%	10,43%	0,00%

Fonte: *Elaboração do Autor*

Legenda:

- 1 - Não Sabe / Não Percebe / Não Domina
- 2 - Não Sabe Minimamente / Não Percebe Minimamente
- 3 - Sabe o Mínimo/ Percebe o Mínimo/ Satisfaz
- 4 - Sabe / Percebe Bem; Domina
- 5 - Sabe Bem/ Percebe Plenamente

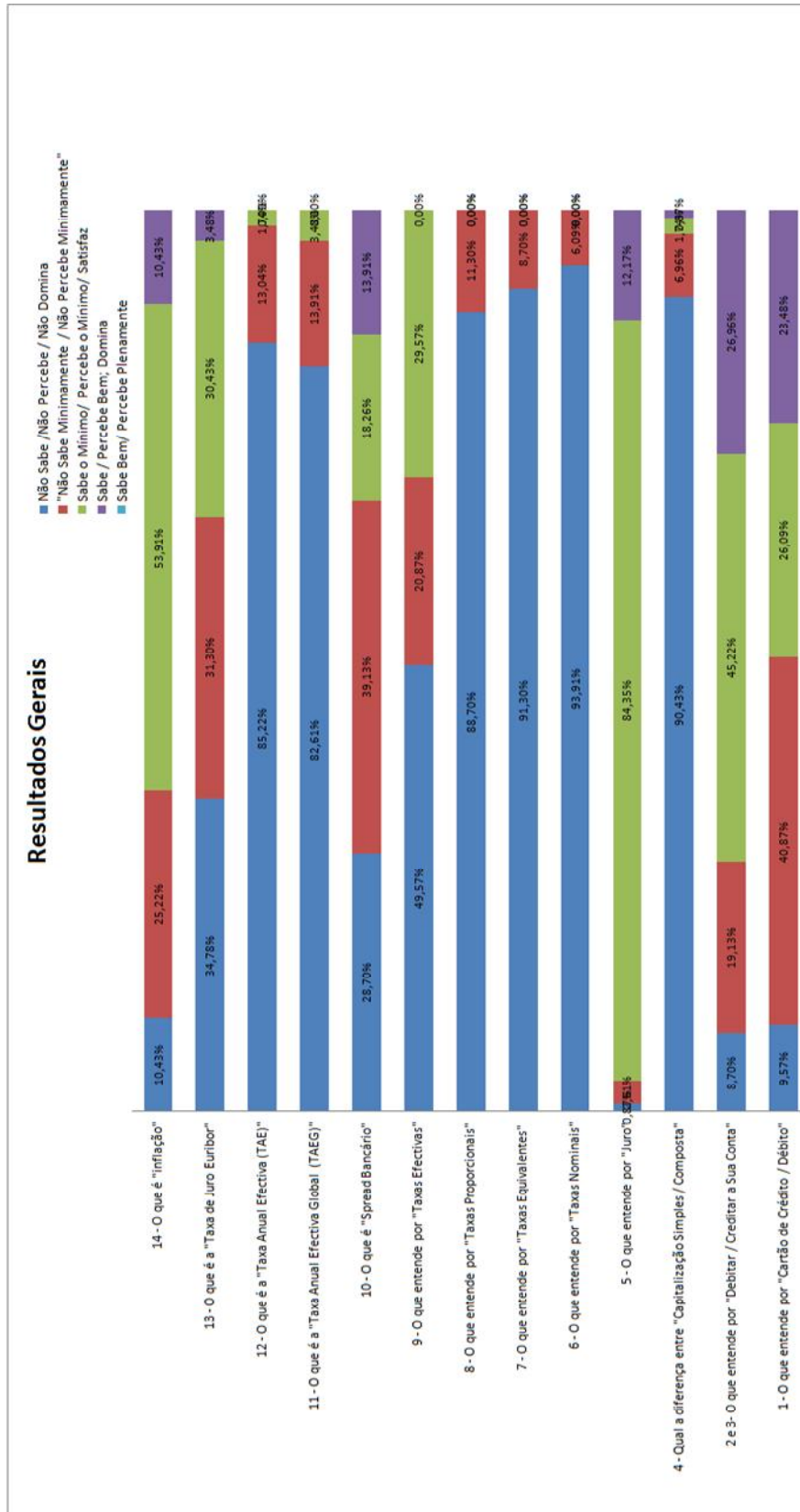
A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Relativamente às questões que compõem este inquérito, verificou-se que nenhum dos inquiridos dominava totalmente os temas aqui abordados, pelo que a avaliação destes, relativamente a cada questão aqui abordada, foi inferior a 5. Este facto está reflectido no quadro 1 e, é o motivo pelo qual a coluna 5 está preenchida a zeros.

Os resultados dos dados recolhidos encontram-se também representados no gráfico seguinte:

Gráfico I: Resultados gerais por questão



Fonte: *Elaboração do Autor*

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Da análise do gráfico I e do quadro 1, depreende-se que o grau de literacia financeira dos inquiridos, face a cada uma das questões colocadas, é em regra muito baixo.

Chama-se especial atenção para o facto da grande maioria dos inquiridos, afirmar que já ouviu falar nos termos utilizados, quer em conversas com amigos quer nas instituições financeiras com as quais mantêm alguma relação institucional. No entanto, por nunca lhe ter sido explicado, não sabe o significado, ou qual a distinção entre os termos utilizados, e sobre os quais está a ser alvo de avaliação.

Há ainda quem afirme que mesmo não sabendo, se sente constrangido em perguntar qual o significado, uma vez que tem plena consciência que se trata de vocabulário actual, de que diariamente ouve falar. Para não dar a entender que desconhece, não pergunta, mesmo sabendo as implicações que isso lhe pode trazer, afirmando, no entanto, confiar nas instituições financeiras. Isto prova que, para alguns inquiridos, a vergonha de não saberem, é uma das principais barreiras à construção e evolução do conhecimento.

Houve inquiridos que afirmaram desconhecer alguns dos termos utilizados, por nunca terem tido necessidade de recorrer a determinados serviços da banca. Contudo, mostraram interesse na explicação que lhes foi dada, afirmando que era importante haver alguém que lhes explicasse o significado dessas questões, assim como o impacto que cada uma delas terá no dia-a-dia.

Continuando o estudo e, face a cada uma das questões, procurou-se resumir ainda mais a informação obtida, registando o número de respostas negativas e, conseqüentemente, o de positivas. Por respostas negativas, devem entender-se as que, segundo o critério de avaliação aqui utilizado, obtiveram uma avaliação inferior a 3, e, por positivas, segundo o mesmo critério, aquelas cuja avaliação foi igual ou superior a 3. Pretende-se com isto, que haja uma maior percepção do nível de conhecimento, dos inquiridos, face a cada um dos termos abordados em cada uma das questões.

Da informação que se pretendia obter, resultou o quadro seguinte:

Quadro 2: Percentagem de respostas por questão, cuja avaliação foi < 3 e ≥ 3

Questões	Percentagem das respostas			Total
	%< 3	%= 3	%> 3	
1 - O que entende por "Cartão de Crédito / Débito"	50,43%	26,09%	23,48%	100,00%
2 e 3- O que entende por "Debitar / Creditar a Sua Conta"	27,83%	45,22%	26,96%	100,00%
4 - Qual a diferença entre "Capitalização Simples / Composta"	97,39%	1,74%	0,87%	100,00%
5 - O que entende por "Juro"	3,48%	84,35%	12,17%	100,00%
6 - O que entende por "Taxas Nominais"	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
7 - O que entende por "Taxas Equivalentes"	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
8 - O que entende por "Taxas Proporcionais"	100,00%	0,00%	0,00%	100,00%
9 - O que entende por "Taxas Efectivas"	70,43%	29,57%	0,00%	100,00%
10 - O que é "Spread Bancário"	67,83%	18,26%	13,91%	100,00%
11 - O que é a "Taxa Anual Efectiva Global (TAEG)"	96,52%	3,48%	0,00%	100,00%
12 - O que é a "Taxa Anual Efectiva (TAE)"	98,26%	1,74%	0,00%	100,00%
13 - O que é a "Taxa de Juro Euribor"	66,09%	30,43%	3,48%	100,00%
14 - O que é "inflação"	35,65%	53,91%	10,43%	100,00%

Fonte: *Elaboração do Autor*

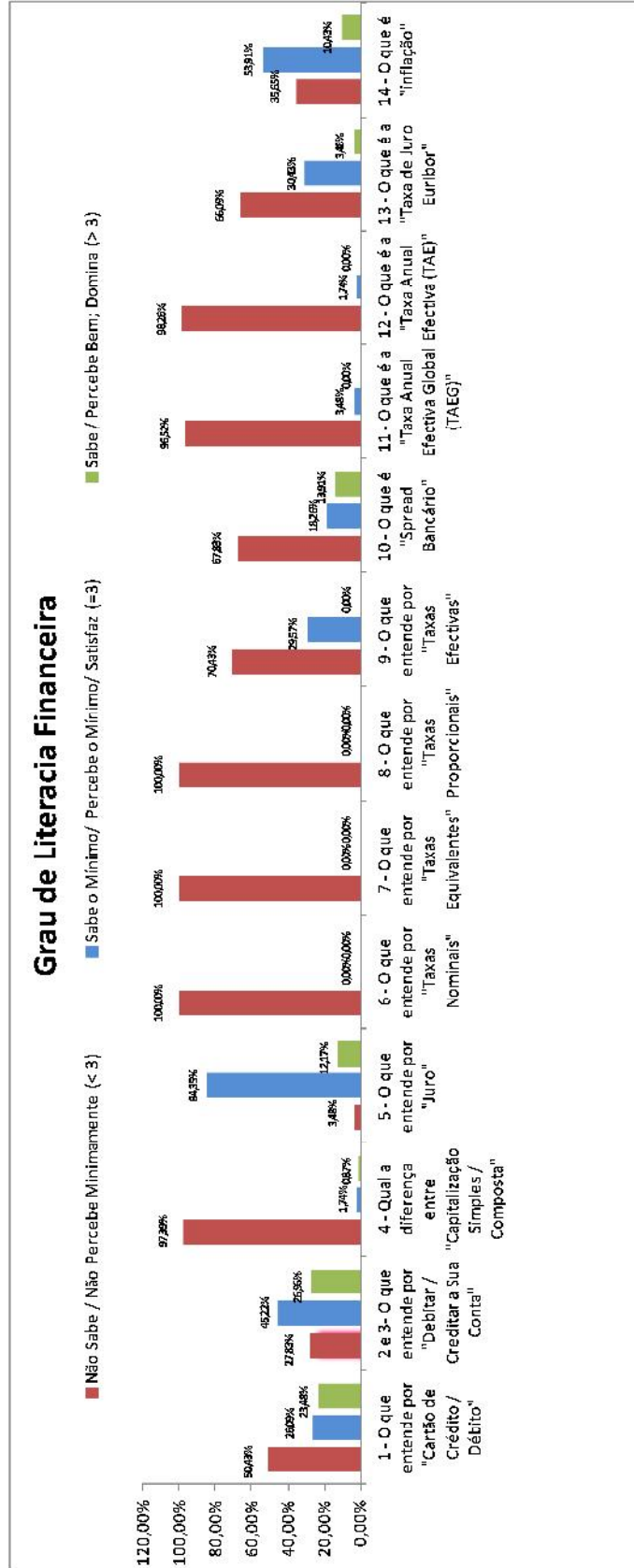
Da informação recolhida da amostra e que consta do quadro 2, destaca-se o facto de haver um elevado número de questões cuja avaliação foi maioritariamente inferior a 3.

Para facilitar a leitura e interpretação de toda a informação constante no quadro 2, elaborou-se o gráfico seguinte:

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Gráfico II: Percentagem de respostas, por questão, cuja avaliação, segundo a escala de Likert, é menor, igual e superior a 3



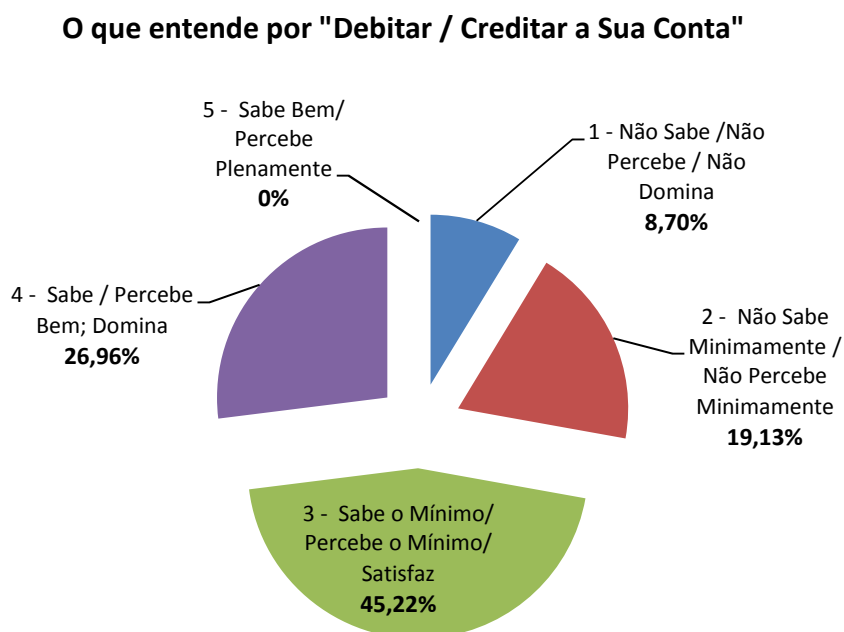
Fonte: Elaboração do Autor

Da análise e interpretação do gráfico II, verifica-se que há questões em que há uma elevada percentagem de inquiridos que desconhece a terminologia utilizada. Entre estas, há que distinguir aquelas que são de uso mais corrente, e as que são menos usuais.

Quanto às questões de uso corrente, consideramos sete questões fundamentais, sendo elas as questões 1, 2, 3, 5, 10, 13 e 14, que merecem um comentário.

Relativamente à questão 1, denota-se que há ainda uma grande percentagem (50,43%) que não sabe estabelecer a diferença entre cartões de crédito e de débito, confundindo-os.

Gráfico III: Dados relativos às questões 2 e 3



Fonte: *Elaboração do autor*

Conforme observamos no gráfico III, no que toca à questão 2 e 3, verifica-se que 27,83% dos inquiridos, não sabem o que significam os termos “*debitar a sua conta*”,

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

“*creditar a sua conta*”. Isto verifica-se mesmo sabendo que é usual os bancos enviarem, para os seus clientes, os extractos bancários que vulgarmente utilizam estas expressões.

A questão 5 destaca-se pela positiva, podendo-se concluir que os inquiridos sabem o significado do termo “*juro*”. Aliás esta foi a questão onde se verificaram os melhores resultados, pois 96,52% dos inquiridos, responderam correctamente.

Já a questão 10 destaca-se pela negativa, uma vez que 67,83% dos inquiridos não sabem ou não responderam correctamente. Quase todos os inquiridos afirmaram que o termo “*Spread Bancário*” está relacionado com o empréstimo habitação que possuem, ou já possuíram, mas, na verdade, não sabem o que significa, desconhecendo o impacto económico que provoca e, que, obviamente, se reflecte nas suas vidas.

Na questão 13, verificou-se a mesma situação: uma grande parte dos inquiridos sabe que os seus empréstimos habitação estão indexados à taxa “*Euribor*”. Contudo não sabe o que é a “*taxa de juro euribor*” e, conseqüentemente, qual o impacto que esta tem nos créditos assumidos. Por outro lado, aqueles que nunca possuíram créditos, afirmaram já terem ouvido falar deste termo, mas não sabem o seu significado. Daqui podemos concluir, mais uma vez, que a grande maioria dos inquiridos não imagina as consequências que a subida desta taxa pode causar à economia de um país e à economia dos particulares.

Para terminar esta análise e, relativamente à questão 14, quando se pergunta “*O que é a Inflação*”?, verificou-se que 35,65% dos inquiridos não sabem o que é, mas referiram já terem ouvido falar no termo. Contudo, foram incapazes de responder correctamente a esta questão. Houve ainda aqueles, que ao serem questionados, davam a definição de “*deflação*”, e ao serem corrigidos, afirmavam, passo a citar: “... *eu sabia que era uma dessas duas coisas ...*”. Isto demonstra que, não só não sabem, como não estão seguros das respostas que davam. Salienta-se para o facto desta questão, e dentro deste primeiro leque de questões, não ter sido a que obteve piores resultados. No entanto, achamos preocupante que ainda exista uma percentagem tão grande de pessoas que desconhece o conceito *inflação*.

Quando confrontados com a questão de saber qual o impacto de todas estas questões no quotidiano de cada um, apenas diziam com grande naturalidade e passo a citar “...*não sei, mas sei que não é para nos dar nada ...*”. O facto de responderem desta forma, demonstra que estes inquiridos, para além de não saberem, também não estão preocupados em investigar e assim alfabetizar-se nesta temática.

No que toca ao segundo leque de questões, que compreende as questões 4, 6, 7, 8, 9, 11 e 12, julgamos tratar-se de questões mais técnicas, que são abordadas, na maioria das vezes, nas instituições financeiras.

Relativamente à questão 4, quando se pergunta “*qual a diferença entre Capitalização Simples e Capitalização Composta*” constata-se que 97,39% dos inquiridos não sabe distinguir estes dois conceitos, sendo que apenas 2,61% responderam correctamente. Repare-se que é uma diferença muito significativa o que pode indiciar, que em regra, os cidadãos não sabem ou não estão esclarecidos nesta temática.

Em relação às questões 6, 7, e 8, estas foram as que obtiveram os piores resultados, pois a totalidade dos inquiridos, não as soube responder correctamente. Relativamente à questão 6, houve quem afirmasse já ter ouvido falar em *taxas nominais*, afirmando, apesar disso, desconhecer o seu impacto nos seus depósitos. O mesmo se verificou nas questões 7 e 8, sendo as respostas dos inquiridos peremptórias e imediatas, admitindo desconhecer os conceitos *taxas equivalentes*” e “*taxas proporcionais*”. Tendo em conta os resultados da questão 4, estes eram previsíveis, uma vez que o uso destes termos depende do regime de capitalização usado.

A questão 9 destaca-se, igualmente, pela negativa, uma vez que quando se pergunta “*O que entendem por taxas efectivas*”?, verificou-se que 70,43% dos inquiridos não sabem ou não responderam correctamente à questão. Contudo, chama-se à atenção para o facto desta questão, e dentro do segundo leque de questões, ter sido a que obteve melhores resultados, o que se depreende, desde logo, que as restantes obtiveram uma percentagem de respostas negativas superior a 70,43%.

No que toca às questões 11 e 12, verificou-se a mesma tendência das anteriores, isto é: verificou-se que 96,52% e 98,26%, dos inquiridos, respectivamente, não sabem o que é

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

a “Taxa Anual Efectiva Global (TAEG)” nem a “Taxa Anual Efectiva (TAE)” respectivamente, apesar de muitos afirmarem já terem contratado créditos com as várias instituições financeiras.

Aqui e apesar de ambos os indicadores serem importantes, pretendemos realçar a importância da TAEG, pois, este indicador está, regra geral, associado aos créditos ao consumo, “medindo”, em termos percentuais, o custo total anual dos créditos contraídos ou do montante do crédito concedido.

Apesar de muitos dos inquiridos afirmarem que já ouviram falar de alguns termos aqui tratados, nomeadamente através da publicidade que passa nos diversos meios de comunicação, os resultados obtidos neste grupo de questões são preocupantes. Rondam em média os 94,65% de respostas negativas, demonstrando assim, uma grande lacuna nesta área do conhecimento, o que torna os cidadãos mais vulneráveis, quando necessitam de recorrer às instituições financeiras, para adquirir produtos que estas disponibilizam, pois são incapazes de compreender e negociar os contratos.

Para melhor percebermos os resultados deste estudo, elaboramos o quadro seguinte que, face a cada questão, mede o número de respostas que obtiveram uma avaliação inferior, superior ou igual a 3, lembrando que neste estudo a escala é composta por cinco itens de Likert. O quadro elaborado contém ainda, a média, a mediana e o desvio padrão.

A média de todas as questões e a mediana de cada questão, é o que, a partir de agora designaremos por Indicador Global do Grau de Literacia Financeira (IGGLF) e Indicador do Grau de Literacia Financeira (IGLF), respectivamente.

Neste quadro, vamos procurar resumir a informação de maior relevo para o nosso estudo, fazendo-se uma breve descrição de cada um dos indicadores acima definidos.

Quadro 3: Resumo dos dados relativos à amostra.

Questões	% < 3	% > = 3	Média	IGLF	IGGLF	Desvio Padrão
				Mediana		
1 - O que entende por "Cartão de Crédito / Débito"	50,43%	49,57%	2,63	2,00	1,92	0,9448297
2 - O que entende por "Debitar a Sua Conta"	27,83%	72,17%	2,90	3,00		0,8941735
3 - O que entende por "Creditar a Sua Conta"	27,83%	72,17%	2,90	3,00		0,8941735
4 - Qual a diferença entre "Capitalização Simples / Composta"	97,39%	2,61%	1,13	1,00		0,4476361
5 - O que entende por "Juro"	3,48%	96,52%	3,08	3,00		0,4200999
6 - O que entende por "Taxas Nominais"	100,00%	0,00%	1,06	1,00		0,2390909
7 - O que entende por "Taxas Equivalentes"	100,00%	0,00%	1,09	1,00		0,2817713
8 - O que entende por "Taxas Proporcionais"	100,00%	0,00%	1,11	1,00		0,3166459
9 - O que entende por "Taxas Efectivas"	70,43%	29,57%	1,80	2,00		0,8667781
10 - O que é "Spread Bancário"	67,83%	32,17%	2,17	2,00		0,9979184
11 - O que é a "Taxa Anual Efectiva Global (TAEG)"	96,52%	3,48%	1,21	1,00		0,4844657
12 - O que é a "Taxa Anual Efectiva (TAE)"	98,26%	1,74%	1,17	1,00		0,4155758
13 - O que é a "Taxa de Juro Euribor"	66,09%	33,91%	2,03	2,00		0,8891703
14 - O que é "inflação"	35,65%	64,35%	2,64	3,00		0,8042421

Fonte: *Elaboração do autor*

No quadro 3, pode-se comparar a percentagem de respostas, que segundo o critério de avaliação utilizado, obtiveram uma avaliação inferior a 3 e superior ou igual a 3, confirmando a disparidade dos valores, relativamente a algumas questões.

O mesmo se pode verificar através do IGLF de cada questão. O ideal seria que este se situasse num valor superior ou igual a 3, o que apenas se verificou nas questões 2- “O que entende por Debitar a Sua Conta”?, 3-“O que entende por Creditar a Sua Conta”?, 5- “O que entende por Juro”? e 14- “O que é Inflação”?. O IGLF de todas as outras manteve-se abaixo do que seria desejável, salientando no entanto as questões 4-“Qual a diferença entre Capitalização Simples / Composta”, 6- “O que entende por Taxas Nominais”, 7- O que entende por Taxas Equivalentes”, 8- “O que entende por Taxas Proporcionais”, 11- O que é a Taxa Anual Efectiva Global (TAEG)” e 12- O que é a Taxa Anual Efectiva (TAE)”, que foram as que obtiveram um IGLF mais baixo (1,00).

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Conforme se pode observar no quadro 3, o valo do indicador IGGLG amostral é, mais uma vez, revelador de um baixo nível/grau de literacia financeira da amostra, sendo este indicador igual a 1,92.

Também o IGLF indicia esta mesma conclusão, na medida em que existe um elevado número de questões (10), onde este indicador foi inferior a 3.

Embora não esteja aqui representada, foi medida, em termos médios, a prestação de cada inquirido. A prestação individual teve uma variação média entre 1,4 e 3,21, tendo-se verificado este máximo apenas uma vez, estando a prestação de todos os outros inquiridos abaixo de 2,64.

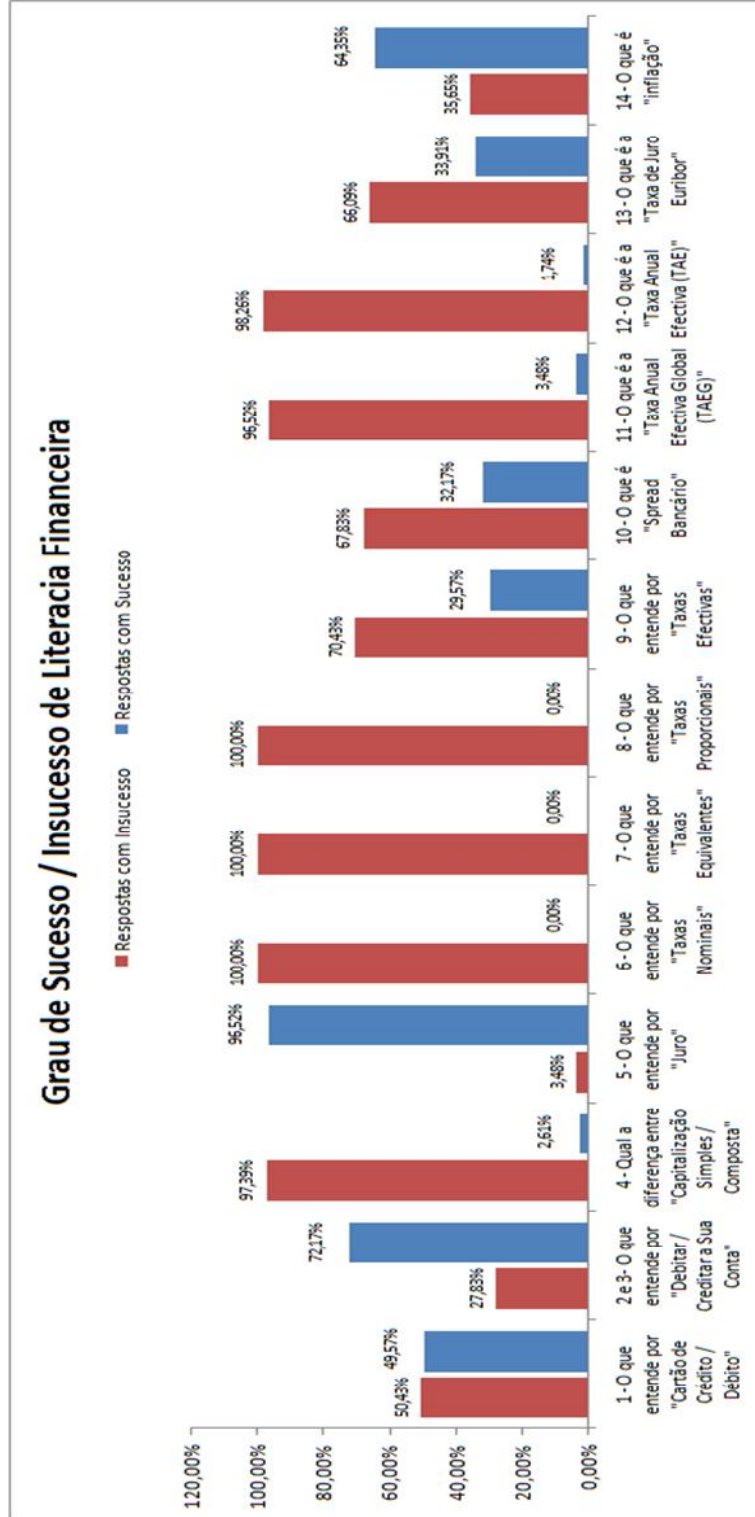
Para terminar a análise a este quadro, determinamos o desvio padrão de cada questão, demonstrando, assim, a variabilidade dos valores à volta da média.

Tendo em conta que o valor mínimo do desvio padrão é 0, o que significaria que não havia variabilidade, ou seja, que todos os valores observados são iguais à média, constatamos que, efectivamente, os valores obtidos não têm uma variação significativa, face à média de cada questão.

Contudo, gostaríamos de destacar e, contrapor, o desvio padrão das questões 6, 7 e 8, com o das questões 1 e 10. Relativamente ao primeiro grupo de questões, verifica-se a existência duma maior homogeneidade da amostra, mas, no que toca ao segundo, este difere do primeiro por se verificar um desvio padrão superior, o que significa que, face aos dados recolhidos, a homogeneidade é menor. Isto traduz uma maior variabilidade da informação recolhida, face à média de cada uma das questões.

Para ajudar a compreender e a resumir tudo o que até aqui foi dito, elaborou-se o gráfico seguinte:

Gráfico IV: Percentagem de respostas, por questão, cuja avaliação foi negativa e positiva



Fonte: Elaboração do autor

4.5.2 Algumas hipóteses a testar para os indicadores IGLF e IGGLF

Dando continuidade ao estudo até aqui desenvolvido, e, para terminarmos a análise a este inquérito, falta-nos retirar as principais conclusões, com base nos dados recolhidos da amostra, recorrendo para isso à inferência estatística.

Neste sentido, pretendemos relacionar a informação obtida com o sexo e a formação académica e retirar as principais conclusões relativamente à população do Vale do Sousa. Para tal, foi necessário recorrer ao programa informático *SPSS* - (Statistical Package for Social Sciences), que nos permitirá, de uma forma simples, retirar as principais conclusões, tendo sempre como ponto de partida a informação recolhida na amostra.

Em ambas as situações, é necessário criar “grupos”, quer dizer, é fundamental subdividir os factores Sexo e Formação Académica em pequenos grupos: para o factor sexo dois grupos, sexo masculino e sexo feminino, e para o da formação académica cinco, um por cada nível de formação. Esta informação está patente no quadro seguinte.

Quadro 4: Sexo dos inquiridos por nível de Formação Académica

		Formação Académica					Total
		1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Formação Superior	
Sexo dos Inquiridos	Fem.	3	8	7	21	34	73
	Masc.	6	7	13	7	9	42
Total		9	15	20	28	43	115

Fonte: *Elaboração do autor*

Assim, pretendemos saber se os factores sexo e formação académica influenciam o IGLF e o IGGLF, para a população do Vale do Sousa.

No que toca à variável sexo, procurou-se saber se o nível de conhecimento dos elementos do sexo masculino é superior, inferior ou igual ao do sexo feminino. Já no que toca à variável formação académica, procurou-se saber se o nível de formação da população tem algum impacto no grau de literacia financeira detido pelos mesmos.

Para tal, a partir da amostra, efectuaram-se dois testes não paramétricos, uma vez que a variável é ordinal, um: para o factor sexo, o “*Teste Mann-Whitney U*”, e para o da formação académica, o “*Teste Kruskal-Wallis H*”.

Usamos testes diferentes, porque enquanto que o “*Teste Mann-Whitney U*” permite apenas a comparação entre dois grupos, o “*Teste Kruskal-Wallis H*” permite a comparação de mais de dois grupos independentes. Em ambos procuramos obter o valor de prova (*valor-p* ou *p-Value*), a partir de testes de hipóteses.

O *Teste Kruskal-Wallis H* tem uma particularidade, que é o facto de informar ou de detectar se existem diferenças no nível de conhecimento de literacia financeira dos grupos, mas não diz em quais, pelo que será necessário recorrer, posteriormente, a outro tipo de teste, para identificar os grupos onde existem essas diferenças, caso existam.

Geralmente, utilizaremos testes de hipóteses para um nível de significância de 5%. O critério de decisão o seguinte: se o valor de prova (*p-value*) for superior a 5% não rejeitamos H_0 , caso contrário, fá-lo-emos.

Deste modo, tendo como ponto de partida, em cada questão, o IGLF, procuraremos saber se este indicador é igual para ambos os sexos, ou se pelo contrário, é diferente.

Assim, e relativamente ao factor sexo, consideremos as seguintes hipóteses, para cada umas das questões e para um nível de significância de 5%

H_0 : O IGLF é igual para ambos os sexos

H_1 : O IGLF não é igual para ambos os sexos.

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Quadro 5: Teste *Mann-Whitney U* para o factor sexo

Test Mann-Whitney U		Valor de Prova (p-value)
Questão 1	O que entende por " <i>Cartão de Crédito / Débito</i> "	p = 0,371
Questão 2	O que entende por " <i>Debitar a Sua Conta</i> "	p = 0,766
Questão 3	O que entende por " <i>Creditar a Sua Conta</i> "	p = 0,766
Questão 4	Qual a diferença entre " <i>Capitalização Simples / Composta</i> "	p = 0,539
Questão 5	O que entende por " <i>Juro</i> "	p = 0,237
Questão 6	O que entende por " <i>Taxas Nominais</i> "	p = 0,049
Questão 7	O que entende por " <i>Taxas Equivalentes</i> "	p = 0,108
Questão 8	O que entende por " <i>Taxas Proporcionais</i> "	p = 0,170
Questão 9	O que entende por " <i>Taxas Efectivas</i> "	p = 0,147
Questão 10	O que é " <i>Spread Bancário</i> "	p = 0,033
Questão 11	O que é a " <i>Taxa Anual Efectiva Global (TAEG)</i> "	p = 0,019
Questão 12	O que é a " <i>Taxa Anual Efectiva (TAE)</i> "	p = 0,034
Questão 13	O que é a " <i>Taxa de Juro Euribor</i> "	p = 0,412
Questão 14	O que é " <i>inflação</i> "	p = 0,769

Fonte: *Elaboração do autor*

Como já foi referido, sempre que *p-value* for superior a 5%, verifica-se H_0 . Pelo contrário, sempre *p-value* que for inferior ou igual a 5%, rejeitamos a hipótese nula de igualdade do grau de literacia financeira.

Constata-se que, relativamente ao IGLF, por questão, e, no que diz respeito à população do Vale do Sousa, no factor sexo, podemos concluir que, à excepção das questões 6, 10, 11 e 12, o IGLF dos elementos do sexo feminino e do sexo masculino é igual.

De seguida, procederemos a uma análise descritiva por grupo, de forma a melhor compreender a existência, ou não, de diferenças no grau de literacia destes dois grupos, através do indicador IGGLF.

Quadro 6: Análise descritiva por sexo da variável IGGLF.

Sexo dos Iquiridos			Statistic	Std. Error	
IGGLF	Fem	Mean	1,8738	,04323	
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	1,7876	
			Upper Bound	1,9600	
		5% Trimmed Mean	1,8557		
		Median	1,8571		
		Variance	,136		
		Std. Deviation	,36934		
		Minimum	1,29		
		Maximum	3,21		
		Range	1,93		
		Interquartile Range	,57		
		Skewness	,749	,281	
		Kurtosis	1,087	,555	
			Masc	Mean	2,0102
95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound			1,8663	
	Upper Bound			2,1541	
5% Trimmed Mean	1,9915				
Median	1,9643				
Variance	,213				
Std. Deviation	,46172				
Minimum	1,14				
Maximum	3,14				
Range	2,00				
Interquartile Range	,59				
Skewness	,690			,365	
Kurtosis	-,062			,717	

Fonte: *Elaboração do autor*

Da análise ao quadro 6, depreende-se que, relativamente à amostra, o indicador de conhecimento dos elementos do sexo masculino é superior ao dos elementos do sexo feminino. O índice de conhecimento para o sexo masculino é igual a 2,0102, enquanto para os elementos do sexo feminino o mesmo indicador é 1,8738.

Verifica-se ainda que o intervalo de confiança para o IGGLF, relativo ao indicador de conhecimento da população, varia conforme o sexo da população em causa, confirmando-se que a média de conhecimento da população do sexo feminino está contida no Intervalo de [1,7876 ; 1,9600] , ao passo que o mesmo indicador para o sexo masculino está contido no intervalo [1,8663 ; 2,1541].

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

De seguida procuraremos testar, se para o IGGLF, o factor sexo é relevante, através dos testes t e Levene. O teste de Levene, testa a homogeneidade das variâncias das duas populações. Através do Teste t, testamos a igualdade de duas médias, no caso de duas amostras independentes e para um nível de significância que neste caso é 0,05 (5%).

Apesar da amostra recolhida ser considerada grande, (115 inquiridos), o que torna robusto o teste t, iremos efectuar um teste à normalidade dos dados para a variável IGGLF.

Quadro 7: Teste à normalidade de IGGLF por sexo

Sexo dos Iquiridos		Kolmogorov-Smirnova		
		Statistic	Df	Sig.
IGGLFI	Fem	,087	73	,200
	Masc	,111	42	,200

Fonte: *Elaboração do autor*

Como se pode verificar pelo quadro 7, no teste de “*Kolmogorov-Smirnova*” observa-se que o *valor-p* (Sig.) é superior a 5%, (20%) para ambos os sexos, logo verifica-se que há normalidade nos dados recolhidos, isto é, a informação recolhida provem de uma distribuição normal.

Assim e tendo-se verificado a normalidade do IGGLF, iremos de seguida proceder ao teste de Levene e consequente teste t.

Para tal consideremos, de novo, as seguintes hipóteses:

Para o teste t:

H₀: O IGGLF é igual para ambos os sexos.

H₁: O IGGLF não é igual para ambos os sexos.

Quadro 8: Teste de Levene e teste t do IGGLF para o factor sexo.

	Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means							
	F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference		
								Lower	Upper	
IGGLF	2,288	,133	Equal variances assumed	-1,738	113	,085	-,13643	,07849	-,29194	,01908
Equal variances not assumed			-1,637	71,246	,106	-,13643	,08333	-,30258	,02972	

Fonte: *Elaboração do autor*

Como se constata pelo quadro 8, no que toca ao teste de Levene, verificamos que o *valor-p*(Sig.) é superior a 0,05 (0,133), pelo que se verifica a homogeneidade das variâncias.

Já no que toca ao teste-t, e como o *valor-p*(Sig. 2-tailed) é superior a 0,05 (0,85), verifica-se H_0 , pelo que, relativamente à variável sexo, não há diferenças estatisticamente significativas para o IGGLF.

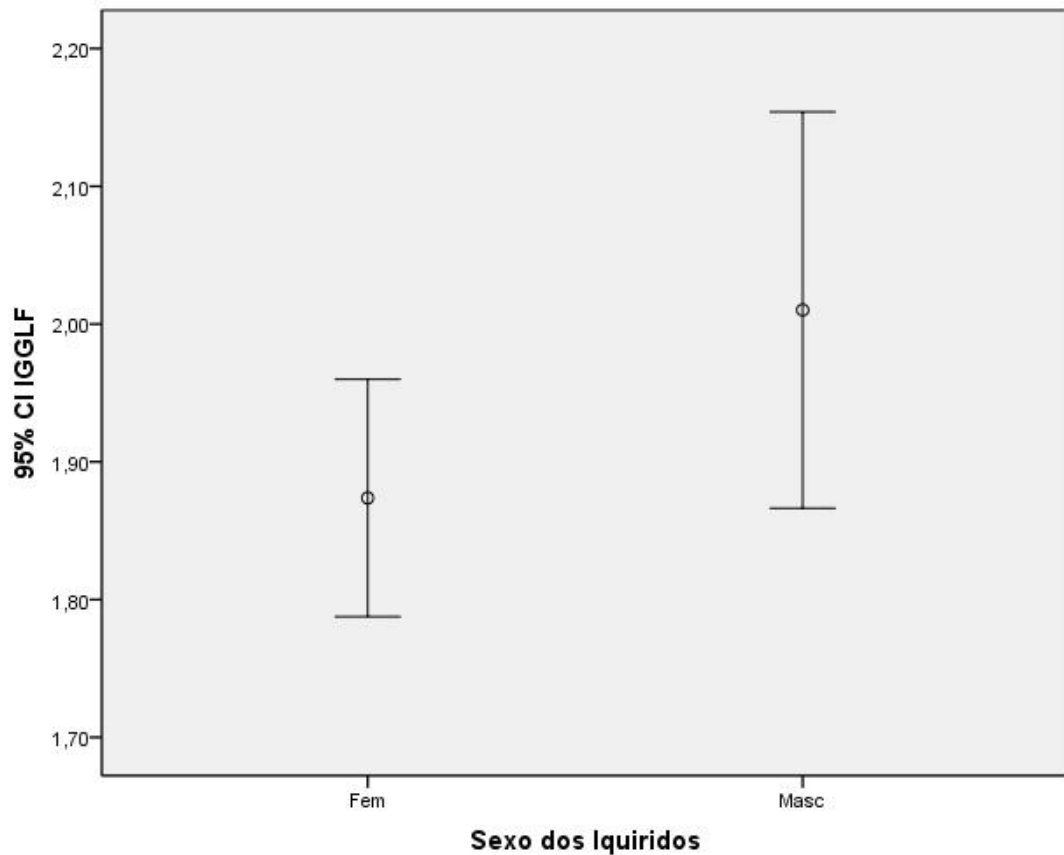
De forma complementar, vamos proceder a um breve resumo, onde se salienta os aspectos mais relevantes dos resultados obtidos para o factor sexo.

Começamos então por representar graficamente o intervalo de confiança, a 95%, para o IGGLF detido pela população de ambos os sexos.

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Gráfico V: Intervalo de Confiança, a 95%, para o IGGLF por factor sexo



Fonte: *Elaboração do autor*

Como se pode verificar pelo gráfico, uma das principais conclusões que se pode retirar, é que o intervalo de confiança, para o IGGLF dos elementos do sexo masculino é ligeiramente superior ao mesmo indicador dos elementos do sexo feminino.

Por outro lado, também se constata que o intervalo de confiança para o IGGLF dos elementos do sexo feminino está contido num intervalo em que tem uma parte comum ao intervalo de confiança do IGGLF dos elementos do sexo masculino.

Quadro 9: IGGLF por sexo

Sexo dos Iquiridos		N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
IGGLF	Fem	73	1,8738	,36934	,04323
	Masc	42	2,0102	,46172	,07124

Fonte: *Elaboração do autor*

Da informação que consta no quadro 9, apuramos que o IGGLF amostral dos indivíduos do sexo masculino, ainda que abaixo do que seria desejado, é superior ao IGGLF amostral detido pela população do sexo feminino.

Assim, podemos concluir que relativamente ao factor sexo, quando se analisa o IGLF por questão, verifica-se a existência de algumas questões em que o factor sexo influencia o IGLF, no entanto, quando se pretende obter o IGGLF, para o factor sexo, para todas as questões como um todo, constatamos que não há diferenças significativas, pelo que se pode concluir que o IGGLF é igual para ambos os sexos.

Dando por concluído a inferência estatística relativamente ao factor sexo, cumpre-nos agora iniciar um novo estudo que relacione a informação obtida com a formação académica da população do vale do Sousa.

Assim, tal como já foi referido, vamos procurar saber se a formação académica da população tem algum impacto no grau de literacia financeira detido pelos mesmos, isto é, vamos determinar se o IGLF e o IGGLF da população, relativamente aos diferentes níveis de formação académica (cinco no total), são iguais ou diferentes, conforme o nível de formação académica da população.

Para tal, partindo do IGLF por questão, vamos elaborar o teste de Kruskal-Wallis H, que nos permitira verificar, numa primeira fase, se o IGLF de todos os grupos são iguais ou se pelo contrário, se existe pelo menos um grupo onde é diferente.

Para tal, consideremos as seguintes hipóteses, para cada uma das questões:

H_0 = O IGLF de todos os grupos são iguais

H_1 = O IGLF de pelo menos um grupo é diferente

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Quadro 10: Teste *Kruskal-Wallis H* para o factor Formação Académica.

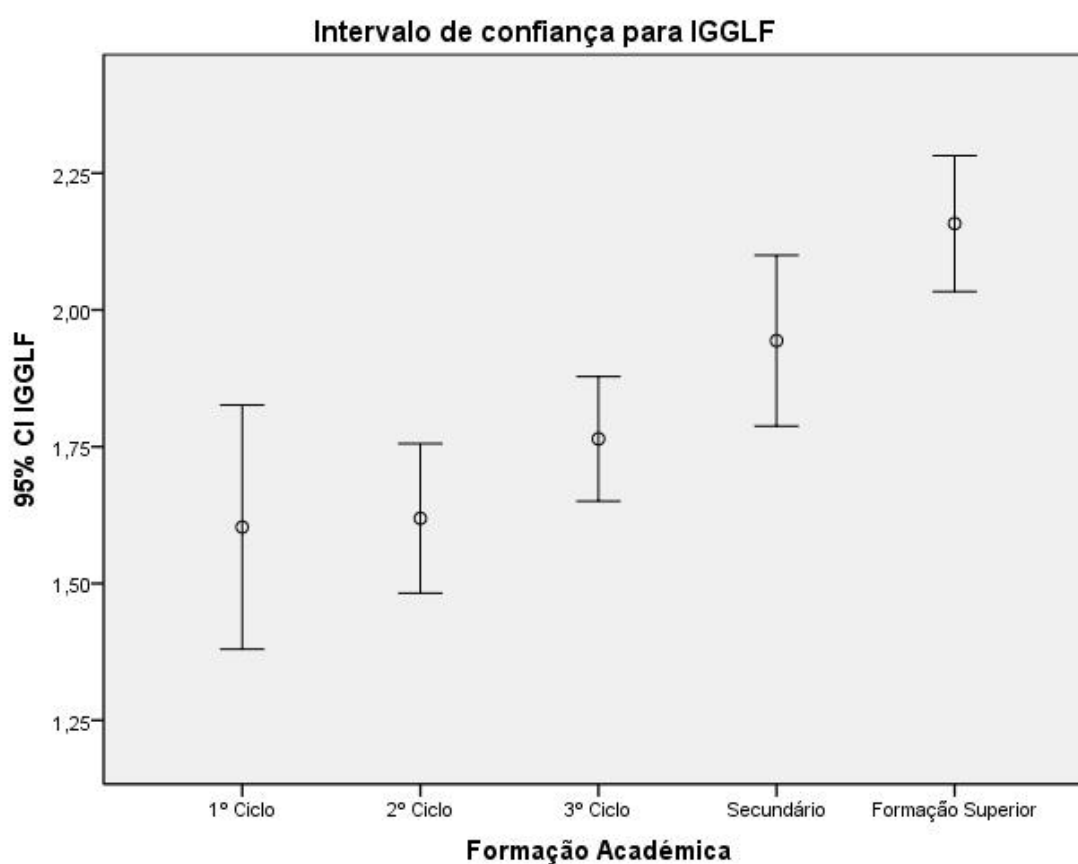
Kruskal-Wallis H		Valor de Prova (p-value)
Questão 1	O que entende por " <i>Cartão de Crédito / Débito</i> "	$p = 0,000$
Questão 2	O que entende por " <i>Debitar a Sua Conta</i> "	$p = 0,000$
Questão 3	O que entende por " <i>Creditar a Sua Conta</i> "	$p = 0,000$
Questão 4	Qual a diferença entre " <i>Capitalização Simples / Composta</i> "	$p = 0,116$
Questão 5	O que entende por " <i>Juro</i> "	$p = 0,029$
Questão 6	O que entende por " <i>Taxas Nominais</i> "	$p = 0,101$
Questão 7	O que entende por " <i>Taxas Equivalentes</i> "	$p = 0,050$
Questão 8	O que entende por " <i>Taxas Proporcionais</i> "	$p = 0,020$
Questão 9	O que entende por " <i>Taxas Efectivas</i> "	$p = 0,011$
Questão 10	O que é " <i>Spread Bancário</i> "	$p = 0,005$
Questão 11	O que é a " <i>Taxa Anual Efectiva Global (TAEG)</i> "	$p = 0,211$
Questão 12	O que é a " <i>Taxa Anual Efectiva (TAE)</i> "	$p = 0,071$
Questão 13	O que é a " <i>Taxa de Juro Euribor</i> "	$p = 0,000$
Questão 14	O que é " <i>inflação</i> "	$p = 0,001$

Os resultados do teste de *Kruskal-Wallis H*, apresentados no quadro 10, demonstram que com a excepção da questão 4, 6, 11 e 12, todas as outras questões apresentam um *p-value* menor ou igual a 0,05, pelo que se verifica H_1 , isto é, o IGLF de pelo menos um grupo é diferente, não informando no entanto em qual dos grupos é que existe essa diferença, pelo que será necessário efectuar novos teste para detectar em que grupos existem diferenças no IGLF. Não o iremos fazer porque temos demasiados grupos e variáveis, mas este teste estatístico sugere que o factor formação poderá ter influência no IGLF.

No prosseguimento deste estudo, agregaremos o factor formação em duas componentes a saber, “Formação não Superior” e “Formação Superior”.

Constata-se que, relativamente à variável formação académica e no que toca aos temas abordados neste estudo, o IGGLF, dos diferentes grupos, varia consoante o nível de formação da população, conforme se observa no gráfico abaixo, que mostra o intervalo de confiança a 95% para o IGGLF por nível de formação.

Gráfico VI: Intervalo de. confiança a 95% para o IGGLF por grupo de formação académica



Fonte: *Elaboração do autor*

Da análise ao gráfico, verifica-se que o intervalo de confiança para o IGGLF, difere de grupo para grupo, mas existem intervalos de confiança com partes comuns relativamente a outros grupos. Também se pode constatar que a média vai aumentando conforme aumenta o nível de formação.

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

O teste à normalidade do IGGLF por grupo, elaborado no quadro 11, sustenta a credibilidade dos intervalos de confiança elaborados.

Quadro 11: Teste à normalidade do IGGLF por nível de Formação Académica.

Formação Académica	Kolmogorov-Smirnova			Shapiro-Wilk		
	Statistic	df	Sig.	Statistic	df	Sig.
1º Ciclo	,223	9	,200 [*]	,921	9	,404
2º Ciclo	,176	15	,200 [*]	,945	15	,451
3º Ciclo	,111	20	,200 [*]	,968	20	,704
Secundário	,158	28	,071	,922	28	,038
Formação Superior	,148	43	,019	,944	43	,037

Fonte: *Elaboração do autor*

Para caracterizar melhor o indicador IGGLF por nível de formação académica, elaborou-se o quadro abaixo, que contém não só informação relativa aos intervalos de confiança do IGGLF por nível de formação académica, mas também algumas medidas descritivas.

Quadro 12: Análise descritiva por grau de formação académica da variável IGGLF.

Formação Académica			Statistic	Std. Error
IGGLF	1º Ciclo	Mean	1,6032	,09680
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound 1,3800	
			Upper Bound 1,8264	
		5% Trimmed Mean	1,5948	
		Median	1,5714	
		Variance	,084	
		Std. Deviation	,29039	
		Minimum	1,14	
		Maximum	2,21	
		Range	1,07	
		Interquartile Range	,25	
		Skewness	,849	,717
		Kurtosis	2,459	1,400
	2º Ciclo	Mean	1,6190	,06376
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound 1,4823	
			Upper Bound 1,7558	
		5% Trimmed Mean	1,6124	
		Median	1,5714	
		Variance	,061	
		Std. Deviation	,24694	
		Minimum	1,29	
		Maximum	2,07	
		Range	,79	
		Interquartile Range	,36	
		Skewness	,445	,580
		Kurtosis	- ,690	1,121
	3º Ciclo	Mean	1,7643	,05437
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound 1,6505	
			Upper Bound 1,8781	
		5% Trimmed Mean	1,7619	
		Median	1,7857	
		Variance	,059	
		Std. Deviation	,24317	
		Minimum	1,36	
		Maximum	2,21	
		Range	,86	
		Interquartile Range	,46	
		Skewness	,081	,512
		Kurtosis	- ,886	,992
	Secundário	Mean	1,9439	,07613
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound 1,7877	
			Upper Bound 2,1001	
		5% Trimmed Mean	1,9297	
		Median	1,8214	
		Variance	,162	
		Std. Deviation	,40282	
		Minimum	1,36	
		Maximum	2,79	
		Range	1,43	
		Interquartile Range	,70	
		Skewness	,676	,441
		Kurtosis	- ,461	,858
	Formação Superior	Mean	2,1578	,06151
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound 2,0337	
			Upper Bound 2,2819	
		5% Trimmed Mean	2,1402	
		Median	2,1429	
		Variance	,163	
		Std. Deviation	,40333	
		Minimum	1,43	
		Maximum	3,21	
		Range	1,79	
		Interquartile Range	,36	
		Skewness	,733	,361
		Kurtosis	,780	,709

Fonte: Elaboração do autor

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

O quadro 12, contém várias informações que estão directamente relacionadas com os vários níveis de formação aqui em estudo. Contudo, e no seguimento do que até aqui foi dito, interessa-nos essencialmente analisar, com mais rigor, o IGGLF por nível de formação académica, o intervalo de confiança, para este mesmo indicador, por nível de formação académica e os intervalos de confiança comuns aos diferentes níveis de formação.

Embora toda esta informação conste do quadro 12, entendemos resumir essa informação no quadro seguintes, tendo como objectivo principal, simplificar a consulta e interpretação dos dados.

Quadro 13: Intervalos de confiança para o IGGLF por nível de formação.

Nível de Formação	IGGLF	Int. Confiança a 95%	
		Lim. Inferior	Lim. Superior
<i>1º Ciclo</i>	1,6032	1,3800	1,8264
<i>2º Ciclo</i>	1,6190	1,4823	1,7558
<i>3º Ciclo</i>	1,7643	1,6505	1,8781
<i>Secundário</i>	1,9439	1,7877	2,1001
<i>Formação Superior</i>	2,1578	2,0337	2,2819

Fonte: *Elaboração do autor*

Relativamente ao gráfico VI e aos quadros produzidos podemos inferir que a formação é um factor preponderante no crescimento do indicador IGGLF, isto é consoante aumenta o nível de formação, aumenta IGGLF.

Ainda no que toca à variável formação académica e, como forma de ultrapassar os constrangimentos já referidos, optou-se por criar apenas dois grupos, um constituído pelos indivíduos sem formação superior e outro com os indivíduos com formação superior, possibilitando assim a execução do “Test Mann-Whitney U”, e assim comparar o IGLF de cada grupo relativamente a cada uma das questões.

Para tal, consideremos as seguintes hipóteses, para cada uma das questões:

H_0 : O IGLF da população com formação superior é igual ao IGLF da população sem formação superior

H_1 : O IGLF é diferente para ambas as populações.

Quadro 14: Teste *Mann-Whitney U* para o factor formação académica.

Test Mann-Whitney U		Valor de Prova (p-value)
Questão 1	O que entende por " <i>Cartão de Crédito / Débito</i> "	p = 0,000
Questão 2	O que entende por " <i>Debitar a Sua Conta</i> "	p = 0,002
Questão 3	O que entende por " <i>Creditar a Sua Conta</i> "	p = 0,002
Questão 4	Qual a diferença entre " <i>Capitalização Simples / Composta</i> "	p = 0,010
Questão 5	O que entende por " <i>Juro</i> "	p = 0,002
Questão 6	O que entende por " <i>Taxas Nominais</i> "	p = 0,007
Questão 7	O que entende por " <i>Taxas Equivalentes</i> "	p = 0,004
Questão 8	O que entende por " <i>Taxas Proporcionais</i> "	p = 0,002
Questão 9	O que entende por " <i>Taxas Efectivas</i> "	p = 0,003
Questão 10	O que é " <i>Spread Bancário</i> "	p = 0,083
Questão 11	O que é a " <i>Taxa Anual Efectiva Global (TAEG)</i> "	p = 0,053
Questão 12	O que é a " <i>Taxa Anual Efectiva (TAE)</i> "	p = 0,010
Questão 13	O que é a " <i>Taxa de Juro Euribor</i> "	p = 0,000
Questão 14	O que é " <i>inflação</i> "	p = 0,000

Fonte: *Elaboração do autor*

Dos resultados do “*Teste Mann-Whitney U*”, apresentados no quadro 14, verifica-se que, exceptuando as questões 10 e 11, todas as outras questões apresentam um *p-value* menor ou igual a 0,05, pelo que se verifica H_1 .

Resumindo a informação obtida, com o teste, para as questões 10 e 11 o factor formação não influencia o IGLF, ou seja, é considerado igual para a população com e sem formação superior. Relativamente às outras questões, podemos concluir que o factor formação influencia o IGLF, sendo por isso diferente consoante a formação académica.

Relativamente ao indicador IGGLF, iremos proceder a uma análise descritiva para a população com e sem formação superior e o respectivo teste de hipóteses.

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Quadro 15: Análise descritiva por nível de Ensino Superior e não Superior.

Nível de ensino Superior e Não Superior			Statistic	Std. Error	
IGGLF	Não Superior	Mean	1,7837	,04068	
		95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound		1,7026
			Upper Bound		1,8648
		5% Trimmed Mean	1,7639		
		Median	1,7143		
		Variance	,119		
		Std. Deviation	,34517		
		Minimum	1,14		
		Maximum	2,79		
		Range	1,64		
		Interquartile Range	,41		
		Skewness	,911		,283
		Kurtosis	,778		,559
			Superior		Mean
95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound			2,0337	
	Upper Bound			2,2819	
5% Trimmed Mean	2,1402				
Median	2,1429				
Variance	,163				
Std. Deviation	,40333				
Minimum	1,43				
Maximum	3,21				
Range	1,79				
Interquartile Range	,36				
Skewness	,733			,361	
Kurtosis	,780			,709	

Fonte: *Elaboração do autor*

Como se pode constatar pelo quadro 15 e, não obstante, o IGGLF de ambos os grupos estar abaixo do que seria desejável, verifica-se que o Intervalo de confiança para o IGGLF dos indivíduos detentores de um nível de formação superior, é superior ao Intervalo de confiança para o mesmo indicador dos indivíduos com um nível de formação não superior. Estes intervalos de confiança não têm qualquer parte comum, evidenciando mais uma vez, a importância do nível de formação dos cidadãos, para a promoção da literacia financeira de cada um.

Uma outra forma de se constatar o IGGLF de ambos os grupos, é através da comparação do nível de conhecimento detido por cada um, face às questões como um todo. Para verificar e testar esta informação, iremos recorrer ao teste de Levene e, consequente teste t.

Para tal e no que toca ao teste t, consideremos, de novo, as seguintes hipóteses:

H_0 : O IGGLF da população com formação superior é igual ao IGGLF da população sem formação superior.

H_1 : O IGGLF de ambas as populações é diferente.

Quadro 16: Teste de Levene e Teste t para a formação académica.

	Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
	F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
								Lower	Upper
IGLF Equal variances assumed	,350	,555	-5,276	113	,000	-,37408	,07090	-,51454	-,23362
IGLF Equal variances not assumed			-5,073	77,955	,000	-,37408	,07374	-,52089	-,22727

Fonte: Elaboração do autor

Da informação constante no quadro 16 e, no que toca ao teste de Levene, verificamos que o *valor-p*(Sig.) é superior a 0,05 (0,555), pelo que se verifica a homogeneidade das variâncias. Já no que toca ao teste t, e como o *valor-p* (Sig. 2-tailed) é menor ou igual a 0,05 (0,00), verifica H_1 , isto é: confirma-se, mais uma vez, que o IGGLF difere de grupo para grupo.

Quadro 17: Estatística do Teste de Levene e Teste t

	Nível de Ensino	N	IGGLF	Std. Deviation	Std. Error Mean
IGGLG	Não Superior	72	1,7837	,34517	,04068
	Superior	43	2,1578	,40333	,06151

Fonte: Elaboração do autor

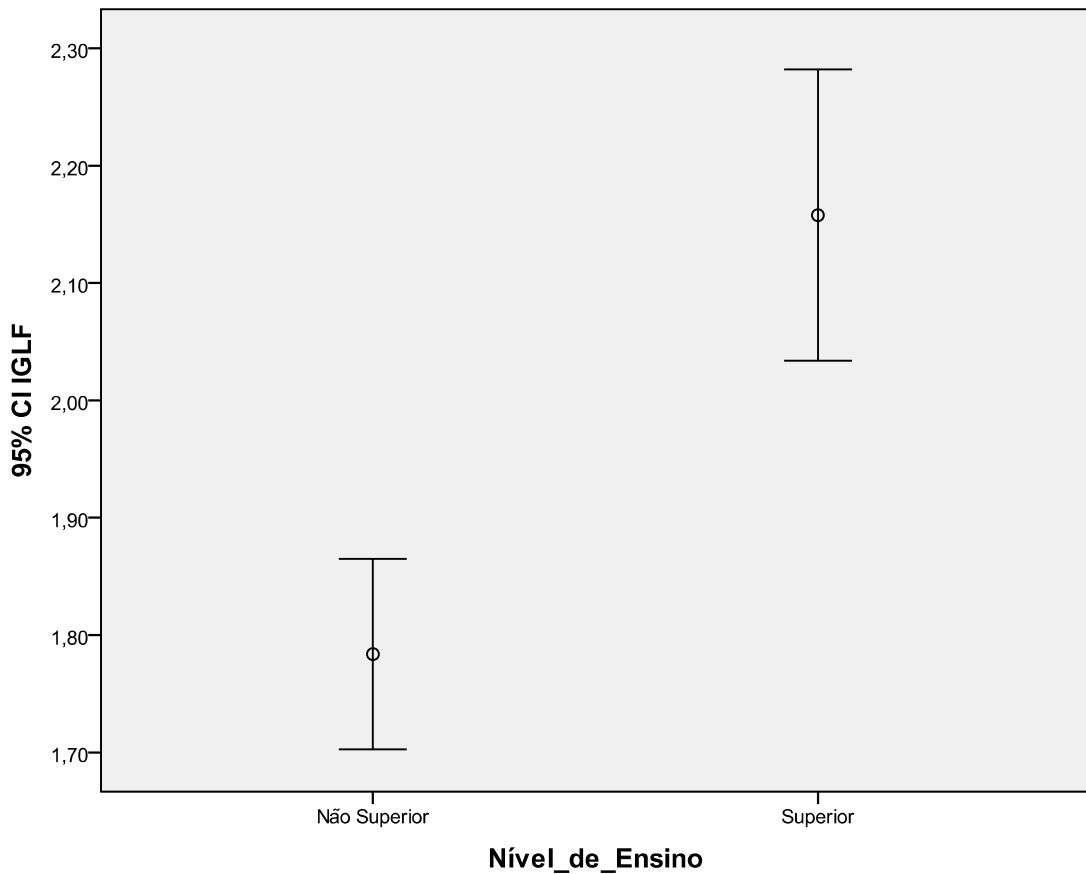
A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Da leitura do quadro 17, depreende-se que, para além do número de indivíduos que constitui cada grupo, que o IGGLF difere consoante o grupo, sendo este indicador mais elevado para os indivíduos com um grau de formação de nível superior.

Na tentativa de evidenciar os resultados obtidos, iremos apresentar graficamente os intervalos de confiança para o IGGLF por nível de formação

Gráfico VII: Intervalos de confiança para o IGGLF por nível de formação superior e não superior



Fonte: *Elaboração do autor*

Da análise ao gráfico anterior, constata-se que, efectivamente, o IGGLF de ambos os grupos é diferente, evidenciando-se o valor do IGGLF do grupo que integra os indivíduos detentores de um nível de formação superior.

No que toca à população em geral e relativamente ao IGGLF detido pela população do Vale do Sousa como um todo, retira-se as conclusões que constam do quadro seguinte:

Quadro 18: Análise descritiva da população do Vale do Sousa para a variável IGGLF.

IGGLF

		Statistic	Std. Error	
IGGLF	Mean	1,9236	,03813	
	95% Confidence Interval for Mean	Lower Bound	1,8481	
		Upper Bound	1,9991	
	5% Trimmed Mean	1,9010		
	Median	1,8571		
	Variance	,167		
	Std. Deviation	,40888		
	Minimum	1,14		
	Maximum	3,21		
	Range	2,07		
	Interquartile Range	,57		
	Skewness	,799	,226	
	Kurtosis	,636	,447	

Fonte: *Elaboração do autor*

O quadro 18 ilustra o IGGLF da população do Vale do Sousa, podendo concluir-se que o IGGLF da amostra é 1,9236 e que o intervalo de confiança a 95% para o IGGLF da população do Vale do Sousa é [1,8481 ; 1,9991].

Este quadro espelha, em termos gerais, o índice de conhecimento médio da população do Vale do Sousa relativamente aos temas aqui abordados, não fazendo qualquer distinção entre sexos e formação académica. A informação aqui apresentada enquadra-

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

se dentro dos valores apresentados nos quadros anteriores, aquando do estudo relativo à inferência estatística por sexo e formação académica.

Dando por concluído o estudo de caso, aqui apresentado, apresentaremos, a título de conclusão, um breve resumo dos resultados obtidos.

Com este estudo pretendia-se avaliar o grau de literacia financeira, detido pela população residente na região do Vale do Sousa, relativo a um conjunto de termos de que quase diariamente se ouvem falar. Para o efeito, foi elaborado e distribuído um inquérito que abordasse a terminologia que estava a ser alvo de avaliação. Na parte da estatística descritiva, constatamos que, relativamente à amostra, o IGLF relativo a cada uma das questões colocadas, se situa muito abaixo do que seria desejável, contribuindo certamente para o baixo nível do IGGLF da amostra.

De seguida e, entrando-se na inferência estatística, começamos por abordar e tentar compreender, separadamente, qual a importância dos factores sexo e grau/nível de formação académica detido pela população que constitui a amostra, nos resultados obtidos. Para isso, recorreu-se a vários testes estatísticos.

Tendo como ponto de partida o IGLF, por questão, obtido da amostra, efectuaram-se diferentes testes de hipóteses, não paramétricos, para um nível de significância de 5%, conforme o factor que estava a ser alvo de estudo. Para o factor sexo recorreu-se ao “*Teste Mann-Whitney U*”, tendo-se concluído que, salvo algumas questões e, apesar da análise descritiva ter demonstrado que os elementos do sexo masculino possuem um nível de conhecimento superior aos do sexo feminino, o IGLF por questão, dos elementos de ambos os sexos é igual. O mesmo se verificou, quando se pretendeu analisar o grau de literacia financeira de todas as questões como um todo, tendo-se recorrido para isso ao *teste-t* e ao teste de Levene. Pode afirmar-se que o IGGLF é igual em ambos os sexos.

No que diz respeito ao factor/variável formação académica e, tendo em conta que esta variável compreende mais do que um grupo (um por cada nível de formação, 5 no total), recorreu-se ao “*Teste Kruskal-Wallis H*”, tendo-se concluído que o grau de literacia financeira difere consoante o nível de formação.

Verificou-se, graficamente, que o IGGLF, dos diferentes grupos, varia conforme o nível de formação da população e que vai aumentando à medida do nível de formação académica.

Recorreu-se ao “Test Mann-Whitney U” e, para o efeito, dividiu-se a população em dois grupos: indivíduos detentores de um nível de formação superior e não superior. O IGLF, na maioria das questões, é diferente consoante o factor formação. Também o teste t e o teste de Levene, manifestam esta conclusão, quando se pretende analisar todas as questões como um todo, demonstrando a importância do nível de formação para o IGGLF.

Constatou-se, pois, neste estudo que o factor/variável sexo não tem grande impacto no IGLF nem no IGGLF, contrariamente ao factor/variável formação académica, que tem uma influência significativa no IGLF e no IGGLF, sendo mesmo um factor preponderante e decisivo. Quanto mais elevado for o nível de formação, mais elevados serão estes indicadores.

No entanto e, fazendo-se uma análise descritiva global, constata-se o baixo nível de literacia financeira detido pela população, pelo que há ainda um longo caminho a percorrer para que se consiga atingir um IGGLF satisfatório, relativamente aos temas aqui abordados, satisfatório.

4.6 Questionário aos profissionais do sector Bancário

É chegado o momento de, tal como já foi referido no início deste capítulo, procurar saber, na opinião dos profissionais do sector bancário, qual o nível de literacia financeira detido pela população em geral.

4.6.1 Análise dos questionários aos profissionais do Sector Bancário

Em simultâneo com o estudo anteriormente divulgado e, com o objectivo de compreender, por um lado, qual a principal preocupação e limitações da população que diariamente recorre aos vários serviços disponibilizados pelas instituições financeiras e por outro, tentar saber se estas alguma vez participaram, de uma forma activa, para o

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

melhoramento da literacia financeira da população, procedeu-se à elaboração de um inquérito dirigido aos profissionais do sector bancário. Apesar de todas as limitações a que este estudo esteve sujeito, conseguimos obter cinco questionários, de cinco instituições financeiras diferentes.

Este questionário é composto por um total de treze questões, sendo que de seguida se irá proceder a uma análise geral, face às respostas obtidas para cada questão, assim como, o objectivo de cada questão, estando estes questionários transcritos na íntegra, no apêndice III (Apêndice III - Inquéritos dirigidos aos Profissionais do Sector Bancário)

Questão um - *Para si, o que significa a expressão “alfabetização financeira”?*

- Esta questão tem como finalidade recolher, dos vários intervenientes neste processo, o significado da expressão “alfabetização financeira”.

Das respostas recolhidas, salientamos o facto de em todas elas, a expressão “alfabetização financeira” significar a capacidade de cada indivíduo possuir de decidir, de forma autónoma e conscienciosa, sobre assuntos ou matérias de pendor financeiro.

Questão dois - *O que entende por “literacia Financeira”?*

- Tal como na questão um, pretendia-se saber qual o entendimento de cada inquirido/entrevistado relativamente à expressão questionada.

Das respostas a esta questão, destaca-se a ideia unânime de que a expressão “literacia financeira”, se traduz no maior ou menor grau de conhecimento real que cada indivíduo detém, sobre temas de teor financeiro.

Questão três - *Em Sua opinião, e relativamente aos produtos bancários que a instituição tem para oferecer, acha que os clientes sabem do que se trata, sabem o que são, estão informados, e são capazes de os adquirir por exemplo online, ou se pelo contrário se dirigem à instituição para serem esclarecidos antes de tomarem alguma decisão?*

- Com esta questão pretende-se saber a opinião destes profissionais relativamente à autonomia dos seus clientes, face aos produtos apresentados.

As respostas a esta questão variaram de entrevistado para entrevistado, evidenciando a ambiguidade da pergunta. Apesar disso, das respostas obtidas, depreende-se que a autonomia financeira dos clientes é muito variável, dependendo do tipo, da faixa etária, do conhecimento e da formação académica de cada indivíduo, etc. Por outro lado houve respostas que confirmam que são mais os clientes que procuram esclarecimento junto da instituição, do que aqueles que gerem autonomamente o seu património. Sempre que se verifica esta situação, os produtos oferecidos pela entidade financeira em questão, são sempre e obrigatoriamente explicados aos clientes. A explicação é sempre acompanhada dum ficha de informação normalizada (FIN) sobre os produtos que é assinada pelo cliente. Quando os produtos/operações são adquiridos / efectuadas pela Internet, estes têm acesso à FIN dos mesmos onde poderão ter conhecimento do que contratam. No que concerne às contratações on-line, verifica-se que cada vez mais os clientes se sentem preparados e as fazem.

Questão quatro - Acha que as pessoas cada vez mais se interessam por estar informadas sobre os diversos produtos adquiridos, por exemplo, em termos de taxas, valores líquidos, etc, ou a sua única preocupação é saber quanto é que vão pagar / receber?

- O objectivo desta questão é determinar, segundo a percepção dos profissionais do sector bancário, se os clientes se interessam em estar informados de todas as condições gerais dos produtos disponibilizados pelas diversas instituições financeiras.

Relativamente a esta questão, pode depreender-se que, actualmente, se verifica uma maior preocupação por parte dos clientes em tentar perceber melhor a oferta que os bancos proporcionam. Contudo este interesse é variável, isto é, depende do tipo de cliente, da faixa etária, do conhecimento e formação de cada indivíduo. Regra geral, o consumidor deste tipo de produto, sob o ponto de vista pessoal, apenas está preocupado com o produto final de uma determinada aplicação ou dos encargos financeiros de um determinado financiamento.

Questão Cinco - Qual a maior falta de conhecimento que se denota nos clientes? E a que se deve?

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

- Com esta questão pretende-se saber qual a principal lacuna do conhecimento e o porquê dessa falta de conhecimento e a sua causa.

No que toca a esta questão, os entrevistados foram da opinião que, não obstante algumas limitações, os clientes não conhecem o funcionamento das instituições bancárias, quer em termos de produtos quer em termos de lógica de funcionamento estando dependentes da honestidade do profissional de quem os informa. O desconhecimento é maior à medida que os produtos são mais complexos. A complexidade de determinados produtos financeiros aumenta a dificuldade de conhecimento dos mesmos. Esta falta de formação, conhecimento, ou de sensibilidade para..., deve-se ao baixo grau de escolaridade das pessoas.

Questão seis - *Em sua opinião, indique três medidas de combate à Iliteracia Financeira?*

- Com esta questão, pretendia-se saber quais as medidas que deveriam ou devem ser tomadas, na perspectiva destes profissionais, para combater a iliteracia financeira.

Na resposta a esta questão foram mencionadas algumas formas de combate e até mesmo de prevenção à iliteracia financeira, das quais destacamos as seguintes:

- Promoção de acções de sensibilização, através dos mais variados meios de comunicação dando a demonstrar o quanto é importante e as vantagens que este tipo de conhecimento pode trazer para cada um;
- Promoção de acções de esclarecimento – procurando demonstrar, com situações práticas do dia-a-dia, a aplicabilidade deste tipo de conhecimento;
- Investir mais na qualificação e formação dos indivíduos, nomeadamente através da inserção de disciplinas de carácter financeiro nos níveis mais baixos de escolaridade e na promoção de acções de formação.

Questão sete - *Quem deve financiar esses programas / medidas?*

- Com esta questão pretendia-se, tal como a própria questão indica, saber, na opinião destes profissionais, quem deveria financiar os programas de combate à iliteracia financeira.

De uma maneira geral, todos os profissionais do sector bancário que participaram neste estudo, mencionaram, como principal financiador destes programas de promoção da literacia financeira o estado, nomeadamente o Ministério da Educação e da Ciência, que por si só ou em parceria com algumas instituições, financeiras ou até mesmo privadas, deveria proceder à criação e implementação de programas de carácter obrigatório nas escolas, que abordem temas de cariz financeiro. Houve ainda quem mencionasse que se deveria aproveitar os programas “*Novas Oportunidades*” para implementar e desenvolver estas temáticas.

Questão oito - *Que conteúdo é que esses programas deveriam ter, e qual o tempo necessário?*

- Pretendia-se com esta questão saber, na opinião destes profissionais, se estes programas de combate à iliteracia financeira deveriam ter um conteúdo abrangente ou se pelo contrário deveriam conter temas específicos, assim como o tempo necessário para cada um deles.

As respostas a esta questão variaram, havendo quem defenda que o conteúdo e tempo de cada programa, dependeriam do grau de conhecimento já adquirido pelo público-alvo; outros defendem que eles devem abordar temas relacionados com as finanças pessoais, direccionados para as questões mais prementes dos clientes, de forma eficaz e pouco maçadora, a fim de tornar potenciais consumidores conscientes dos riscos e oportunidades que podem advir das suas decisões financeiras. No entanto com base nas respostas dadas a esta questão, depreende-se que o conteúdo de cada programa, deve ser pensado e reestruturado conforme o público-alvo a que se destina. Já no que toca ao tempo necessário, este também teria que estar de acordo com o conteúdo.

Questão nove - *Qual a população que mais precisa de frequentar esses programas?*

- O que se pretendia com esta questão, era saber se os profissionais do sector bancário envolvidos neste trabalho e que exercem funções em diferentes instituições financeiras, identificam algum tipo de população específico que demonstre, de alguma forma, algum tipo de carência nesta área do conhecimento.

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Da análise às respostas a esta questão, verificou-se uma unanimidade nas respostas apresentadas, ao afirmar que a população em geral deveria frequentar estes programas de literacia financeira. Contudo, houve quem fosse mais longe e afirmasse que estes programas deveriam ter especial incidência num tipo de população mais específico que envolve principalmente duas faixas etárias: os jovens a partir do momento em que atingem a maioridade, e aquela população de faixa etária mais elevada (3ª. idade) e com poucos estudos. Procura-se providenciar a este tipo de população conhecimentos que não só os ajude, não só a compreender melhor esta temática, como também a superar determinadas situações que lhes possam surgir no futuro.

Questão dez - *Que metodologia usar?*

- Pretende-se com esta questão, saber se existe, na opinião destes profissionais do sector bancário, algum método mais eficaz para combater a iliteracia financeira.

A forma de combater a iliteracia financeira passaria sempre pelas acções de formação ou de esclarecimento. Quanto à metodologia a usar, esta estaria sempre na dependência do público seleccionado, mas poderia passar pela utilização das Novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, nomeadamente, através da Internet via e-learning, proporcionando, desta forma, uma interacção entre os participantes, recorrendo para isso a casos práticos e reais.

Questão onze - *Tem conhecimento de algum curso / Acção de Formação que decorreram ou estão a decorrer para combater este tipo de analfabetismo financeiro? E documentação técnica?*

- Tal como a própria questão indica, pretende-se saber se estes profissionais têm conhecimento da existência de programas que, de alguma forma, contribuam para o combate à iliteracia financeira do cidadão comum.

Analisando as respostas a esta questão conclui-se que nenhum dos profissionais tem conhecimento de acções de formação direccionadas para o cidadão comum, admitindo, no entanto, que eles próprios recebem formação constante, tanto pela entidade que representam como pelo Instituto de Formação Bancária - IFB, para que possam estar à altura de dar resposta e prestar esclarecimentos às questões colocadas pelos seus

clientes. Contudo, reconhecem a existência de acções de sensibilização, viabilizada por outras instituições financeiras, publicadas nas respectivas páginas Web.

No que toca à documentação técnica, alguns destes profissionais afirmaram que tanto o BP, como a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários – CMVM, disponibilizam este tipo de documentação, mas que por si só é insuficiente.

Questão doze - *Se sim, que tipo de instituições estão a promover tal formação?*

- Pretende-se saber, e no caso da resposta à questão anterior ser positiva, quem está a promover a literacia financeira.

Das respostas a esta questão, ficamos a saber que só o IFB promove formação. No entanto, esta só é frequentada, na sua maioria, pelos profissionais e pessoas interessadas em assuntos relativos à banca. Também a CGD, em parceria com a Universidade de Aveiro, promove na sua página Web programas direccionados a toda a população e que visam combater a iliteracia financeira.

Questão treze - *Poderia a Instituição que representa / em que trabalha, oferecer esse tipo de formação?*

- Pretendia-se com esta questão saber se, na opinião dos intervenientes deste estudo, existiria alguma possibilidade das instituições em que trabalham oferecer algum tipo de formação que pudesse promover e dinamizar a educação financeira.

Embora não tenhamos obtido uma resposta por parte de todos os intervenientes neste estudo, podemos concluir que as instituições financeiras aqui representadas, nunca ofereceram formação com vista a instruir o cidadão comum nesta área, até porque este tipo de formação acarretaria custos avultados. Contudo não colocam de parte a ideia de participar uma parte das despesas despendidas neste tipo de formação. No entanto afirmaram, e, passo a citar: “... esse tipo de decisões são decisões de topo, que não me cabem a mim e julgo que nenhum gerente de nenhum balcão terá competência para isso.”, deixando este tipo de decisões para quem de direito.

Da análise geral ao estudo dirigido aos profissionais do sector bancário, podemos concluir que a autonomia financeira do cidadão comum é variável, dependendo, como

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

aqui foi dito, do tipo de cliente, da faixa etária, do grau de conhecimento e da formação académica de cada indivíduo. Do ponto de vista destes profissionais, denota-se uma crescente preocupação, por parte dos clientes, em estarem informados sobre os diversos produtos financeiros oferecidos pelas instituições financeiras. Contudo, e apesar desta conclusão, confirma-se que são mais os clientes a procurarem esclarecimentos junto das instituições financeiras, do que aqueles que gerem autonomamente o seu património.

Por outro lado, verifica-se que a maioria dos cidadãos que recorre aos serviços das diversas instituições financeiras, e dada a actual conjuntura económica, está cada vez mais preocupada com o valor que vai receber/pagar pelo serviço contratualizado.

Ainda segundo os intervenientes neste estudo, a falta de conhecimento do cidadão comum deve-se, em grande parte, ao facto destes não conhecerem a lógica de funcionamento do sector bancário, à maior ou menor complexidade dos produtos adquiridos e à baixa qualificação das pessoas nesta área, ficando os mesmos dependentes da honestidade dos profissionais que lhes prestam este tipo de informação.

No que toca à contratação, gestão e aquisição de produtos online, verifica-se que são cada vez mais os clientes que se sentem preparados e o fazem, nomeadamente a população mais jovem.

Feito um balanço geral, conclui-se que há uma grande lacuna nesta área do conhecimento. Quando se questionam as possíveis formas de combater este tipo de analfabetismo, as respostas passaram pela implementação de disciplinas de carácter financeiro nos níveis mais baixos de escolaridade e pela promoção de acções de sensibilização e de esclarecimento, com conteúdos muito específicos, de acordo com o público-alvo a que se destina.

5. Propostas para combater a Iliteracia Financeira

Este capítulo, tal como o próprio nome indica, tem como objectivo principal propor formas de combate à iliteracia financeira, procurando eliminar este tipo de analfabetismo da sociedade em que vivemos.

Se associarmos ao facto dos mercados financeiros oferecerem produtos cada vez mais complexos, o baixo nível de literacia financeira detido pela maioria dos consumidores, não será difícil de compreender a dificuldade, dos consumidores, na tomada de decisões que melhor defenda os seus interesses.

Para Johnston (2005) alguns estudos relacionados com literacia financeira, têm demonstrado que muitos consumidores não têm conhecimento adequado das suas necessidades, nem dos instrumentos e produtos financeiros disponíveis, capazes de as satisfazer.

Tem sido reconhecido por vários organismos, nomeadamente pela OCDE na sua Recomendação de Julho de 2005, que a formação financeira é um processo que proporciona aos consumidores uma melhor compreensão dos produtos financeiros e a adopção de comportamentos adequados face a determinadas situações que possam surgir no dia-a-dia. Uma outra entidade nacional que partilha desta opinião é o BP que elaborou o Plano Nacional de Formação Financeira – PNFF, para o período 2011 – 2015.

Segundo Johnston (2005) os indivíduos e as famílias devem possuir as ferramentas e os conhecimentos financeiros necessários que lhes permitam compreender a complexidade do mundo financeiro, de forma a que possam tomar as decisões de uma forma responsável e segura.

Para Bruin W. B., et al. (2010), no dia-a-dia, as pessoas são levadas a tomar decisões de teor financeiro, relacionados com os mais variados temas ou produtos disponibilizados pelas diversas instituições financeiras, tais como: poupança, investimento, empréstimos, etc., Todas essas decisões têm consequências num futuro imediato, pelo que o sucesso

económico de cada um depende do seu grau de literacia financeira e da sua capacidade de compreensão e decisão.

Para Morgado, (2009), os nossos jovens têm de aprender a gerir as suas finanças, viver de acordo com as suas possibilidades e fazer alguma poupança para atingir determinados objectivos futuros. É fundamental ensiná-los, desde cedo, que o dinheiro é uma ferramenta essencial para a sua vida e, por isso, é indispensável que aprendam a utilizá-lo conscientemente.

Um estudo levado a cabo pelo Banco de Portugal (2010), que pretendeu fazer um levantamento do grau de literacia financeira da população portuguesa, refere importância do domínio desta área do conhecimento, na medida em que as decisões levadas a cabo pelos consumidores deste tipo de produtos, para além de acarretarem consequências financeiras individuais, podem igualmente ter repercussões importantes na estabilidade macroeconómica e financeira. Além disso, as escolhas dos consumidores são cada vez mais difíceis, perante a diversidade e complexidade da oferta de produtos e serviços financeiros. Torna-se, pois, necessário sensibilizar a população para a necessidade de dominar minimamente esta área, para que seja possível, antes da decisão final, comparar e avaliar previamente os produtos e serviços bancários, com base em critérios objectivos.

A literacia financeira da população reflecte-se no conhecimento, atitudes e comportamentos, permitindo assim gerir, eficazmente, as finanças pessoais de cada um.

Para que seja possível prosperar no contexto financeiro, qualquer cidadão tem que conseguir transformar, a informação em conhecimento, o conhecimento em decisão e a decisão em acção. No entanto, perante o actual grau de complexidade dos produtos financeiros e a variabilidade das condições dos mercados, os consumidores evidenciam grande dificuldade na compreensão e interpretação dos seus prós e contras.

Assim, tem sido amplamente reconhecido, quer a nível nacional quer internacional, a necessidade de se disponibilizar e promover, formação e informação adequadas para colmatar esta lacuna do conhecimento na área financeira.

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Para Huston (2010) aumentar a literacia financeira dos consumidores deveria ser um dos objectivos políticos para melhorar o seu bem-estar financeiro. O sobreendividamento dos consumidores e as taxas de falência são motivos evidentes para apoiar este tipo de projectos.

A criação de programas de educação financeira, concebidos especificamente para aumentar a literacia financeira dos consumidores, deve ser encarada como uma solução para atenuar ou solucionar os problemas financeiros que os indivíduos e as famílias enfrentam.

Deste modo e, porque um consumidor mais instruído está mais protegido, a formação financeira é vista, também, como um complemento às medidas de protecção do consumidor, contribuindo directamente para um maior valor acrescentado dos cidadãos, permitindo-lhes adquirir e administrar, de forma consciente e esclarecedora, todos os produtos financeiros adequados às suas necessidades e ao seu perfil de risco.

Por tudo isto, e como forma de promover a literacia financeira, defendemos que é urgente, por um lado criar campanhas de sensibilização / esclarecimento, dirigidas à população em geral, e por outro implementar e promover medidas de carácter financeiro, tendo sempre presente as diversas faixas etárias e o público-alvo que se pretende atingir.

Uma das medidas, talvez a mais importante, para eliminar / combater de forma radical, a iliteracia financeira, passaria pela introdução de disciplinas de teor financeiro e de carácter obrigatório, nos programas escolares, com conteúdos específicos, devidamente adaptados aos diversos ciclos de estudos. Contudo com esta medida corre-se o risco dos resultados esperados só serem atingidos no futuro, na medida em que, o público-alvo se enquadra dentro de uma faixa etária muito jovem. É, por isso, urgente a implementação, em paralelo, de medidas que venham a reflectir resultados, a curto prazo, e que abranjam toda a população.

A este propósito, aconselharíamos a promoção da literacia financeira através de várias iniciativas, nomeadamente, workshops, ciclos de palestras e acções de formação, de sensibilização e de esclarecimento, a realizar junto das populações, nas quais

convidados ou participantes, pudessem contar vivências ou experiências relacionadas com o tema em questão. Com isto, pretende-se apelar ao envolvimento de todos os cidadãos, das mais diversas faixas etárias, cativando o seu interesse, realçando, mais uma vez, a importância deste tipo de conhecimento.

Mas para que tudo isto seja possível, é necessário que haja ou que sejam criadas condições que possibilitem o sucesso destas iniciativas. Para tal deveria existir uma entidade responsável pela criação e implementação deste tipo de projectos, nomeadamente, a criação de parcerias com outras entidades, públicas ou privadas, que possam suportar ou participar parte dos custos inerentes. Por outro lado, e tendo em conta a minimização dos custos, poder-se-ia recorrer a recursos já existentes, designadamente às juntas de freguesia dos diferentes concelhos, com o intuito destas cederem as instalações, caso seja possível, com vista à realização deste tipo de iniciativas e a recém-licenciados, das mais diversas instituições de ensino, para prestar este tipo de formação.

Uma outra forma de impulsionar a literacia financeira e consequentemente combater o analfabetismo financeiro, seria através dos programas Novas Oportunidades, inserindo neles, temáticas de teor financeiro, com vista a desenvolver as competências de cada formando, para que estes se tornem mais conscientes dos riscos e das oportunidades financeiros (as).

Estamos certos de que existiriam ainda mais formas de promover a literacia financeira, por exemplo via e-Learning, contudo, esta via de transmissão do conhecimento, ainda não está ao alcance de toda a população, porque, em primeiro lugar, uma grande parte da população não tem computador nem acesso à internet, e em segundo, porque a parte da população, de faixa etária mais avançada, não sabe utilizar estas ferramentas, deparando-se com outra forma de iliteracia. Como tal, esta via seria útil apenas para aqueles que dominam esta área do conhecimento.

Por outro lado, partilhamos da opinião que para combater a iliteracia financeira, principalmente da população mais envelhecida e para que o formador possa motivar e acompanhar a evolução do formando até que este consiga atingir os objectivos

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

propostos, é necessário que haja um contacto presencial, entre formando e formador, que permita o envolvimento e interacção de ambos.

Conclui-se, desta forma, que, ao invés de se esperar que seja a população a procurar este tipo de conhecimento, o importante é levá-lo até ela, incentivando a que continue o seu processo de aprendizagem, permitindo-lhe compreender toda a “mecânica” das ofertas das instituições financeiras.

Conclusão

Neste subcapítulo apresentaremos as principais conclusões, do estudo aqui desenvolvido, tendo sempre como referência os objectivos definidos no capítulo I:

Este estudo teve como objectivo principal tratar uma das preocupações actuais e que se prende com a problemática da (I)Literacia Financeira da população, procurando-se, igualmente, chamar a atenção para o facto da necessidade de instruir o cidadão comum nesta área do conhecimento.

A iliteracia financeira tem sido motivo de algumas reflexões por parte de organismos nacionais e internacionais, que publicaram alguns estudos que revelam, claramente, uma crescente preocupação com o défice de conhecimento detido pela população nesta área.

A comprovar a existência deste problema, temos os vários estudos que aqui foram desenvolvidos, nos quais se procurou “medir” o grau de literacia financeira do cidadão comum, face a questões de senso comum e que muito influenciam a vida económica de cada um.

O estudo, levado a cabo pelo BP, sobre literacia financeira, conclui, entre outras, que 40% dos portugueses ao contraírem um crédito habitação, não comparam as taxas de juro, de forma a optar pela melhor, e na altura de decidirem, 41% dos consumidores optam pelo crédito que lhes oferece uma prestação mais baixa. Refere-se ainda que 61% da população portuguesa desconhece o significado do termo “Spread”, e que 53%, deu uma definição errada do termo “Euribor”. Os estudos aqui desenvolvidos, demonstraram, claramente, o desconhecimento, do cidadão comum, na área financeira, nomeadamente, no que diz respeito às questões aqui colocadas.

No estudo aqui desenvolvido, dirigido ao cidadão comum, verificou-se que uma grande percentagem da população, desconhece o significado da maioria das expressões ou termos aqui utilizada e que foi alvo de avaliação.

Apesar de muitos dos inquiridos afirmarem já terem ouvido falar de alguns termos aqui tratados, nomeadamente através da publicidade que passa nos diversos meios de comunicação, ou nas próprias instituições financeiras, os resultados obtidos neste grupo de questões são preocupantes, uma vez que rondam, em média, os 94,65% de respostas negativas. Isto demonstra uma grande lacuna nesta área do conhecimento que torna os cidadãos mais vulneráveis quando recorrerem às instituições financeiras para adquirir os seus produtos, na medida em que são incapazes de compreender e negociar os contratos.

Estes resultados devem-se não só à falta de formação dos inquiridos nesta área, como também ao facto de muitos deles não terem necessitado de recorrer a determinados serviços da banca, pelo que nunca abordaram essas temáticas.

Há ainda quem considere os termos, definições ou expressões, que são objecto de estudo neste trabalho, demasiado complicados, e porque nunca ninguém lhes explicou, desconhecem o seu significado e aquilo que os distingue.

Por outro lado, houve quem afirmasse que, mesmo tendo consciência de não saber do que se está a tratar, quando aborda estes temas nas instituições financeiras ou nas conversas entre amigos, não pergunta qual o significado e a consequência que pode acarretar para a sua vida quotidiana, porque se sente envergonhado. Porém confia nas instituições financeiras. Este tipo de atitude constitui uma das principais barreiras à construção e evolução do conhecimento.

Contudo a grande maioria dos inquiridos mostrou interesse na explicação que lhes foi dada, afirmando que era importante haver alguém que lhes explicasse o significado dessas questões, assim como o impacto que elas terão no seu quotidiano.

Em relação ao sexo dos inquiridos, concluiu-se que o “factor” sexo não é significativo, isto é, não se pode afirmar que os inquiridos do sexo masculino sabem mais ou menos do que os do sexo feminino e vice-versa. Aliás, isto é perfeitamente compreensível, tendo em conta que, actualmente, a mulher tem uma vida tão participativa, quanto o homem, a nível financeiro.

Relativamente à formação académica da população inquirida, conclui-se que esta variável tem um peso significativo nos resultados obtidos, verificando-se que, os

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

inquiridos com mais habilitação académica obtiveram melhores resultados, o que demonstra a relevância da formação académica.

Como forma de complementar os estudos aqui desenvolvidos, elaborou-se um inquérito dirigido aos profissionais do sector bancário, procurando saber a sua opinião, relativamente ao grau de conhecimento dos seus clientes.

Da análise ao estudo dirigido a estes profissionais, conclui-se que a autonomia financeira do cidadão comum é variável, dependendo, como aqui foi dito, do tipo, da faixa etária, do grau de conhecimento e da formação de cada indivíduo. Segundo estes profissionais, denota-se uma crescente preocupação, por parte dos clientes, em se manterem informados sobre os diversos produtos financeiros oferecidos pelas Instituições Financeiras. Contudo, e apesar desta conclusão, confirma-se que são mais os clientes a procurarem esclarecimentos junto das instituições financeiras, do que aqueles que gerem autonomamente o seu património.

Por outro lado, verifica-se que a maioria dos cidadãos que recorre aos serviços das diversas instituições financeiras, e dada a actual conjuntura económica, está cada vez mais preocupada com o valor que vai receber/pagar pelo serviço(s) contratualizado(s).

Ainda segundo os intervenientes neste estudo, a falta de conhecimento do cidadão comum deve-se em grande parte ao facto destes não conhecerem a lógica de funcionamento do sector bancário, à maior ou menor complexidade dos produtos adquiridos e à baixa qualificação das pessoas nesta área do conhecimento, ficando os mesmos dependentes da honestidade dos profissionais que lhes prestam este tipo de informação.

No que toca à contratação, gestão e aquisição de produtos online, verifica-se que são cada vez mais os clientes que se sentem preparados para o fazer, nomeadamente a população mais jovem.

Contudo, e feito um balanço geral, conclui-se que há uma grande lacuna nesta área do conhecimento, e muita coisa deverá ser feita para a combater. Segundo as respostas obtidas, as estratégias passam pela implementação de disciplinas de carácter financeiro nos níveis mais baixos de escolaridade e pela promoção de acções de sensibilização e de

esclarecimento, com conteúdos muito específicos, junto do público-alvo a que se destinam.

Limitações do estudo

Todo o trabalho de investigação/pesquisa, deve ser o mais rigoroso possível. Contudo e, como facilmente se depreende, todos os trabalhos de pesquisa estão sujeitos a limitações que podem dificultar ou até mesmo condicionar os objectivos propostos.

No decorrer deste trabalho deparamo-nos com algumas condicionantes, que, de certa forma, limitaram e dificultaram o estudo aqui apresentado.

As limitações circunscritas a este estudo estão directamente associadas com os inquéritos a que nos propusemos fazer. Gostaríamos de realçar a enorme dificuldade que enfrentamos aquando da recolha de informação, quer no Inquérito dirigido ao Cidadão Comum, quer no Questionário / Inquérito dirigido aos Profissionais do Sector Bancário. Em relação ao primeiro, inicialmente, estava previsto recolher a informação nalgumas instituições financeiras que tivessem contacto directo com os inquiridos. Para o efeito, foi elaborado um pedido de autorização para o fazer, que foi indeferido, obrigando a que a recolha de informação tivesse que ser feita na “rua”, no local de trabalho e em locais de lazer. Por outro lado, sempre que nos dirigíamos a alguém para pedir que respondesse ao inquérito, algumas pessoas eram peremptórias na sua resposta, afirmando que não estavam interessadas, o que causou, de certa forma, algum desânimo. No que diz respeito ao Inquérito dirigido aos Profissionais do Sector Bancário foi também pedida uma autorização às sedes dessas instituições, para poder inquirir alguns funcionários, pedido esse que originou várias situações:

- Foi negado por algumas instituições financeiras;
- Houve instituições que o ignoraram;
- Outra que deram um parecer positivo, mas que ficaria sempre ao critério do Gerente e dos funcionários dessas instituições, ao que estes não mostraram qualquer interesse e como tal não responderam;
- Houve aquelas em que o parecer foi positivo, e efectivamente houve alguns profissionais que responderam.

Todos estes motivos dificultaram a recolha dos questionários por parte dos profissionais do sector bancário, o que nos obrigou a recorrer a amigos que desempenham funções nalgumas instituições, e que colaboraram no preenchimento do questionário, tendo-lhes sido garantido, a pedido destes, o sigilo quanto à fonte dessa informação.

No entanto, estas limitações não constituíram impedimento para a realização deste trabalho, tendo sido possível retirar as principais conclusões da análise dos dados recolhidos.

Sugestão Para Futuras Investigações

Realçamos a importância deste trabalho, que muito enriqueceu, em termos de formação e satisfação pessoal e profissional, todos os que nele participaram.

No entanto, com o culminar do trabalho, fica-nos a certeza de que muito mais haveria para se dizer e, a sensação de que se poderia ter feito mais e melhor. Contudo, espera-se que ele seja o germinar de novos trabalhos de investigação nesta área do conhecimento tendo-se plena consciência de que muitos serão necessários para reafirmar a relevância da literacia financeira.

Acima de tudo, desejamos que esta investigação alerte para a importância da sua promoção no sucesso da população em geral.

Bibliografia

- ASIC (2003) - Australian Securities & Investments Commission - Financial Literacy in Schools. Consultation Paper 45. ASIC Discussion Paper: Financial literacy in schools. Acedido em 20 de Junho de 2011, em: [http://www.asic.gov.au/asic/pdf/lib.nsf/lookupbyfilename/finlit_schools_dp.pdf/\\$file/finlit_schools_dp.pdf](http://www.asic.gov.au/asic/pdf/lib.nsf/lookupbyfilename/finlit_schools_dp.pdf/$file/finlit_schools_dp.pdf)
- Austin, E. (2010). Financial Literacy Programme-Trinidad & Tobago. [Versão electronic] *National Financial Literacy Programme. Central Bank of Trinidad & Tobago*. Acedido em 20 de Dezembro de 2011, em: <http://www.oecd.org/dataoecd/14/24/44638093.pdf>
- Banco de Portugal (2010). *Inquérito à literacia financeira da população portuguesa | 2010. Apresentação dos Principais Resultados*. Acedido em 30 de Janeiro de 2012, em: <http://clientebancario.bportugal.pt/pt-PT/Noticias/Paginas/InqueritoLiteraciaFinanceira.aspx>
- Banco de Portugal (2010). *Intervenção do Senhor Governador do Banco de Portugal no XX Encontro de Lisboa*. Acedido em 30 de Janeiro de 2012, em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/IntervencoesPublicas/Paginas/default.aspx>
- Banco de Portugal (2011). Intervenção do Vice-Governador Pedro Duarte Neves na sessão de abertura da I conferência Nacional de Educação Financeira (ASFAC). Acedido em 30 de Janeiro de 2012 em: <http://www.bportugal.pt/pt-PT/OBancoeoEurosistema/IntervencoesPublicas/Paginas/intervpub20110927.aspx>
- Browning, M. & Crossley, T. F. (2001). *The Life-Cycle Model of Consumption and Saving*. *Journal of Economic Perspectives*, 15(3), 3-22.
-

Bruin, W. B., et al. (2010). Expectations of Inflation: The Role of Demographic Variables, Expectation Formation, and Financial Literacy. *The Journal of Consumer Affairs*. Vol 44, nº. 2: 381 – 402

Chen, H., e Volpe R.P. (1998) An Analysis of Personal Financial Literacy Among College Students. *Financial Services Review*, 7(2): 107-128

Ciclo da Poupança, acessido em 05/07/2011 em <http://www.ciclodapoupanca.com>

Contas à Vida, acessido em 05/07/2011 em <http://contasavida-barclays.blogspot.com/>;
http://www.barclays.pt/banco/sala_imprensa/press_releases/2008/fev_contas_a_vida.pdf

Cude, B. J. (2010). Financial Literacy 501. *Editorial Prelude*, Vol 44, nº. 2: 271 – 275

Financial Industry Regulatory Authority (2003). NASD investor literacy research: executive summary.

Financial Literacy and Education Commission, (2006). *Further Progress Needed to Ensure an Effective National Strategy*. United States Government Accountability Office. Washington, DC 20548.GAO-07-100.

Góis, C., et al. (2010). A Literacia Financeira em Instituições do Ensino Superior Português: análise de sensibilidade dos seus determinantes. *Estudos do ISCA*. Série IV – N.º 1. 13 pp.

Huston, S.J. (2010). Measuring Financial Literacy. *The Journal of Consumer Affairs*. Vol 44, nº. 2: 296 – 316

International Monetary Fund (2007). *Portugal: Financial Sector Assessment Program – Technical Note – Investor Protection, Disclosure, and Financial Literacy*. [Versão electrónica] IMF Country Report No. 07/35. Acessido em 30 de Janeiro de 2011 em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/scr/2007/cr0735.pdf>

Johnston, D.J. (2005). Importance of Financial Literacy in the Global Economy. Keynote Address by The Hon secretário-geral da OCDE para a Cimeira de

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Educação Financeira, Kuala Lumpur. Acedido em 30 de Janeiro de 2011, em <http://www.oecd.org/dataoecd/15/57/35883324.pdf>

Johnston, D.J. (2005). Importance of Financial Literacy in the Global Economy. Keynote Address by The Hon secretário-geral da OCDE para a Cimeira de Educação Financeira, Kuala Lumpur. Acedido em 30 de Janeiro de 2011, em <http://www.oecd.org/dataoecd/15/57/35883324.pdf>

Lusardi, A. e Tufano, P. (2008). Debt Literacy, Financial Experience, and Overindebtedness. Financial Literacy Center. Acedido em 30 de Janeiro de 2011, em http://www.dartmouth.edu/~alusardi/Papers/lusardi_tufano.pdf

Lusardi, A. e Tufano, P. (2008). Debt Literacy, Financial Experience, and Overindebtedness. Financial Literacy Center. Acedido em 30 de Janeiro de 2011, em http://www.dartmouth.edu/~alusardi/Papers/lusardi_tufano.pdf

Machado, Hugo Augusto Monteiro. **A literacia financeira da população escolar em Portugal**. Lisboa [S. N.] 2011. Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa

Mandell, L. (2007). Financial literacy of high school seniors, in Jing J. Xiao (editor), *Advances in Consumer Financial Research*, New York: Springer Publishing 2008.

MCEECDYA (2009), - Ministerial Council for Education, Early Childhood Development and Youth Affairs. *National Consumer and financial literacy framework*. Acedido em 20 de Junho de 2011, em: http://www.mceecdya.edu.au/verve/_resources/Financial_Literacy_Framework_revised2009.pdf

Moneyadeclear, acedido em 27/06/2011 em <http://yourmoney.moneyadvice.service.org.uk/>

MoneySMART, acedido em 30/06/2011 em <http://www.moneySMART.gov.au/about-us>

Morgado, J.A.F. (2009). Começar cedo - a educação financeira nas escolas. *Conferência Internacional de Educação Financeira – Perspectivas para Portugal*. SEFIN

MyMoney, acessado em 30/06/2011 em <http://www.mymoney.gov/>

OCDE (2005). *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. Recommendation on principles and good practices for financial education and awareness.

OCDE, (2005). *Importance of Financial Literacy in the Global Economy*: Secretary-General of the OECD to the Financial Education Summit, Kuala Lumpur.

OCDE, (2005). *Recommendation on Principles and Good Practices for Financial Education and Awareness*. Recommendation of the Council.

OCDE, (2009). *Financial Literacy and Consumer Protection: Overlooked Aspects of the Crisis*. Oecd Recommendation on Good Practices on Financial Education and Awareness Relating to Credit

Orton, L. (2007). *Financial literacy: Lessons from international experience*. Canadá: Canadian Policy Research Networks Inc.

Pang, M. F. (2010). Boosting financial literacy: benefits from learning study. *Instructional Science* . Springer Netherlands, 659-677.

Promoting Financial Success in the United States (2011). *National Strategy for Financial Literacy*. Financial Literacy and Education Commission

Remund, D. L.(2010). Financial Literacy Explicated: The Case for a Clearer Definition in an Increasingly Complex Economy. *Journal of Consumer Affairs*, 44 (Summer): 276–295.

Rotfeld H.J., (2008). Financial Aliteracy. *The Journal of Consumer Affairs*. Editorial Postlude. Vol. 42, nº. 2: 306-309

Saldo Positivo, acessado em 05/07/2011 em <http://www.saldopositivo.cgd.pt>

Santos F. T. (2009). Intervenção do Ministro de Estado e das Finanças Fernando Teixeira dos Santos[Versão Electrónica] Seminário DECO *O Governo das Grandes Empresas, a Regulação e os Interesses dos Consumidores*, 1-14.

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Acedido em 30 de Janeiro de 2011, em: http://www.min-financas.pt/discursos/int_MF_20090427.pdf

Schagen, S. (1997). *The evaluation of Natwest Face 2 Face with Finance*, National Foundation for Educational Research.

The importance of financial literacy. Acedido em 30 de Janeiro de 2011, em http://www.dartmouth.edu/~alusardi/Papers/NBER_Reporter.pdf

Treasury H. M. (2007), *Financial capability: the Government's long-term pproach. Office of Fair Trading.*

UNESCO (2010). *MEDIUM-TERM STRATEGY 2008-2013*. Acedido em 20/06/2011 em http://iite.unesco.org/files/strategy_en.pdf

A P Ê N D I C E S

Apêndice I – Conceitos de Termos Bancários - Respostas possíveis a cada questão do inquérito dirigido ao Cidadão Comum.

Cartão de Crédito

R: O cartão crédito permite realizar pagamentos diferidos, sem que o seu titular disponha de dinheiro, podendo usufruir de crédito sem juros, em determinadas condições. Face às facilidades disponíveis associadas ao cartão de crédito, é necessário tomar algumas medidas de segurança. Também os custos associados ao cartão crédito devem ser tomados em conta.

Cartão de Débito

R₁: Este cartão permite realizar movimentações de dinheiro da conta de cada um, quer em caixas multibanco (ATM) e em locais que aceitem este tipo de pagamento.

R₂: O cartão de débito é um produto de pagamento, pois debitam automaticamente o dinheiro da conta bancária, após a sua utilização

Debitar / Creditar a sua Conta

Debitar

R: É quando retiram dinheiro da conta do indivíduo.

Creditar

R₁: É quando depositam dinheiro na conta do titular.

R₂: O crédito bancário é um contrato no qual o banco coloca à disposição dos clientes, determinadas quantias de dinheiro, que terá que ser devolvido com juros e comissões conforme tenha sido contratualizado. Associadas ao crédito, existem taxas que são as responsáveis pelo pagamento do montante em dívida acrescido de juros, despesas, etc.

Definição de Juro

R₁: Juro, do ponto de vista económico, é a taxa cobrada a partir de todo o capital emprestado por um certo período de tempo. Este capital consiste em bens, como dinheiro, acções, bens de consumo, propriedades ou mesmo indústrias.

R₂: Juro - quantia que se paga, além do capital, pelo empréstimo de dinheiro; lucro do capital emprestado.

R₃: É a taxa cobrada pelo credor de um empréstimo, usualmente expressa como uma taxa percentual anual do capital.

R₄: Taxa de rendimento paga por bancos, empresas e pessoas físicas que pedem dinheiro emprestado, seja para uso próprio ou para reemprestar a terceiros. Quando alguém deposita o dinheiro no banco, está de fato a empresta-lo ao banco, em troca de uma taxa de juro.

R₅: É a retribuição que é paga à entidade financeira pelo dinheiro que esta emprestou.

Qual a diferença entre "Capitalização Simples / Composta"

R₁: *Capitalização simples* é aquela em que a taxa de juros incide somente sobre o capital inicial, e não sobre os juros acumulados. Varia linearmente em função do tempo. Se quisermos converter a taxa diária em mensal, basta multiplicá-la por 30; se desejarmos uma taxa anual, tendo a mensal, basta multiplicar por 12, e assim por diante.

Capitalização composta é aquela em que a taxa de juros incide sobre o capital acrescido dos juros acumulados até o período anterior. Neste regime de capitalização a taxa varia exponencialmente em função do tempo.

R₂: Quando uma determinada soma de dinheiro está aplicada a juros simples, eles são sempre calculados sobre o montante inicial, quando uma soma está aplicada a juros compostos, estes são calculados não apenas sobre o capital inicial, mas sobre este capital acrescido dos juros já vencidos.

R₃: Capitalização simples é o regime segundo o qual os juros produzidos no final de cada período têm como base de cálculo o capital inicial empregado e, quando vencidos são colocados numa conta de depósito à ordem.

Capitalização composta é o regime segundo o qual os juros produzidos no final de um dado período “n” se agregam ao capital, passando ambos a integrar a nova base de cálculo para o período subsequente (n+1) e assim sucessivamente.

O que é spread bancário?

R₁: Spread refere-se à diferença entre o preço de compra (procura) e venda (oferta) da mesma acção, título ou transacção monetária. Por exemplo, se comprarmos uma acção na bolsa de valores a 10 cêntimos e a vendermos a 1 Euro, temos um spread de 0,90 cêntimos. IE: Ganhamos € 0,90. O spread é alto. Quanto maior o risco, maior a taxa.

R₂: É a diferença entre os preços de compra e venda de um activo ou a diferença de preço entre os meses de vencimento de um contrato nominal.

R₃: O spread bancário (pronuncia-se **spréd**) é a diferença entre os juros cobrados pelos bancos nos empréstimos a pessoas físicas e jurídicas e as taxas pagas pelos bancos aos investidores que colocam seu dinheiro em aplicações do banco. Quanto maior o spread bancário, maior é o lucro que os bancos têm nas operações de crédito.

O que é a Taxa Anual Efectiva Global (TAEG)?

R₁: Custo total do crédito para o consumidor expresso em percentagem anual do montante do crédito concedido.

R₂: Em Portugal, Taxa Anual Efectiva Global, ou simplesmente TAEG, entende-se como o custo total de um crédito ao consumidor. É expressa em percentagem anual do montante do crédito recebido e cobre as despesas de cobrança de reembolsos e pagamentos de juro, bem como restantes encargos obrigatórios a suportar pela entidade credora (impostos, selos fiscais, seguros, etc).

Obs.: Distingue-se da TAE (Taxa Anual Efectiva) por incluir também os impostos associados a um empréstimo e por se referir apenas ao crédito ao consumo.

O que é a Taxa Anual Efectiva (TAE)?

R₁: A Taxa Anual Efectiva é uma taxa de juro que serve principalmente para comparar créditos à habitação. Na TAE está incluída a taxa de juros nominal do contrato, a frequência de pagamento das prestações e os encargos do empréstimo. Esta taxa é um bom indicador para comparar diferentes créditos de habitação pois tem todos os encargos e custos associados com o empréstimo.

R₂: É a taxa que "realmente" o Cliente paga pelo seu empréstimo, pois reflecte também a periodicidade dos pagamentos e os encargos iniciais do empréstimo. É uma das formas dos Clientes poderem comparar propostas de crédito entre diversas Instituições de Crédito.

R₃: É uma taxa que traduz todos os custos associados a um empréstimo tais como despesas com avaliação, juros, seguros (vida e multi-riscos) e outros encargos a pagar ao banco pelo cliente

Obs.: A diferença entre a TAE e a TAEG é que a esta última inclui os custos e impostos associados com o contrato de crédito.

O que é a Taxa de Juro Euribor?

R₁: A taxa Euribor é a taxa do mercado monetário interbancário europeu. Esta taxa de juros é baseada na média das taxas de juros dos principais bancos europeus que emprestam dinheiro entre si na zona Euro. Para quem tem um crédito à habitação esta taxa é importante porque a taxa de juro do seu banco é na maioria dos casos baseada na taxa Euribor. A evolução da taxa Euribor tem impacto na quantidade de juros que os consumidores pagam nos seus créditos. Se a taxa Euribor sobe pagamos mais juros, quando a taxa desce paga menos juros.

R₂: Taxa interbancária (média das taxas da oferta de fundos praticada entre Bancos), que resulta de um painel de 57 Bancos de países da União Europeia e de terceiros países, escolhidos por serem particularmente activos no mercado do Euro

O que é inflação?

R₁: Em economia, inflação é a queda do valor de mercado ou poder de compra do dinheiro. Isso é equivalente ao aumento no nível geral de preços. Inflação é o oposto de deflação. Inflação zero, ou muito baixa, é uma situação chamada de estabilidade de preços.

R₂: Uma condição económica onde os bens de consumo aumentam, desgastando o poder de compra.

R₃: Aumento persistente de preços, de forma generalizada, que resulta numa perda do poder aquisitivo da moeda.

R₄: É o aumento constante e geral de preços de bens e serviços da economia.

R₅: Um aumento do volume de dinheiro e do crédito relativo às mercadorias disponíveis, que resulta numa subida geral do nível de preços.

R₆: É ter que viver pagando os preços do ano que vem com o salário do ano passado.

Taxas Nominais

R₁: A taxa de juro nominal é a taxa que obrigatoriamente deve ser indicada em todos os contratos de crédito ou nas aplicações, e corresponde ao período de um ano

R₂: A taxa nominal é quando o período de formação e incorporação dos juros ao Capital não coincide com aquele a que a taxa está referida (Quando existem capitalizações dentro do período da taxa nominal)

R₃: É uma taxa proporcional a uma taxa efectiva de período K vezes superior

Ex: $i_{(6)} = 6 * i_6$

$i_{(4)} = 8\% \Leftrightarrow i_4 = 8\% / 4 \Leftrightarrow i_4 = 2\%$

Taxas Equivalentes

R₁: Taxas equivalentes são aquelas que aplicadas ao mesmo capital **C**, durante o mesmo intervalo de tempo, produzem o mesmo montante.

R₂: Duas taxas i_1 e i_2 são equivalentes, se aplicadas ao mesmo Capital **C** durante o mesmo período de tempo, através de diferentes períodos de capitalização, produzem o mesmo montante final.

Taxas Efectivas

R₁: Taxa Efectiva é quando o período de formação e incorporação dos juros ao Capital coincide com aquele a que a taxa está referida

Taxas Reais

Taxa Real é igual à taxa efectiva corrigida pelo valor da inflação.

Logo: Taxa Efectiva \neq Taxa Real

$$Taxa Efectiva = [(1 + Tax. Real) \times (1 + Tax. Inflação)] - 1$$

Taxas Proporcionais

R₁: Taxas proporcionais e taxas equivalentes são denominações de um mesmo conceito, ou seja, são taxas que geram o mesmo resultado financeiro se aplicados ao mesmo montante durante o mesmo período de tempo.

A diferença entre os dois conceitos consiste no modelo de juros utilizado para cálculo, onde:

Taxas proporcionais são calculadas no modelo de juros simples, e

Taxas equivalentes são calculadas no modelo de juros compostos.

A (I) Literacia Financeira da População

Estudo de caso para uma população do norte de Portugal

Apêndice II – Inquérito dirigido ao Cidadão Comum.



Inquérito elaborado no âmbito do projecto
FinLiCo - Financial Literacy Competences»



Idade

Sexo

 M F

Profissão:

Formação Académica

0 - Sem Habilitação

1 - 1º Ciclo

2 - 2º Ciclo

3 - 3º Ciclo

4 - Secundário

5 - Formação de nível Superior

Questões a Colocar

 1 2 3 4 5

1	O que entende por "Cartão de Crédito / Débito"	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2	O que entende por "Debitar a Sua Conta"	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3	O que entende por "Creditar a Sua Conta"	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4	Qual a diferença entre "Capitalização Simples / Composta"	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5	O que entende por "Juro"	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6	O que entende por "Taxas Nominais"	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7	O que entende por "Taxas Equivalentes"	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8	O que entende por "Taxas Proporcionais"	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9	O que entende por "Taxas Efectivas"	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	O que é "Spread Bancário"	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	O que é a "Taxa Anual Efectiva Global (TAEG)"	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	O que é a "Taxa Anual Efectiva (TAE)"	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	O que é a "Taxa de Juro Euribor"	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	O que é "inflação"	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Legenda:

- 1 - Não Sabe / Não Percebe / Não Domina
- 2 - Não Sabe Minimamente / Não Percebe Minimamente
- 3 - Sabe o Mínimo / Percebe o Mínimo / Satisfaz
- 4 - Sabe / Percebe Bem; Domina
- 5 - Sabe Bem / Percebe Plenamente

Apêndice III – Inquéritos dirigidos aos Profissionais do Sector Bancário.

Inquérito 1

1 - Para si, o que significa a expressão “alfabetização financeira”?

A expressão “alfabetização financeira” é um conjunto de conhecimentos adquiridos sobre o Sistema Financeiro, seu funcionamento, quer em termos qualitativos quer quantitativos. Sendo a forma da sua obtenção irrelevante.

2 - O que entende por literacia Financeira?

A literacia financeira é o grau de conhecimento que uma determinada pessoa detém do sistema financeiro.

3 - Em Sua opinião, e relativamente aos produtos bancários que a instituição tem para oferecer, acha que os clientes sabem do que se trata, sabem o que são, estão informados, e são capazes de os adquirir por exemplo online, ou se pelo contrário se dirigem à instituição para serem esclarecidos antes de tomarem alguma decisão?

Os consumidores dos produtos financeiros na sua grande maioria recorrem as instituições financeiras para receberem esclarecimentos adicionais e/ ou serem informados dos produtos financeiros que temos para oferecer. Devido ao facto da informação financeira contida neste tipo de produtos ser complexa e/ ou de difícil compreensão para alguns.

4 - Acha que as pessoas cada vez mais se interessam por estar informadas sobre os diversos produtos adquiridos, por exemplo, em termos de taxas, valores líquidos, etc, ou a sua única preocupação é saber quanto é que vão pagar / receber?

O consumidor destes tipos de produtos, visto em termos pessoais, apenas está preocupado com o produto final de uma determinada aplicação ou os encargos financeiros de um determinado financiamento.

5 - Qual a maior falta de conhecimento que se denota nos clientes? E a que se deve?

Muito pessoalmente, os clientes não conhecem o funcionamento das instituições bancárias, quer em termos de produtos quer em termos de lógica de funcionamento. Estando dependentes da honestidade do profissional que lhe presta a informação. Esta falta de formação, conhecimento, ou de sensibilidade para... deve-se por um lado à baixa qualificação das pessoas. Logo, a meu ver, deve-se investir mais e melhor na formação e em acções de sensibilização. Cabendo a formação as entidades que têm essa missão e não outra.

6 - Em sua opinião, indique três medidas de combate à Iliteracia Financeira.

Ações de sensibilização

Investir na formação e Qualificação

Simplificação da informação, embora estando lentamente a ser feito.

7 - Quem deve financiar esses programas / medidas.

Devem ser financiadas por um fundo governamental em parte e noutra pelas próprias instituições bancárias.

8 - Que conteúdo é que esses programas deveriam ter, e qual o tempo Necessário?

O conteúdo e tempo, dependeriam do grau de conhecimento do público-alvo.

9 - Qual a população que mais precisa de frequentar esses programas?

Acho que a população em Geral

10 - Que metodologia usar?

A metodologia estaria sempre na dependência do público seleccionado.

11 - Tem conhecimento de algum curso / Acção de Formação que decorreram ou estão a decorrer para combater este tipo de analfabetismo financeiro? E documentação técnica?

Curso ou Acção de formação não, mas tenho conhecimento que outras instituições financeiras estão a publicar, nas suas páginas da Internet, acções de sensibilização, mas ainda não tive oportunidade de visitar essas páginas, pelo que não sei qual o seu conteúdo.

12 - Se sim, que tipo de instituições estão a promover tal formação?

Como já referi, só a banca. (Instituições financeiras da concorrência)

13 - Poderia a Instituição que representa / em que trabalha, oferecer esse tipo de formação?

Oferecer não digo, mas participar com parte das despesas sim, mas como deve calcular esse tipo de decisões são decisões de topo, que não me cabem a mim e julgo que nenhum gerente de nenhum balcão terá competência para isso.

Inquérito 2

1 - Para si, o que significa a expressão “alfabetização financeira”?

Educar financeiramente o cidadão é algo a que tem direito, por forma a poderem decidir e gerir de forma responsável o seu património financeiro, permitindo-lhes melhorar o conhecimento quanto a produtos e conceitos financeiros tornando-os assim mais conscientes do risco e oportunidades financeiras.

2 - O que entende por literacia Financeira?

Trata-se da compreensão dos conceitos financeiros por forma a sabe-los usar quando necessários. No fundo é saber como aprender sobre conceitos financeiros de forma a sabe-los usar quando necessários.

3 - Em Sua opinião, e relativamente aos produtos bancários que a instituição tem para oferecer, acha que os clientes sabem do que se trata, sabem o que são, estão informados, e são capazes de os adquirir por exemplo online, ou se pelo contrário se dirigem à instituição para serem esclarecidos antes de tomarem alguma decisão?

Os produtos bancários oferecidos por esta instituição são sempre e obrigatoriamente explicados aos clientes. A explicação é sempre acompanhada dum ficha normalizada sobre os produtos que é assinada pelo cliente.

4 - Acha que as pessoas cada vez mais se interessam por estar informadas sobre os diversos produtos adquiridos, por exemplo, em termos de taxas, valores líquidos, etc, ou a sua única preocupação é saber quanto é que vão pagar / receber?

Maioritariamente as pessoas cada vez mais procuram informar-se com detalhe sobre os produtos antes de os subscreverem.

5 - Qual a maior falta de conhecimento que se denota nos clientes? E a que se deve?

Normalmente os clientes conhecem as expressões / palavras / vocabulário financeiro. Verifica-se no entanto, que o seu conteúdo / conceito é muitas vezes desconhecido.

6 - Em sua opinião, indique três medidas de combate à Iliteracia Financeira.

**Melhorar o conhecimento dos consumidores quanto a produtos / conceitos financeiros.
Criar nos consumidores consciência do risco financeiro
Ajudar os consumidores a tomarem as decisões, isto é, as melhores decisões para o seu perfil financeiro.**

7 - Quem deve financiar esses programas / medidas.

O Estado, por sua conta poderia criar nas escolas um programa de carácter obrigatório quanto à frequência sobre educação financeira.

8 - Que conteúdo é que esses programas deveriam ter, e qual o tempo Necessário?

Abordagem de conceitos e produtos financeiros de forma a tornar potenciais consumidores conscientes dos riscos e oportunidades nas suas decisões financeiras.

9 - Qual a população que mais precisa de frequentar esses programas?

Especialmente os jovens a partir dos seus 18 anos e a 3ª idade.

10 - Que metodologia usar?

Porque não utilizar as novas Tecnologias da Informação e da Comunicação, ou seja através da Internet via e-learning.

11 - Tem conhecimento de algum curso / Acção de Formação que decorreram ou estão a decorrer para combater este tipo de analfabetismo financeiro? E documentação técnica?

Sim, Projecto de literacia financeira “Educação + (mais)” promovido pela CGD e Universidade de Aveiro. Trata-se de uma exposição itinerante, destinada aos jovens entre os 7 e os 17 anos e ao público em geral para os interessados em obter mais informações sobre este tema. Este programa integra a realização de 21 sessões de Norte a Sul do País, maioritariamente realizadas em agrupamentos de escolas e autarquias. Tem ainda a campanha “Saldo Positivo” Ver site em www.saldopositivo.cgd.pt.

12 - Se sim, que tipo de instituições estão a promover tal formação?

Caixa Geral de Depósitos, S.A..

13 - Poderia a Instituição que representa / em que trabalha, oferecer esse tipo de formação?

Está a faze-lo neste momento.

Inquérito 3

1 - Para si, o que significa a expressão “*alfabetização financeira*”?

R: Refere-se à educação financeira. Transformar a sociedade / pessoas de forma a saberem gerir as suas poupanças, tendo conhecimentos sobre o que podem ou devem fazer assim como os produtos que contratam.

2 - O que entende por literacia Financeira?

R: É o nível de conhecimento real sobre os diversos produtos financeiros.

3 - Em Sua opinião, e relativamente aos produtos bancários que a instituição tem para oferecer, acha que os clientes sabem do que se trata, sabem o que são, estão informados, e são capazes de os adquirir por exemplo online, ou se pelo contrário se dirigem à instituição para serem esclarecidos antes de tomarem alguma decisão?

R: Os clientes são sempre informados (quando é presencialmente – ao Balcão) sobre as características dos produtos. Quando os produtos/operações são adquiridos / efectuadas pela Internet, estes têm acesso à ficha de informação normalizada (FIN) dos mesmos onde poderão ter conhecimento do que contratam. No que concerne às contratações on-line, cada vez mais os clientes se sentem preparados e o fazem.

4 - Acha que as pessoas cada vez mais se interessam por estar informadas sobre os diversos produtos adquiridos, por exemplo, em termos de taxas, valores líquidos, etc, ou a sua única preocupação é saber quanto é que vão pagar / receber?

R: – Neste momento, devido à actual conjuntura económico-financeira, as pessoas cada vez mais olham para o valor mensal que vão pagar ou receber. Mas interessa olhar, como é óbvio, as características dos produtos (taxas . . .)

5 - Qual a maior falta de conhecimento que se denota nos clientes? E a que se deve?

R: – Não respondeu

6 - Em sua opinião, indique três medidas de combate à Iliteracia Financeira.

- 1 Inserção nos níveis mais baixos de escolaridade disciplinas de finanças pessoais, por exemplo onde aprendam desde cedo o que é a taxa de juro, etc..**
- 2 Cursos de formação.**

7 - Quem deve financiar esses programas / medidas.

- 1 O Ministério da Educação, numa possível cooperação com as instituições financeiras;**
- 2 Os indivíduos, nos casos dos programas de formação – Conferências etc. com a participação do Ministério.**

3 Criação de programas do género das Novas Oportunidades.

8 - Que conteúdo é que esses programas deveriam ter, e qual o tempo Necessário?

R: Finanças pessoais – Como gerir a mesada

O que é uma taxa de juro e as diversas taxas, o que é um crédito, etc..

9 - Qual a população que mais precisa de frequentar esses programas?

R: No geral todas as pessoas, mas com maior incidência nos mais jovens.

10 - Que metodologia usar?

R: Criar / proporcionar interações entre os participantes com casos práticos reais.

11 - Tem conhecimento de algum curso / Acção de Formação que decorreram ou estão a decorrer para combater este tipo de analfabetismo financeiro? E documentação técnica?

R: Decorrem sempre cursos da IFB (Instituto de Formação Bancária). No entanto só são frequentados, na sua maioria, pelos profissionais e interessados da banca.

12 - Se sim, que tipo de instituições estão a promover tal formação?

R: - Instituto de Formação Bancária (IFB)

13 - Poderia a Instituição que representa / em que trabalha, oferecer esse tipo de formação?

R: Como já referi atrás, poderiam ser estabelecidas parcerias entre a Instituição e demais Órgãos.

Inquérito 4

1 - Para si, o que significa a expressão “*alfabetização financeira*”?

Corresponde ao processo de ensino e aprendizagem de matérias de pendor financeiro.

2 - O que entende por literacia Financeira?

Corresponde ao nível de competência em matérias financeiras.

3 - Em Sua opinião, e relativamente aos produtos bancários que a instituição tem para oferecer, acha que os clientes sabem do que se trata, sabem o que são, estão informados, e são capazes de os adquirir por exemplo online, ou se pelo contrário se dirigem à instituição para serem esclarecidos antes de tomarem alguma decisão?

Penso que são mais os clientes que procuram esclarecimento junto da instituição do que aqueles que gerem autonomamente o seu património.

4 - Acha que as pessoas cada vez mais se interessam por estar informadas sobre os diversos produtos adquiridos, por exemplo, em termos de taxas, valores líquidos, etc, ou a sua única preocupação é saber quanto é que vão pagar / receber?

Acho que actualmente se verifica uma maior preocupação por parte dos clientes em tentar perceber mais sobre a oferta que os bancos proporcionam.

5 - Qual a maior falta de conhecimento que se denota nos clientes? E a que se deve?

O desconhecimento é maior à medida que os produtos são mais complexos. A complexidade de determinados produtos financeiros aumenta a dificuldade de conhecimento dos mesmos.

6 - Em sua opinião, indique três medidas de combate à Iliteracia Financeira.

Divulgação a nível da imprensa, televisão, e por parte dos Bancos e entidades reguladoras do sector.

7 - Quem deve financiar esses programas / medidas.

Por exemplo, os bancos que desenvolvem a sua actividade em território nacional.

8 - Que conteúdo é que esses programas deveriam ter, e qual o tempo Necessário?

Deveriam ter um conteúdo direccionado para as questões mais prementes dos clientes, de forma eficaz e pouco maçadora, que não ocupasse excessivamente o dia-a-dia das pessoas.

9 - Qual a população que mais precisa de frequentar esses programas?

Julgo que as pessoas de uma fixa etária mais elevada e com poucos estudos.

10 - Que metodologia usar?

Meios audiovisuais?

11 - Tem conhecimento de algum curso / Acção de Formação que decorreram ou estão a decorrer para combater este tipo de analfabetismo financeiro? E documentação técnica?

Creio que tanto o Banco de Portugal como a CMVM disponibiliza documentação técnica, e que alguns bancos fazem por vezes conferências de divulgação de informação financeira, mas confinadas aos seus clientes.

12 - Se sim, que tipo de instituições estão a promover tal formação?

Não sei.

13 - Poderia a Instituição que representa / em que trabalha, oferecer esse tipo de formação?

Muito sinceramente não me parece.

Inquérito 5

1 - Para si, o que significa a expressão “*alfabetização financeira*”?

**Significa a capacidade de compreender o financiamento
Aumento do interesse das finanças pessoais**

2 - O que entende por literacia Financeira?

**Compreensão e conhecimento financeiro
Compreender termos financeiros
Responsabilidade Financeira**

3 - Em Sua opinião, e relativamente aos produtos bancários que a instituição tem para oferecer, acha que os clientes sabem do que se trata, sabem o que são, estão informados, e são capazes de os adquirir por exemplo online, ou se pelo contrário se dirigem à instituição para serem esclarecidos antes de tomarem alguma decisão?

É variável, depende do tipo de cliente, da faixa etária do conhecimento e formação de cada indivíduo.

4 - Acha que as pessoas cada vez mais se interessam por estar informadas sobre os diversos produtos adquiridos, por exemplo, em termos de taxas, valores líquidos, etc, ou a sua única preocupação é saber quanto é que vão pagar / receber?

Vou de encontro à resposta anterior

5 - Qual a maior falta de conhecimento que se denota nos clientes? E a que se deve?

O endividamento, com especial incidência no crédito habitação. Isto deve-se sem dúvida à falta de formação nesta área.

6 - Em sua opinião, indique três medidas de combate à Iliteracia Financeira.

**Promover sessões de esclarecimento nas escolas,
Sessões públicas nas associações ou colóquios
Introduzir disciplinas de carácter financeiro mais cedo nas escolas.**

7 - Quem deve financiar esses programas / medidas.

Sou da opinião que quem deve financiar estes programas deve ser, entre outros, o Governo, Autarquias, e entidades bancárias.

8 - Que conteúdo é que esses programas deveriam ter, e qual o tempo Necessário?

O conteúdo de cada programa, em primeiro lugar, deve ser pensado e reestruturado conforme o público-alvo a que se destina. Relativamente ao tempo necessário, este também teria que ser de acordo com cada programa, em todo o caso teria de ser um formador / professor a dizer.

9 - Qual a população que mais precisa de frequentar esses programas?

Para a população em geral, mas com mais incidência para quem está a pensar em contrair empréstimo para comprar casa.

10 - Que metodologia usar?

Formação de Norte a Sul do país, dirigida a alunos, professores e população em geral.

11 - Tem conhecimento de algum curso / Acção de Formação que decorreram ou etejam a decorrer para combater este tipo de analfabetismo financeiro? E documentação técnica?

Nunca tive conhecimento que houvesse Acções de formação direccionadas para o cidadão comum, contudo nós recebemos formação constante, por parte da Instituição onde trabalho, para que possamos estar à altura de responder e esclarecer os clientes.

12 - Se sim, que tipo de instituições estão a promover tal formação?

Não tenho conhecimento

13 - Poderia a Instituição que representa / em que trabalha, oferecer esse tipo de formação?

Talvez, em parceria com outras instituições.

A N E X O S

